



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
DOUTORADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

ELIAS DE SOUZA SANTOS

**RECORTES DO PORTUGUÊS DIAMANTINO: UM ESTUDO SOBRE A VARIAÇÃO
LÉXICA DA CATEGORIA ÓRGÃOS GENITAIS-SEXUAIS À LUZ DA
GEOSOCIOLINGÜÍSTICA COGNITIVA**

Feira de Santana, Bahia
2021

ELIAS DE SOUZA SANTOS

**RECORTES DO PORTUGUÊS DIAMANTINO: UM ESTUDO SOBRE A VARIAÇÃO
LÉXICA DA CATEGORIA ÓRGÃOS GENITAIS-SEXUAIS À LUZ DA
GEOSOCIOLINGUÍSTICA COGNITIVA**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

Área de Concentração: Linguagem e Sociedade

Orientadora: Norma Lúcia Fernandes de Almeida

Coorientadora: Aurelina Ariadne Domingues Almeida

Feira de Santana, Bahia
2021

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

Santos, Elias de Souza

S234r Recortes do português diamantino: um estudo sobre a variação léxica da categoria órgãos genitais-sexuais à luz da geossociolinguística cognitiva./ Elias de Souza Santos. Feira de Santana, 2021.
152f.: il.

Orientadora: Norma Lúcia Fernandes de Almeida

Coorientadora: Aurelina Ariadne Domingues Almeida

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2021.

1.Variação onomasiológica. 2.Geossociolinguística cognitiva.
3.Categorização. 4.Prototipicidade. I.Almeida, Norma Lúcia Fernandes de, orient. II.Almeida, Aurelina Ariadne Domingues, coorient.
III.Universidade Estadual de Feira de Santana. IV.Título.

CDU: 869.0(81).09

ELIAS DE SOUZA SANTOS

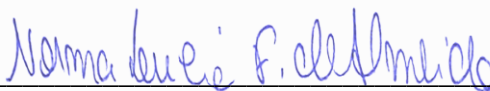
**RECORTES DO PORTUGUÊS DIAMANTINO: UM ESTUDO SOBRE A VARIAÇÃO
LÉXICA DA CATEGORIA ÓRGÃOS GENITAIS-SEXUAIS À LUZ DA
GEOSOCIOLINGUÍSTICA COGNITIVA**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

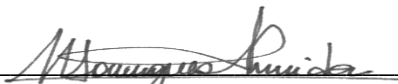
Área de Concentração: Linguagem e Sociedade

Aprovada em 10 de dezembro de 2021.

Examinada por:



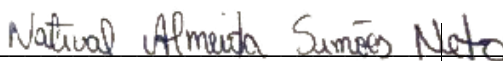
Profa. Dra. Norma Lúcia Fernandes de Almeida - Orientadora
Professora Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)



Profa. Dra. Aurelina Ariadne Domingues Almeida - Coorientadora
Professora Associada da Universidade Federal da Bahia (UFBA)



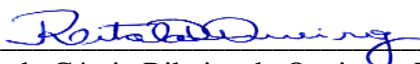
Profa. Dra. Elisângela Santana dos Santos - Examinadora
Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)



Prof. Dr. Natival Almeida Simões Neto - Examinador
Professor Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)



Profa. Dra. Neila Maria Oliveira Santana - Examinadora
Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)



Prof. Dra. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz - Examinadora
Professora Pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

AGRADECIMENTOS

Ainda que uma tese de doutorado pareça, à primeira vista, um trabalho essencialmente individual, que o leva a cabo, é dado conta que não se está sozinho nessa longínqua e árdua caminhada. São muitas as pessoas que fizeram possível que o desejo antes despertado se tornasse realidade.

Não há palavras que sejam suficientes para expressar o meu mais profundo agradecimento à Profa. Dra. Norma Lúcia Fernandes de Almeida. Quero agradecer-lá por ter aceito orientar esta tese, por confiar em mim desde o princípio e, em verdade, por ter me dado seu apoio incondicional. Obrigado por estar sempre disposta a prestar-me sua ajuda, por deixar-me aprender tantas coisas de ti, por ter sempre uma palavra de conforto nos momentos mais difíceis, por ser uma pessoa tão excepcional tanto no âmbito acadêmico como no pessoal.

Também gostaria de agradecer a Profa. Dra. Aurelina Ariadne Domingues Almeida por seu afável trato e acessibilidade após ter aceito o convite para coorientar esta tese, oportunizando-me novos conhecimentos e novos diálogos, não possíveis em momento anterior, por questões outras. Obrigado por encaminhar meus passos ao terreno da Linguística Cognitiva, bem como por seus sábios conselhos e por seu interesse pelos progressos deste projeto.

À Profa. Dra. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz a quem gostaria de agradecer pela dedicação com a qual trata a todos os que acolhe e, especialmente, por ter me permitido trilhar pelas veredas da Filologia e do léxico, o que me levou a crê ser este o melhor exemplo a seguir. Também a agradeço por ter me deixado aprender tanto contigo e por me fazer sentir confiante em cada passo que eu dava quando da escrita de minha dissertação de mestrado por você orientada.

À saudosa Profa. Dra. Rosa Virgínia Mattos e Silva (*in memoriam*), uma inspiração para mim. Apesar de nunca tê-la conhecido em vida, sempre encontrei em seus textos a amabilidade com que escrevia, num gesto de partilha e humildade. Foi com ela e com seus filhos acadêmicos que descobri o amor pelas letras e os devo, em grande parte, por eu ter feito esta escolha e por eu ter percorrido este caminho.

Quero agradecer aos meus professores da graduação, do mestrado e doutorado, em especial, à professora Pascásia Coelho da Costa Reis, a qual me acolhera em seu projeto de pesquisa *Garimpando o português epistolar da Chapada Diamantina: em busca de testemunhos manuscritos* com muito amor e saudosismo. Com vocês aprendi muitíssimo e sempre serão referências para mim, obrigado!

Também quero agradecer a professora Josane Moreira de Oliveira pelo incentivo ao uso de novas ferramentas estatísticas aplicadas aos estudos linguísticos, notadamente, aos estudos variacionistas. Com você, também, aprendi muito, obrigado!!!

Ainda que faz tempo que não os vejo, desde o mestrado, quero agradecer aos meus colegas que me receberam e acolheram tão calorosamente e, cuja ajuda fora crucial durante os dois anos que convivemos juntos e com os quais também aprendi à beça.

Quero agradecer a Jéssica Carneiro da Silva e a Daianna Quelle da Silva, grandes incentivadoras, com as quais compartilho meus altos e baixos, acompanhado-me todo este tempo. Ops! já estava esquecendo: Jéssica, obrigado pelas muitas estações e lembre-se, se cheguei até aqui é porque você é uma das maiores culpadas!

Ao meu companheiro de muitas estações, Edgar Souza da Silva, quero lhe agradecer pelos momentos inesquecíveis que temos compartilhado dia a dia, por se preocupar comigo desinteressadamente, pela paciência, pelos incentivos constantes, pelas palavras de conforto em momentos tão vultuosos, por sua companhia incondicional, pelas brigas, pelos acertos, pelas idas e vindas e por conseguir me fazer sentir “calçado e vestido” a cada passo que dou. Sei que estas poucas linhas não traduzem tudo o que tenho para agradecê-lo, mas, elas refletem, em parte, o sentimento maior que nutro por ti, o amor.

A todos aqueles que, de maneira direta ou indireta, fizeram-me despertar a força e a coragem para seguir em frente.

Aos colaboradores pela ajuda na recolha dos dados, vocês sempre terão os créditos ao serem lembrados como uns dos maiores contribuintes dos resultados alcançados com este estudo. Obrigado, Gisele Fernandes, Rosana Isabel, Mislene Teles, Sílvia Santos, Tatielle Gomes, Alcione Prado, André Moreno, Athon Barbosa, Taci Aristóvolu, Michael Saldanha, Lucas Pires,

Everaldo Rebouças e todos os bolsistas voluntários do Projeto Atlas Linguístico da Chapada Diamantina!!!

Não gostaria de finalizar sem antes expressar meu agradecimento a meus colegas de trabalho, alunos, profissionais de apoio, orientandos e ex-orientandos, da Universidade do Estado da Bahia, *Campus XXIII*, Seabra, Bahia. Obrigado pela acolhida, pela confiança a mim concedida, pelo apoio e compreensão que me fazem sentir seguro a cada passo que dou, crendo que só através da educação podemos mudar as pessoas, para que elas possam transformar o mundo.

Por último, e não menos importante, sempre tenho uma especial dívida de gratidão com meus pais. Eles, mesmo com tão pouco conhecimento acadêmico, têm sabido valorizar e compreender o caminho que escolhi para trilhar. Por isso, cada uma das páginas que compõe esta tese devo, sem dúvida alguma, a eles.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou
sobre aquilo que todo mundo vê”
(ARTHUR SCHOPENHAUER, 1788-1860, s.p).

LISTA DE ABREVIATURAS

CC.: Chapada Central
cf.: Conferir ou confira
CN.: Chapada Norte
CON.: Conceito
CS.: Chapada Sul
Ed.: Editor
Eds.: Editores
e.g.: *exempli gratia*
et al.: e outros
etc.: *etecetera*
Fem.: Feminino
H.: Homem
Hrsg.: Organizadores
In.: Em seu; Em sua
M.: Mulher
Masc.: Masculino
N.: Número
N. Oc.: Número de Ocorrências
Org.: Organizador(a)
Orgs.: Organizadores
p.: página
pp.: páginas
s.p.: *sine pagina*
v.: volume

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplo de categoria radial	47
Figura 2 - Sistema reprodutor feminino	89
Figura 3 - Sistema reprodutor masculino	89
Figura 4 - Mapa do Território de Identidade Chapada Diamantina, Bahia	91
Figura 5 - Importância dos preditores fixos inclusos no modelo final	107
Figura 6 - Categoria da estrutura conceptual referente ao órgão genital-sexual masculino .	113
Figura 7 - Categoria da estrutura conceptual referente ao órgão genital-sexual feminino....	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Frequências das ocorrências de itens léxicos ‘menos prototípicos’ e itens léxicos ‘mais prototípicos’	104
Gráfico 2 - Efeito da interação entre faixa etária e localidade.....	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Variantes e número de ocorrências associadas aos órgãos genitais-sexuais feminino e masculino	103
Quadro 2 - Metáforas disfemísticas classificadas por domínio-fonte	121

LISTA DE SIGLAS

ALDA: Atlas Linguístico da Chapada Diamantina

ANEEL: Agência nacional de Energia Elétrica

CDA: Coordenação de Desenvolvimento Agrário

HARAS: Homem, Adulto, Rurícola, Analfabeto, Sedentário

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICM: Idealized Cognitive Model

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MCI: Modelos Cognitivos Idealizados

MMA: Ministério do Meio Ambiente

NORM: Nonmobile, Older, Rural, Male

SEI: Superintendência de Estudos Econômicos Sociais

SEMA: Secretaria do Meio Ambiente

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Mapeamento para AMOR É VIAGEM	53
Tabela 2 - Número de informantes por células sociais (N=72)	93
Tabela 3 - Lista de variáveis (anterior a seleção automática)	101
Tabela 4 - Resultados dos testes de qui-quadrado para as variáveis geossociais e conceptual	105
Tabela 5 - Comparação entre modelos de regressão logística com efeitos principais, com interações e com efeitos mistos (conforme AIC, C, Dxy e R2)	107
Tabela 6 - Resultado da análise de regressão logística com interações	108

RESUMO

Dedica-se nesta tese a apresentar resultados do estudo realizado sobre a variação onomasiológica conceptual dentro do domínio da sexualidade, mais especificamente, dos órgãos genitais-sexuais feminino e masculino, desde uma perspectiva geossociolinguística-cognitiva (KRISTIANSEN; DIRVEN, 2008; GEERAERTS; KRISTIANSEN; PEIRSMAN, 2010), na Chapada Diamantina, território de identidade pertencente ao estado da Bahia. Foram coletados 72 inquéritos sociodialetoológicos no território em foco, compondo uma amostra estratificada conforme as variáveis geossociais Sexo/Gênero (Homem e Mulher), Faixa Etária (20-33, 34-48, 50-63 anos) e Localidade (Chapada Norte, Chapada Central e Chapada Sul). Acerca dessa última variável, destaca-se a nítida divisão no território em três pontos de inquérito que se diferenciam por aspectos socioeconômicos, socioambientais, socioculturais e sócio-históricos. A análise proposta nesta tese segue os pressupostos do modelo Geossociolinguístico-cognitivista, com o emprego da plataforma R (R CORE TEAM 2020) para seus respectivos processamentos estatísticos. A análise reporta os resultados das escolhas léxicas feitas pelos falantes da comunidade linguística em foco para se referirem aos órgãos genitais-sexuais feminino e masculino, cujas escolhas refletem usos “mais prototípicos” e “menos prototípicos”, decorrentes de conceptualizações metafóricas e metonímicas que demonstram a maneira como os sujeitos humanos raciocinam sobre sexo e que os levam à uma infinidade de x-phemistic (ALLAN; BURRIDGE, 2006; CRESPO-FERNÁNDEZ, 2017) referentes a tópicos sexuais, o que demonstra que o tabu do sexo, em última análise, não está apenas presente na mente das pessoas, mas também na linguagem. Ademais, os resultados da análise permitiram confirmar que a variação onomasiológica conceptual estaria relacionada com fatores macrossociológicos como a faixa etária, espacial, como a localidade (aspecto relevante na emergência de uma Geossociolinguística Cognitiva), e conceptual, como o sexo a que se refere o conceito, resultados importantes que contribuíram e contribuirão para o estudo da conceptualização e da categorização de itens léxicos associados à categoria dos órgãos genitais-sexuais humanos.

Palavras-Chave: Variação Onomasiológica; Conceptualização; Categorização; Prototipicidade; Geossociolinguística Cognitiva.

ABSTRACT

Is dedicated in this thesis to present the results of the study carried out on the conceptual onomasiological variation within the domain of sexuality, more specifically, of the female and male sexual organs, from a cognitive-geosociolinguistic perspective (KRISTIANSEN; DIRVEN, 2008; GEERAERTS; KRISTIANSEN; PEIRSMAN, 2010), in Chapada Diamantina, territory of identity belonging to the state of Bahia. 72 sociodialectological surveys were collected in the territory in question, composing a sample stratified according to the geosocial variables Sex/Gender (Male and Female), Age (20-33, 34-48, 50-63 years) and Location (Chapada Norte, Chapada Central and Southern Chapada). Regarding this last variable, there is a clear division in the territory into three points of inquiry that differ in socioeconomic, socio-environmental, sociocultural and socio-historical aspects. The analysis proposed in this thesis follows the assumptions of the geo-linguistic-cognitivist model, using the R platform (R CORE TEAM 2020) for their respective statistical processing. The analysis reports the results of the lexical choices made by speakers of the linguistic community in focus to refer to the female and male genital-sexual organs, whose choices reflect “more prototypical” and “less prototypical” uses, arising from metaphorical and metonymic conceptualizations that demonstrate the way human subjects reason about sex and that lead them to an infinity of x-phemistic (ALLAN; BURRIDGE, 2006; CRESPO-FERNÁNDEZ, 2017) regarding sexual topics, which demonstrates that the sex taboo is ultimately analysis, is not only present in people's minds, but also in language. Furthermore, the results of the analysis allowed us to confirm that the conceptual onomasiological variation would be related to macro-sociological factors such as age, spatial, such as location (a relevant aspect in the emergence of a Cognitive Geosociolinguistics), and conceptual, such as the sex referred to in the concept, important results that contributed and will contribute to the study of the conceptualization and categorization of lexical items associated with the category of human genital-sexual organs.

Keywords: Onomasiological Variation; Conceptualization; Categorization; Prototypicality; Cognitive Geosociolinguistics.

RESUMEN

Se dedica en esta tesis a presentar los resultados del estudio realizado sobre la variación onomasiológica conceptual dentro del dominio de la sexualidad, más específicamente, de los órganos genital-sexuales femeninos y masculinos, desde una perspectiva sociolingüístico-cognitiva (KRISTIANSEN; DIRVEN, 2008; GEERAERTS; KRISTIANSEN; PEIRSMAN, 2010), en Chapada Diamantina, territorio de identidad perteneciente al estado de Bahía. Se recolectaron 72 encuestas sociodialectológicas en el territorio en cuestión, componiendo una muestra estratificada según las variables geosociales Sexo / Género (Masculino y Femenino), Edad (20-33, 34-48, 50-63 años) y Ubicación (Chapada Norte, Chapada Central y Chapada Sur). En cuanto a esta última variable, existe una clara división en el territorio en tres puntos de indagación que se diferencian en aspectos socioeconómicos, socioambientales, socioculturales y sociohistóricos. El análisis propuesto en esta tesis sigue los supuestos del modelo geosociolingüístico-cognitivista, utilizando la plataforma R (R CORE TEAM 2020) para su respectivo procesamiento estadístico. El análisis reporta los resultados de las elecciones léxicas realizadas por los hablantes de la comunidad lingüística en foco para referirse a los órganos genital-sexuales femeninos y masculinos, cuyas elecciones reflejan usos “más prototípicos” y “menos prototípicos”, derivados de conceptualizaciones metafóricas y metonímicas. que demuestran la forma en que los sujetos humanos razonan sobre el sexo y que los conducen a una infinidad de x-femistas (ALLAN; BURRIDGE, 2006; CRESPO-FERNÁNDEZ, 2017) respecto a temas sexuales, lo que demuestra que el tabú sexual es en última instancia análisis, no es solo presente en la mente de las personas, pero también en el lenguaje. Además, los resultados del análisis permitieron confirmar que la variación onomasiológica conceptual estaría relacionada con factores macrosociológicos como la edad, espaciales, como la localidad (aspecto relevante en el surgimiento de una Geosociolingüística Cognitiva), y conceptuales, tales como el sexo al que se refiere el concepto, resultados importantes que contribuyeron y contribuirán al estudio de la conceptualización y categorización de ítems léxicos asociados a la categoría de órganos genital-sexuales humanos.

Palabras-clave: Variación onomasiológica; Conceptualización; Categorización; Prototypicalidad; Geosociolingüística Cognitiva.

SUMÁRIO

1 ANUNCIANDO ALGUMAS NÓTULAS INICIAIS	20
2 FUNDAMENTOS EMPÍRICOS PARA UMA INTEGRAÇÃO ENTRE DIALETOLOGIA, GEOLINGUÍSTICA E SOCIOLINGUÍSTICA COGNITIVA.....	25
2.1 TIPOS DE VARIAÇÃO SEMÂNTICA E CATEGORIAL	29
2.2 A EMERGENTE SOCIOLINGUÍSTICA COGNITIVA: ANTECEDENTES, PREMISSAS E POSSIBILIDADES	30
2.2.1 O viés social na Linguística Cognitiva e a perspectiva cognitiva em Sociolinguística	34
2.2.2 Linguística baseada no uso e variação interna da linguagem	38
2.2.3 Escrutinando a variação de significado	42
2.2.4 Categorização e protótipos	44
2.2.4.1 Estendendo a discussão sobre o Modelo Cognitivo Metafórico	50
2.2.4.2 Estendendo a discussão sobre o Modelo Cognitivo Metonímico	57
2.2.4.2.1 <i>Interação metafórica/metonímica: o caso das metaftonímias</i>	61
2.3 LINGUAGEM, CULTURA E IDEOLOGIA: PARA UMA NOÇÃO DE GEOSOCIOLINGUÍSTICA COGNITIVA	64
2.4 TABU, EUFEMISMO, DISFEMISMO E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	67
2.4.1 Tabu linguístico e interdição	70
2.4.2 Neutralizando termos interditos: o eufemismo em perspectiva	71
2.5 SEXUALIDADE E SEXO: DEFININDO CONCEITOS	75
2.6 ESPECIFICIDADE NA CONCEPTUALIZAÇÃO DE ITENS LÉXICOS	78
3 PROPOSTA EMPÍRICA.....	82
3.1 PROBLEMAS DE METODOLOGIA EMPÍRICA EM GEOSOCIOLINGUÍSTICA COGNITIVA.....	83
3.2 CONSTITUIÇÃO DE CORPUS NA PESQUISA LINGUÍSTICO-COGNITIVA E GEOSOCIOLINGUÍSTICO-COGNITIVA.....	85
3.3 CARACTERIZAÇÃO DA REDE DE PONTOS E DO <i>LOCUS</i> DE RECOLHA DOS DADOS	88
3.4 SELEÇÃO DOS INFORMANTES.....	93
3.5 A CATEGORIA DOS ÓRGÃOS GENITAIS-SEXUAIS SE TRANSVESTEM EM VARIÁVEL LINGUÍSTICA	94

3.5.1 Estruturação conceptual mais prototípica versus estruturação conceptual menos prototípica	95
3.6 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE ESTATÍSTICA E SUAS RESPECTIVAS HIPÓTESES	97
3.6.1 Variável resposta	98
3.6.1.1 Variáveis geosociais	98
3.6.1.2 Variável conceptual.....	100
3.6.2 Regressão logística	100
3.6.2.1 Modelagem dos dados	101
4 ANÁLISE GEOSOCIOLINGUÍSTICA-COGNITIVA DOS RESULTADOS.....	103
4.1 SELEÇÃO DO MODELO.....	106
4.1.1 Resultados da análise estatística	108
4.1.1.1. Qualificando os resultados obtidos	111
5 ALGUMAS NÓTULAS FINAIS E UMA PARA ALÉM DELAS.....	125
REFERÊNCIAS.....	129

1 ANUNCIANDO ALGUMAS NÓTULAS INICIAIS

Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), precursores dos fundamentos empíricos para uma teoria da variação e mudança linguísticas em Sociolinguística, assumem que a variabilidade da linguagem reflete a estrutura social. Tal axioma foi admitido em obras seminais como as de Labov (1963) acerca da variação dos ditongos /aw/ e /ay/ na Ilha de Martha's Vineyard, localizada na costa nordeste da América do Norte e ainda no trabalho de Labov (1966) no tocante à estratificação social do inglês na cidade de New York, de Labov (2008 [1972]) quanto a uma introdução sistemática à Sociolinguística e da obra de Trudgill (1974) a respeito da diferenciação social do inglês em Norwich. Desde então, no contexto da fonologia e da morfossintaxe, passou-se a examinar, de maneira regular, as variedades linguísticas, caracterizadas como estruturadas e correspondentes a sistemas e subsistemas apropriados às necessidades de seus utentes (CHAMBERS et al. 2002).

Para além dos contextos fonológicos e morfossintáticos, segundo Robinson (2010), aspectos onomasiológicos e semasiológicos da estrutura linguística pouco têm se constituído tema central da pesquisa sociolinguística. Conquanto, vale anotar que outras áreas do conhecimento humano vieram explorando estes aspectos, ainda que não tenham se voltado para as questões da variação e mudança em uma abordagem variacionista, a exemplo dos estudos léxicos na esfera da Geografia de palavras e dos empréstimos linguísticos apontados no parágrafo que se segue.

Embora no âmbito da Geografia das palavras, tendo em vista os trabalhos de Orton et al. (1962), Peters (1988), Upton e Widdowson (1999), e dos empréstimos, com os trabalhos de Poplack et al. (1988), estudos léxicos tenham sido realizados, a variação e a mudança onomasiológica, no sentido “laboviano”, só posteriormente passou a ser explorada em investigações como a de Boberg (2004). Outras tentativas obtiveram êxito ao investigarem a variação do significado; podem ser citadas em outros campos do conhecimento sobre a linguagem aquelas relacionadas aos paradigmas funcionais com os estudos de Hasan (1989, 1992, 2009) e aquelas relacionadas às estruturas de análise do discurso com os estudos de Cheshire (2007), Macaulay (2005, 2006), Stenström (2000), Tagliamonte e D'Arcy (2004) e Wong (2002, 2008).

Os resultados dessas investigações, anotadas no parágrafo precedente, segundo Robinson (2010), sugerem que a construção de significado se relaciona com aspectos sociodemográficos e que a mudança semântica pode ser motivada pelo desejo dos falantes, com

o objetivo de indexarem diferentes posições de sua identidade. Esses estudos recomendam que uma maior exploração da variação semântica pode apresentar boas consequências para a compreensão da variação linguística, visto que ela não é gratuita, mas regularmente estruturada em termos de fatores como a idade, sexo/gênero, escolaridade, localidade e classe social dos falantes, por exemplo. Esse achado é, para Robinson (2010), uma contribuição para as observações de outros pesquisadores que demonstraram que o entricheiramento de categoriais conceptuais pode ser explicado em relação a fatores, a exemplo dos citados neste parágrafo.

Já a Linguística Cognitiva, por sua parte, como anotam Geeraerts e Cuyckens (2007), sempre concebeu o significado como o elemento mais importante da estrutura linguística. Ela considera que a estrutura semântica espelha de maneira flexível as percepções dos falantes, adaptando-se à interação deles com uma realidade física e cultural. Nessa conjuntura, era de se esperar que a variação do significado estivesse regularmente na agenda de estudos da Linguística Cognitiva. Por certo, no domínio desta estrutura, de modo especial, no âmbito da Linguística de Corpus, a variação do significado léxico foi investigada por Gries (2006), Divjak (2006), Gries e Divjack (2009) e Beeching (2005), assim como no âmbito da pesquisa sociocognitivista, que buscava compreender a estrutura da variação léxica relacionada a fatores extralinguísticos, a exemplo do estudo de Geeraerts, Grondelaers e Bakema (1994) a respeito da variação onomasiológica no contexto de desenvolvimento dialetal.

Ambas disciplinas – a Sociolinguística e a Linguística Cognitiva – desde um viés teórico, concordam com a premissa de que o significado possui uma natureza variável, ainda que, na prática, os aspectos semânticos tenham sido explorados em extensões distintas em uma e outra vertente. Por um lado, na Sociolinguística, existem poucos métodos estabelecidos para poder tratar, de maneira específica, da sócio-semântica. Por outro lado, na Semântica Cognitiva, afirmações são frequentemente feitas desde um viés qualitativo e introspectivo, ainda que “[...] só mais recentemente tem se voltado para a abordagem quantitativa de dados linguísticos reais” (FERRARI, 2016, p. 137). Do mesmo modo, “[...] abordagens sociolinguísticas baseadas no uso que considerem as diferenças individuais de fala ainda são relativamente infrequentes”¹ (ROBINSON, 2010, p. 87, tradução nossa).

A Sociolinguística e a Linguística Cognitiva pouco têm se beneficiado dos legados uma da outra. Assim, partindo do intercruzamento teórico-metodológico entre ambas áreas, esta tese aborda a variação léxica de contextos em situações reais de uso, especificamente, a quantidade

¹ Do original: “[...] usage-based sociolinguistic approaches that consider individual speech differences are still relatively infrequent”.

de variação que um conceito pode apresentar em articulação com fatores sociais, culturais e cognitivos. Esse tipo de variação é, para Geeraerts, Grondelaers e Bakema (1994), Geeraerts (2018), entre outros, concebida como o número de palavras ou expressões distintas que existem para se referir a um conceito particular. É importante anotar que a quantidade de variação léxica pode diferir, de maneira notável, entre os distintos conceitos. Para mais, investigaram-se os fatores que explicam tais diferenças entre conceitos.

Por outra parte, os estudos dialetológicos têm mostrado a variação no âmbito do léxico. Estritamente, a variação léxica pode ser interpretada em termos de aspectos lectais², como a localização territorial do falante. A título de exemplo, para alguns conceitos, outras variantes podem estar disponíveis dependendo da formação dos usuários da língua; falantes da região norte do Brasil, citando caso parecido, preferem o item léxico *peteca*, no tempo em que o item léxico *bola de gude/bolinha de gude* é mais constantemente usado por falantes da região sul do país para se referirem às pequenas esferas de vidro com que os meninos gostam de brincar (CARDOSO et al. 2015). Ainda assim, estudos pilotos, como os de Geeraerts e Speelman (2010), Speelman e Geeraerts (2007, 2008), têm demonstrado que as características semânticas (a saber, características que dizem respeito à organização prototípica do léxico), concernentes ao significado do conceito para o qual as variantes são utilizadas, influenciam o número de itens disponíveis, isto é, afetam significativamente a diversidade léxica. Como o escopo deste estudo tem limites definidos, não se pode sistematizar os resultados de outros aspectos da relação entre diversidade léxica e sentido, em sua forma mais ampla.

Na prática, examinou-se o efeito de determinados aspectos lectais em uma variedade dialetológica do português falado no Território de Identidade denominado Chapada Diamantina, localizado entre a porção centro sul e centro oeste do interior baiano, que serviram como ponto de partida, por serem lectos caracterizados por uma vasta quantidade de variantes léxicas estratificadas geograficamente.

Em outras palavras, tomou-se como objeto observacional de estudo conceitos léxicos pertencentes ao domínio da sexualidade, notadamente, conceitos que se referem aos órgãos genitais-sexuais feminino e masculino, a exemplo de *pênis* e *vagina*, com o intuito de compreender como os falantes conceptualizam determinados conceitos com diferentes graus de prototipicidade, bem como as estratégias semânticas que elegem para tais conceitos, dado que as preferências que eles fazem no discurso não são aleatórias, mas que revelam padrões de usos

² O termo lectais é compreendido nesta tese como sendo o conjunto de “dialetos, variedades nacionais, socioletos, registros, estilos, idioletos” (SILVA, 2012, p. 16).

conexos com aspectos nem sempre linguísticos, mas também contextuais, sociais e culturais (GEERAERTS; GRONDELAERS; BAKEMA, 1994). Isso significa dizer que a análise buscou determinar o poder indexal da variação semântica na expressão de itens léxicos através da interpretação de resultados alcançados a partir de uma abordagem quali-quantitativa do corpus.

Os pressupostos teóricos empregados nesta tese competem ao paradigma concebido como Sociolinguística Cognitiva, um campo florescente de pesquisa que se baseia nos pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva inter-relacionados com a dimensão social, espacial e as metodologias variacionistas que são seguidas nos estudos sociolinguísticos e dialetológicos. A tese segue esse paradigma indagando, em primeiro lugar, como uma perspectiva social e uma psicológica cognitiva podem se encaixar e que tipo de modelo é preciso para que isso ocorra, bem como quais são as terminologias que tratam dos diferentes tipos de significados para se estruturarem várias formas de Sociolinguística Cognitiva (cf. Seção 2).

Com base nos pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva acerca da significação, a análise, proposta nesta investigação, é, além disso, caracterizada por um uso de métodos empíricos sólidos. Por um lado, o método dialetológico, que visa a disciplinar a investigação, de maneira que se logre, ao fim e ao cabo, de melhores resultados, observando como apontam Ferreira e Cardoso (1994), a preparação da pesquisa, a execução dos inquéritos, a exegese e análise dos dados coletados e a divulgação dos resultados obtidos. De outro lado, o método sociolinguístico, que envolve números e estatísticas, cujo fator quantitativo é determinante para caracterizar uma variação, embora o fator qualitativo não seja descartado, dado que, em alguns casos, também se faz uso dele para interpretar os dados (cf. Seção 3).

A organização interna desta tese oferece uma jornada por trajetos que afetam a investigação linguística desde uma perspectiva social, cultural e situacional. Parte-se de uma apresentação da integração entre Dialetologia, Geolinguística, Sociolinguística e Linguística Cognitiva, seguidas de um panorama acerca dos tipos de variação semântica - categorial (ou conceptual). Prontamente, serão explorados os contextos de emergência e aplicação quando já estabelecidos da Sociolinguística Cognitiva, um campo de investigação científica que se baseia na convergência de métodos e estruturas teóricas tipicamente vinculadas à Linguística Cognitiva e à Sociolinguística. Enfim, esta tese é resultado de uma pesquisa interdisciplinar que teve a finalidade de compreender de modo mais adequado a variação onomasiológica lexical da categoria órgão sexual-genital.

Para a realização da tarefa proposta, foram traçadas e sistematizadas as principais bases teórico-metodológicas para o surgimento da Sociolinguística Cognitiva, delineando as principais vertentes de pesquisas e destacando alguns desafios que se colocam para o desenvolvimento deste campo. Mais especificamente, concentrou-se nos seguintes termos e conceitos indispensáveis para a discussão, quais sejam: (i) linguística baseada no uso e variação interna da linguagem³; (ii) variação de significado; (iii) categorização e protótipos; e (iv) inter-relação entre linguagem, cultura e ideologia, bem como a inter-relação entre as dimensões espacial e social.

Como toda epistemologia exige, na seção metodológica, são apresentadas as principais consequências metodológicas derivadas da aplicação de uma abordagem geossociolinguístico-cognitiva, com especial atenção à recolha de dados dialetológicos e do uso de ferramentas estatísticas essenciais para a formalização de protocolos de pesquisas científicas de cunho quantitativo. E, finalmente, são aplicadas as propostas teórico-metodológicas à análise de itens léxicos que fazem referência aos órgãos genitais-sexuais humanos e que se acham em variação, observando o encaixamento social, espacial e cognitivo na preferência por estruturas mais prototípicas ou menos prototípicas.

Sem pormenorizar, logo, esta tese contribui para o campo da semântica léxica desde um emergente viés geossociocognitivista, como já assinalado. Mostra como, por meio do uso de técnicas quali-quantitativas em um conjunto de dados semanticamente e geograficamente distribuídos, aspectos da estrutura da diversidade léxica são evidenciados e como um exame de dados dialetológicos pode contribuir para os estudos que se baseiam no uso.

Ademais, convida-se aos leitores para uma leitura sobre Sociolinguística Cognitiva e sua inter-relação com a Dialetoлогия, seguida de uma análise de fenômeno linguístico, com base no postulado de que a natureza desse fenômeno só pode ser amplamente apreendida por meio da junção de fatores sociais, espaciais, cognitivos e culturais, e perspectivas para estudos futuros, que se apreciem.

Dito isto, a seguir, será exposta a fundamentação teórica que sustenta a análise dos dados.

³ Vale sublinhar que variação interna, ou mesmo intralinguística, ou mesmo lectal é entendida, neste estudo, como um termo genérico que é usado para “[...] designar qualquer tipo de variação de uma língua: dialetos, variedades nacionais, socioletos, registros, estilos, idioletos” (SILVA, 2012, p. 16).

2 FUNDAMENTOS EMPÍRICOS PARA UMA INTEGRAÇÃO ENTRE DIALETOLOGIA, GEOLINGUÍSTICA E SOCIOLINGUÍSTICA COGNITIVA

Trabalhos recentes, a exemplo dos de Péter (2006), Croft (2009), Geeraerts e Speelman (2010), entre outros, têm discutido questões sobre teorias linguísticas, enfatizando que as teorias da linguagem não se seguem simplesmente no tempo. Contudo, para Iglai (2013), foi especialmente, com a virada do milênio, que modelos linguísticos teóricos têm oferecido alternativas explicativas e descritivas concorrentes para os pesquisadores, oferecendo-lhes uma visão dimensional da linguagem, que, segundo Péter (2006, p. 407, tradução nossa), “[...] traz um período de síntese proporcionando integração”⁴. Isto quer dizer que o número de abordagens com o objetivo de conectar as várias subdisciplinas da linguística continua a aumentar.

Conforme demonstrado na literatura sociocognitivista, integrar fundamentos teórico-metodológicos da Linguística Cognitiva e da Sociolinguística tem sido considerado uma abordagem nova (CROFT, 2009; GEERAERTS et al, 2010) denominada de Sociolinguística Cognitiva. Apesar de haver dentro da Linguística Cognitiva um interesse considerável na investigação da diversidade linguística, a exemplo dos trabalhos de Tolcsvai Nagy (1996, 2004), a variação linguística continua a ser um campo sub-pesquisado neste quadro, demonstrando, segundo Iglai (2013, p. 71, tradução nossa), pouco interesse pela “[...] variação interna (regional ou social) da linguagem que oferece padrões ricos e complexos”⁵.

Ainda que a Sociolinguística coloque a variabilidade da linguagem socialmente interconectada no centro de seu foco e, mesmo inter-relacionada com a Linguística Cognitiva, ela não pode ignorar as variedades existentes dentro das subculturas (incluindo comunidades dialetais regionais). Para mais, além de uma abordagem com enfoques cognitivos e sociolinguísticos, nesta tese, foi apontando um terceiro aspecto, a dimensão da territorialidade no centro das atenções.

Tanto a Sociolinguística quanto a Linguística Cognitiva fornecem uma perspectiva e uma abordagem que podem ser usadas em investigações de diferentes variedades da língua. Suas aplicações na Dialetoлогия, por exemplo, envolvem a utilização de suas ideias no estudo do uso da língua regionalmente, uma vez que, em sentido estrutural, tanto a variedade social quanto as variedades dialetais são iguais e não diferem em princípio no que concerne à descrição linguística, como assevera Kiss (2019). Deste modo, não é coincidência que quase

⁴ Do original: “[...] brings a period of synthesis providing integration”.

⁵ Do original: “[...] language internal (regional or social) variation that offers rich and complex patterns”.

todos os (novos) métodos de descrição linguística tenham sido empregados na Dialetoologia estrutural e gerativa (cf. GOOSSENS, 1969; BECKER, 1982) e, graças ao interesse vívido de pesquisadores cognitivistas, a exemplo de Kristiansen e Dirven (2008) que têm empregado-os na emergência de uma Dialetoologia Cognitiva. A natureza integradora da Dialetoologia é evidenciada no trajeto feito por essa disciplina ao longo de sua história ao cruzar com a Etnografia, com a Sociolinguística, com a Psicologia Social, com a Linguística Antropológica, entre outras disciplinas, frutificando essas conexões em oferecer novas perspectivas e resultados, então é natural que outras conexões sejam estabelecidas também.

O fato de existir distintas expressões que são usadas em diferentes dialetos regionais para o mesmo conceito faz com que a investigação do vocabulário dialetal abra caminhos para a uma exploração cognitiva orientada linguisticamente para a variabilidade linguística em um contexto mais amplo, por meio da codificação conceptual, isto é, via cognição e posse por meio da linguagem. À face do exposto, pode-se dizer que a inter-relação necessária entre a Dialetoologia e a Sociolinguística, do ponto de vista da investigação da variabilidade linguística, já havia sido apontada desde os estudos de Chambers e Trudgill (1998) e, das áreas citadas, com a Linguística Cognitiva com os estudos de Kristiansen e Dirven (2008) e Szelid e Geeraerts (2008).

Quanto à discussão de dados sociolinguísticos geograficamente delimitados em uma estrutura sociocognitiva, ou, em outras palavras, o tratamento cognitivo de questões sociodialetológicas, resultado da possibilidade de combinar as perspectivas dialetológica, sociolinguística e cognitiva, pode-se dizer que é algo novo que vem sendo explorado, de maneira tímida, na literatura linguística, a exemplo de trabalhos que compreendem a coletânea editada por Kristiansen e Dirven (2008), uma inter-relação designada de Dialetoologia Cognitiva, ampliada e concebida, nesta tese, como uma abordagem geossociocognitivista, visto que a metodologia aplicada à coleta dos dados compreende à Dialetoologia e seu método, a Geolinguística, assim como à Socilinguística, vínculo metodológico que constitui, para alguns autores, como Razky (1998), uma nova vertente denominada de Geossociolinguística.

Quando a novidade de integrar a Dialetoologia, Sociolinguística e Linguística Cognitiva é realçada, os resultados dos estudos lexicológicos devem ser mencionados juntamente com aquelas investigações de Dialetoologia e Onomasiologia que, embora carentes de consciência teórica cognitiva, trata da codificação conceptual, ou seja, de como vários conceitos podem ser nomeados linguisticamente, vide estudos de Kázmér (1993), Kiss (1988), Murádin (1980) e Péntek e Szabó (1976). Merecedora de nota, desde um viés também cognitivo, é a afirmação de

Péntek (1993, p. 155, tradução nossa), sobre o vocabulário regional, segundo o qual “[...] uma das razões pelas quais as palavras regionais existem é porque os conceitos e sistemas conceptuais são de natureza relativa e variam por região e camada linguística. As diferenças derivam em parte da diferença de experiência e conhecimento”⁶.

Não obstante, Szabó (2007) atribui uma atenção especial ao pano de fundo da codificação conceptual, ou melhor dito, ao tipo de visão e percepção da realidade que os falantes de dialeto regional usam para invocar denotações específicas. O foco do seu estudo está, em parte, conectado à Linguística Cognitiva, especialmente, o seu princípio básico de que o uso linguístico não pode ser feito independente do processo da cognição humana e que existem diferenças na formação de conceitos, não apenas entre línguas, mas possivelmente também entre subculturas ou regiões.

Apesar de esforços pioneiros isolados, como os de Swanenberg (2000), Nilsson (2001), Berthele (2002, 2004, 2006), Sharifian (2005), Benó (2006) e Prudencio e Mota (2019, 2020) não havia posicionamentos para uma tradição de investigações dialetológicas em Linguística Cognitiva, realidade relativamente presente até os dias que se seguem, algo anteriormente lamentado por Szelid e Geeraerts (2008), que diziam ser mútuas as contribuições que a Dialetologia e a Linguística Cognitiva poderiam oferecer uma a outra. Por um lado, aquela primeira buscava levantar questões acerca das diferenças de culturas e conceptualizações, um dos centros teóricos de atenção da Linguística Cognitiva e, por outro lado, aquela segunda, de natureza baseada no uso, desafiaria o foco metodológico tradicional da Dialetologia, na estrutura da linguagem ao invés do uso da linguagem.

Desafiando o não posicionamento para uma tradição sociodialetológica em Linguística Cognitiva, integrou-se, como antes já assinalado, neste estudo, três abordagens do conhecimento humano, quais sejam: a Sociolinguística, a Dialetologia e a Linguística Cognitiva. Tal proposição, buscou oferecer um refinamento na interpretação de dados linguísticos em variação, ainda que ambas as disciplinas se apresentem de maneiras distintas quanto as teorias e metodologias que as tipificam. Isso quer dizer que o tratamento cognitivo de questões sociodialetológicas, como asseveram Iglai (2013) e Kristiansen e Dirven (2008), oferece a possibilidade de combinar as assinaladas perspectivas.

Vale destacar que, mesmo antes da disseminação da Linguística Cognitiva, a investigação de diferentes denominações do mesmo conceito era considerada uma tarefa

⁶ Do original: “[...] one of the reasons why regional words exist is because concepts and conceptual systems are of relative nature and vary by region and by linguistic layer. The differences stem partly from the difference in experience and knowledge”.

importante da linguística. A diferença entre ambas as abordagens para as variantes está em defini-las e descrevê-las, assim como em explicar a sua origem: no tempo em que a Dialectologia investiga e busca explicar a natureza geograficamente limitada das designações, a Sociolinguística enfatiza a sua dependência de variáveis sociais, enquanto a Linguística Cognitiva se concentra, inicialmente, em sua origem, rastreável ao processo cognitivo.

Ademais, a integração entre as áreas citadas, proposta neste estudo, evidencia-se por meio de dois aspectos fundamentais, quais sejam: primeiro, por fazer uso dos fundamentos metodológicos da Geolinguística aliados à Dialectologia e à Sociolinguística, com o objetivo de realizar um mapeamento criterioso e minucioso do fenômeno em estudo, por meio do entrelaçamento e das relações entre os contextos internos e externos da fala. Segundo, por permitir que se possa interrelacionar esse conhecimento dialetológico e geolinguístico ao sociolinguístico-cognitivo, de modo a licenciar uma compreensão mais acurada dos usos da língua, levando em consideração fatores sociais e culturais em conjunção com fatores cognitivos.

Tais proposições, expostas no parágrafo anterior, justificam a eleição do título dessa tese, pois encerram consigo a possibilidade interdisciplinar de enfatizar, não tão somente, a atuação dos falantes, “[...] mas também levam em conta o lugar desses falantes na sociedade e sua participação em papéis sociais distintos” (FERRARI, 2016, p. 136). Tais intercruzamentos, para citar, permitiram, assim como os estudos propostos por Kristiansen (2003), Geeraerts (2003) e Hudson (2007), compreender que os fenômenos de variação intralinguística analisados neste estudo insurgem de modelos baseados no uso e que podem ser explicados por meio de constructos cognitivos, bem como apreender que os sujeitos conceptualizadores percebem a estrutura social por meio de categorias prenunciadas pela Teoria dos Protótipos, incluindo elementos mais prototípicos, mais ou menos prototípicos e menos prototípicos.

Uma interpretação diferencial da variabilidade linguística levou este estudo à questão da onomasiologia, cuja abordagem quantitativa acrescentada a ela permitiu verificar que certas estruturas são mais prováveis de serem eleitas pelos falantes, destacando a variação em seus usos. Em consideração a isso, na achegada subseção, discutem-se os tipos de variação semântica e categorial (ou conceptual), a fim de fornecer por meio de uma série de conceitos, parte da arquitetura desta investigação.

2.1 TIPOS DE VARIAÇÃO SEMÂNTICA E CATEGORIAL

Em conformidade com Silva (2008) a variação linguística se caracteriza por diferentes tipos, a do tipo léxica, por exemplo, objeto de investigação desta tese, é a que tem sido mais explorada nos estudos investidos pela Linguística Cognitiva. Ante o exposto, vale anotar, conforme afirma Silva (2008, p. 61), que os estudos de “Semântica Cognitiva muito tem contribuído para o desenvolvimento da teoria lexicológica, em geral, e da teoria da variação lexical, em particular”. Disso, pode ser apontado duas importantes contribuições: de um lado, muda-se o interesse nas estruturas léxicas, tais como os campos léxicos e taxionomias, característico da Semântica estrutural, para um interesse no uso e em fenômenos de prototipicidade e saliência, de outro lado, os efeitos de saliência, verificados no domínio semasiológico, são estendidos para o domínio onomasiológico, por meio da noção de *entrenchment*, isto é, de *ancoragem* conceptual, entre distintas categorias e a hipótese do nível básico das taxionomias léxicas, como sublinha Silva (2008).

Os postulados apresentados, no parágrafo pregresso, é o resultado de, na investigação das palavras e seus significados, ora se poder partir do estudo da palavra para abstrair os distintos significados que a indicam em um dado sistema linguístico, ora se poder partir do estudo do conceito existente na realidade para se centrar nas diferentes expressões que o nomeiam. Essa distinção basilar foi bem instituída no esteio da Semântica estrutural, sob a designação de semasiologia e onomasiologia, respectivamente (BALDINGER, 1964).

Dito em outras palavras, a distinção entre semasiologia e onomasiologia assenta-se na diferença entre dois fenômenos, não tão somente, semântico-léxicos, quais sejam: a nomeação e a significação. Tão logo, no tempo em que a Semasiologia descreve vários “[...] sentidos ou conceitos/funções de uma palavra ou outra expressão, a onomasiologia analisa as palavras ou outras expressões alternativas pelas quais determinado conceito ou função é nomeado” (SILVA, 2016, p. 187). Sem pormenorizar, a perspectiva semasiológica, de um lado, parte da língua para a realidade, inquirindo que tipos de entidade ou situações uma expressão pode designá-las e, a perspectiva onomasiológica, de outro lado, parte da realidade para a língua, indagando que expressões linguísticas podem denominar uma entidade ou situação.

Em adição a distinção entre variação semasiológica e variação onomasiológica, já inclusa na distinção, antes anotada, entre semasiologia e onomasiologia, acha-se a distinção entre variação conceptual e variação não conceptual, antes observadas por Geeraerts, Grondelaers e Bakema (1994). De uma parte, tem-se a variação conceptual, que se caracteriza

por envolver diferenças conceptuais, e, de outra parte, a variação não conceptual (dita também contextual), vinculada aos diferentes tópicos da situação comunicativa, a exemplo do gênero do discurso e, não menos importante, a variação social, relacionada aos aspectos sociais do significado, quer a variação lectal⁷ (dialetal, socioletal e ideoletal), quer a variação estilística, quer a variação pragmática, sinoptizadas por Silva (2015). Disso, apreende-se que os sinônimos denotacionais despontam tipos de diferenças regionais, sociais, estilísticas, pragmático-discursivas e históricas que, como afirma Silva (2008, p. 62, grifo do autor), “[...] definem a própria existência e a competição de variedades *lectais* de uma língua”.

Não obstante, os tipos de variação linguística, apontados ao longo desta subseção, têm sido estudadas na perspectiva cognitiva. Logo, foi no seio da Linguística Cognitiva, com as investigações sobre variação intralinguística (ou diversidade linguística), que estudiosos como Geeraerts, Grondelaers e Speelman (1999, 2003), Kristiansen (2003) e Kristiansen e Dirven (2008), institucionalizaram a emergente área denominada de Sociolinguística Cognitiva, cujos termos e conceitos explorados nas próximas subseções, fundamentarão teoricamente esta tese.

2.2 A EMERGENTE SOCIOLINGUÍSTICA COGNITIVA: ANTECEDENTES, PREMISSAS E POSSIBILIDADES

A Linguística Cognitiva tem se definido como um modelo baseado no uso (LANGACKER, 1988, 2000) o que, segundo Silva (2016, p. 1-2), “[...] implica uma orientação sociolinguística para o estudo da variação da linguagem. A razão é simples: a variação é a consequência imediata e inevitável do uso”. Antagonicamente, a variação linguística não tem sido tomada como prioridade, enquanto objeto observacional de estudo, no escopo das linhas de investigações linguístico-cognitivas. Conquanto retificam-se importantes estudos cognitivos sobre variação linguística, gestados a partir de três pontos de vista, conforme anota Silva (2016): o diacrônico, o tipológico/antropológico e o psicolinguístico.

O viés diacrônico compreende estudos sobre gramaticalização, mudança semântica e mudança fonológica, a exemplo dos de Lehmann (1985, 2002); Hopper e Traugott, (1993), Geeraerts (1997), Blank e Koch (1999), Traugott e Dasher (2002, 2005), Bybee (2003), entre outros. Já o tipológico/antropológico, por seu turno, realiza estudos sobre modelos cognitivos culturais e variação cultural, a exemplo das contribuições de Palmer (1996), Lakoff (1996),

⁷ “[...] termo genérico para designar qualquer tipo de variação de uma língua: dialetos, variedades nacionais, socioletos, registros, estilos, idioletos” (SILVA, 2012, p. 16).

Kövecses (2000, 2005), Levinson (2003), Dirven, Frank e Pütz (2003) etc., incluindo os estudos sobre diferenças interlinguísticas como o de Bowerman, Levinson e Slobin (2003). E por fim, não menos importante, desde uma perspectiva psicolinguística, encontra-se os estudos sobre aquisição e desenvolvimento da linguagem como os de Tomasello (2003).

Dentro do enquadramento tripartido exposto, a variação interna (regional e social), ou mesmo diversidade sociolinguística, como dito antes, só recentemente chamou a atenção da Linguística Cognitiva depois de ter ampliado o social no escopo de sua agenda e de ter, paulatinamente, feito os ajustes necessários para que isto efetivamente ocorresse. Esses ajustes são o resultado dos trabalhos realizados por Geeraerts, Grondelaers e Speelman (1999), Geeraerts (2003, 2005), Kristiansen (2003), Kövecses (2005) e Kristiansen e Dirven (2006), os quais buscaram incorporar métodos e *insights* oriundos da Sociolinguística e da Linguística Cognitiva que permitiram a legitimação da noção emergente de Sociolinguística Cognitiva.

A emergente área é um prolongamento resultante da Linguística Cognitiva como um modelo alicerçado no uso, cujo objetivo é “[...] investigar a inter-relação entre os apelos sociais e conceptuais da variação lectal” (SILVA, 2012, p. 20). Reflete a confluência de interesses de investigação de duas vertentes, anteriormente sobreditas, a sociolinguística e a linguístico-cognitiva. Aquela primeira tenciona inserir os aspectos sociais da linguagem no escopo daquela segunda que, por seu turno, busca incorporar no desígnio daquela primeira os aspectos conceptuais da variação lectal (dialetos, socioletos, ideoletos, registros, estilos etc.). Dito de outra maneira, a Sociolinguística Cognitiva é o resultado da integração do ambiente sociocultural da língua com as bases cognitivas e experienciais dos falantes e do nível interacional que se estabelece entre eles.

A gênese desse novo campo está atrelada à ampliação de certas linhas de pesquisas que passaram a reivindicar a integração de aspectos sociais e cognitivos em suas análises, destacando aquelas que, segundo Geeraerts e Kristiansen (2012), (i) visam a propor modelos teóricos sobre a atuação dos fatores sociais no desenvolvimento da linguagem (HARDER, 2003, 2010; ITKONEN, 2003; SINHA, 2007, 2009; ZLATEV, 2005, dentre outros), (ii) aquelas que se dedicam ao estudo empírico da variação de fenômenos de significado relacionados a variáveis externas (ROBINSON, 2010; SILVA, 2005; ZENNER; SPEELMAN; GEERAERTS, 2012, ZHANG; SPEELMAN; GEERAERTS, 2011 etc.); (iii) aquelas que se debruçam nos estudos da relação entre a variação formal e a semântica (GEERAERTS; GRONDELAERS; BAKEMA, 1994; HEYLEN, PEIRSMAN; GEERAERTS, 2008; RUETTE; SPEELMAN; GEERAERTS, 2011; SPEELMAN, GRONDELAERS; GEERAERTS, 2003); e, (iv) aquelas

que investigam como a variação é categorizada pelos falantes (GEERAERTS, 2003; KRISTIANSEN, 2003, 2010, ALMEIDA, 2021, 2020, 2018).

A procedente área, em sentido estrito, pode ser definida como o estudo da variação linguística desde uma perspectiva combinada de aspectos cognitivos e sociais (HOLLMANN, 2013). De outro modo, pode ser interpretada amplamente, segundo Kristiansen e Dirven (2008), abrangendo não apenas o estudo, desde um viés social e cognitivo, da estrutura da linguagem, incluindo fonologia (cf. CLARK; TROUSDALE, 2009), léxico (cf. GEERAERTS et al., 1994; SPEELMAN et al., 2008) e gramática (cf. GRONDELAERS, 2000; GRIES, 2002, 2003; GRONDELAERS, SPEELMAN; GEERAERTS, 2008; HOLLMANN; SIEWIERSKA, 2006, 2007), mas também áreas mais aplicadas, como debates sobre políticas linguísticas e outros tópicos (cf. BETHELE, 2008; JANICKI, 2008; DIRVEN; PÜTZ, 2008), linguagem e ideologia (cf. DIRVEN; HAWKINS; SANDIKCIOGLU, 2001), linguística cultural aplicada (cf. SHARIFIAN; PALMER, 2007), marcas corporativas (cf. KOLLER, 2008), questões voltadas à aprendizagem e ao ensino de línguas (cf. FIKSDAL, 2008; HOLME, 2009; LITTLEMORE, 2009) e *World Englishes* (WOLF; POLZENHAGEN, 2009).

Esse novo viés de estudos no âmbito da Linguística Cognitiva, de uma parte, procura oferecer uma compreensão abrangente da construção e da variação do significado, por outra, à sua vez, como afirmam Pütz, Robinson e Reif (2014), visa a explicar o significado da variação observável entre línguas, comunidades de fala, sociedades e culturas. Tal paradigma, vale reiterar, não é apenas uma flutuação temporária disciplinar, seu desenvolvimento compreende parte de uma “virada social” maior, como aponta Harder (2010), visível no cerne das ciências cognitivas, de modo geral. Com efeito, integrar o viés cognitivo ao social, ideia já antes anotada por Croft (2009, p. 395, tradução nossa) seria, “[...] um importante passo à frente no fornecimento de uma abordagem genuína para toda a linguagem”⁸.

Estritamente definida e amplamente interpretada, tomada como um modelo emergente, essa nova perspectiva de investigação, tem se preocupado, como dito antes, com o estudo da variação desde um viés sociocognitivo, oferecendo sugestões para o que tem sido chamado de uma “Linguística Cognitiva Social”, por vários linguistas cognitivos. Embora a terminologia em si seja devida a Croft (2009), os trabalhos sobre intersubjetividade e intersubjetificação (SINHA, 1999, 2004; VERHAGEN, 2005; LOPEZ COUSO, 2010; TRAUGOTT, 2003, 2010), também, podem ser agrupados neste mesmo rótulo.

⁸ Do original: “[...] an importante step forward in providing a genuine approach to the whole of language”.

É Croft (2009) quem primeiro argumenta sobre a inevitabilidade de uma Linguística Cognitiva Social, pois, para ele, ela oferece, ou pelo menos se propõe a oferecer, uma alternativa psicológica mais realista às teorias formais da gramática e da semântica. Do mesmo modo, o autor sugeriu que a Linguística Cognitiva incluísse em sua abordagem uma perspectiva sócio-interacional, na qual a linguagem não deve ser vista como um fenômeno puramente mental, mas como um fator social de interação (CROFT, 2009, 2010). Ainda que o estabelecimento da Sociolinguística Cognitiva seja mais amplo do que as proposições de Croft (2009, 2010), por levar em consideração não apenas a situação comunicativa do falante e do ouvinte, mas também o contexto social mais amplo, como o registro, a região, a noção de prestígio etc. (LABOV, 1972, 1973, 1994, 2001; TRUDGILL, 1974), foram estas conjecturas cunhadas por ele e por aquelas de trabalhos anteriores, a exemplo do de Salomão (1997), que ele designou de “Linguística Cognitiva Social”, que se mostraram relevantes na discussão (no desenvolvimento) de uma Sociolinguística Cognitiva.

Ao eleger a variação linguística baseada no uso como o sustentáculo de suas investigações, a Sociolinguística Cognitiva “[...] tem o mérito de possibilitar a articulação de fenômenos que não haviam recebido a devida atenção nas áreas que o constituem” (FERRARI, 2016, p. 135). De um lado, os sociolinguistas, como realçou Croft (2009), denotaram pouca disposição para fazerem uso dos modelos analíticos idealizados pela Linguística Cognitiva, de outro lado, os linguistas cognitivos, por sua vez, não incluíram em seus estudos tópicos sobre variação linguística. Esse cenário só foi modificado a partir do empreendimento de teóricos vinculados à Linguística Cognitiva que requereram, para as suas análises, a integração de aspectos cognitivos e sociais (cf. KEMMER; ISRAEL, 1994; KRISTIENSEN; DRIVEN, 2008). Não obstante, o processo inverso também se deu, cuja procedência estava na sociolinguística, embora em menor proporção (cf. HUDSON, 2007).

Via de regra, como anota Ferrari (2016, p. 135), “[...] a Sociolinguística Cognitiva propõe que a compreensão acurada do uso da língua depende da consideração de fatores sociais e culturais em conjunção com fatores cognitivos”. Isto posto, este campo de investigação, como já assinalado, visa a integrar linhas socialmente orientadas, buscando investigar as correlações existentes entre a variação linguística, os modelos culturais, a diversidade sociocultural, ideologias e as questões de política da língua (SILVA, 2008), além de enfatizar a atuação dos falantes, seu lugar na sociedade e sua atuação em distintas atividades sociais. Nessa lógica, a difusão da emergente Sociolinguística Cognitiva “[...] faz parte de uma agenda mais ampla que afeta não apenas a Linguística Cognitiva, mas a Antropologia e as Ciências Cognitivas, de um

modo geral” (FERRARI, 2016, p. 136), por se tratar de uma virada rumo ao social, na qual se pode verificar a ampliação da investigação de propriedades que convergem da mente, em sua individualidade, para as das mentes em interação (HARDER, 2010).

O potencial e a viabilidade da Sociolinguística Cognitiva têm sido evidenciados com um crescente número de estudos e de importantes volumes publicados como os de Kristiansen e Dirven (2008), Frank, Dirven, Ziemke e Bernárdez (2008), Geeraerts, Kristiansen e Peirsman (2010), e Pütz, Robinson e Reif (2014). A gama de trabalhos incluídos nestes volumes “[...] demonstram que fazer uma abordagem sociocognitiva da linguagem fornece inúmeras possibilidades que beneficiam a investigação da variação nos níveis teórico, temático e metodológico”⁹ (PÜTZ; ROBINSON; REIF, 2014, p. 2, tradução nossa). No que se refere ao português brasileiro, ainda que não assinalados sob o rótulo da Sociolinguística Cognitiva, pode-se situar os estudos de Bortoni-Ricardo (1985) e Ferrari (1994) como contribuintes da emergente área, dado que inspirados na Linguística Cognitiva indentificaram usos sociocognitivos de variáveis fonológicas, associados ao conceito de redes sociais.

A Sociolinguística Cognitiva, ao ser definida amplamente como a tentativa de alcançar uma conjectura entre a Linguística Cognitiva e a Sociolinguística, apresenta duas questões que devem ser discutidas, a saber: “Por que a Linguística Cognitiva se voltaria para a investigação variacionista, e por que a Sociolinguística se preocuparia com a Linguística Cognitiva?” (GEERAERTS; KRISTIANSSEN; PEIRSMAN, 2010, p. 2). Sumarizam-se, na subseção terciária, a seguir, algumas breves tentativas de respostas para ambas as perguntas.

2.2.1 O viés social na Linguística Cognitiva e a perspectiva cognitiva em Sociolinguística

Desde sua constituição, a Linguística Cognitiva tem inserido em alguns de seus programas de estudos o aspecto social e a variação linguística, a exemplo do estudo dos modelos culturais, “teorias populares”, ou mesmo dito modelos cognitivos culturais, ou seja, representações ou configurações mentais de conteúdo cultural individualmente idealizadas e partilhadas pelos membros de uma cultura sobre emoções, linguagem, normas, atitudes, mente etc. (cf. HOLLAND; QUINN, 1987; DIRVEN; FRANK; PÜTZ, 2003; BENNARDO; MUNCK, 2014, entre outros). Os estudos deste e de outros aspectos da variação cultural, inserindo aqueles voltados para a especificidade cultural da metáfora conceptual (LAKOFF,

⁹ Do original: “[...] demonstrates that taking a socio-cognitive approach to language provides numerous possibilities which benefit the investigation of variation at the theoretical, thematic and methodological levels”.

1993; KÖVECSES, 2005), têm constituído o paradigma denominado Linguística Cultural (PALMER, 1996) nos quais se juntam as investigações sobre linguagem e ideologia, identidade social e a aplicação de modelos culturais e metáforas conceptuais na caracterização de atitudes linguísticas vinculadas às variedades de uma determinada língua (BETHELE, 2001; GEERAERTS, 2003).

A variação linguística, no que lhe concerne, vem sendo estudada no viés cognitivo desde uma perspectiva diacrônica, tipológica e antropológica e psicolinguística, como já aludido, ao passo que a variação interna ainda tem sido pouco explorada no bojo da vertente cognitiva. Ressalvam-se os trabalhos produzidos por Geeraerts, Grondelaers e Speelman (1999) sobre variação léxica, empiricamente fundamentados numa metodologia quantitativa e variacional baseada em corpus, tal qual os estudos sobre variação fonética (KRISTIANSEN; DIRVEN, 2008; BORTONI-RICARDO, 1985; FERRARI, 1994). Essas linhas de investigação socialmente orientadas, sobreditas, ao se integrarem, institucionalizaram a Sociolinguística Cognitiva, cujo propósito visa a analisar “[...] as correlações entre a variação linguística e modelos culturais, a variação linguística e a diversidade social e cultural, a variação linguística e ideologias e incluindo as questões de política da língua” (SILVA, 2009, p. 518).

Ante o exposto, Geeraerts, Kristiansen e Peirsmann (2010) argumentam que existem dois aspectos da Linguística Cognitiva que levam à incorporação da variação social no escopo de seus estudos, a saber: sua perspectiva predominantemente semântica e a sua natureza baseada no uso. Tais aspectos – que estão inter-relacionados de distintas maneiras – definem características, na medida em que se encontram no seio do empreendimento linguístico-cognitivo, e determinam, em grande medida, o desenvolvimento interno da dita abordagem.

O significado linguístico, à sua vez, é tido por excelência como o objeto essencial da Linguística Cognitiva, evidência que não necessita de explicação. Geeraerts (2006) já havia preconizado que ele constitui um princípio básico de coesão para a Linguística Cognitiva. Ele é gestado e transmitido mediante interação dos indivíduos, portanto, não existe isoladamente, e é por isso que a definição e a arquitetura básica da linguagem são concebidas pela Linguística Cognitiva como envolvendo não apenas cognição, mas cognição social, culturalmente situada (GEERAERTS, KRISTIANSEN; PEIRSMAN, 2010). Nesse contexto, encontra-se uma linha de pesquisa dentro da Linguística Cognitiva que examina a forma como a emergência da língua enquanto tal, sugerindo que as características específicas numa língua só podem ser adequadamente apreendidas se se levarem em conta a natureza socialmente interativa da

comunicação linguística (ITKONEN, 2003; HARDER, 2003; VERHAGEN, 2005; SINHA, 2007).

Em contrapartida, existe um consenso dentro da Linguística Cognitiva para concebê-la como uma abordagem baseada no uso, cuja ideia fundamental é a natureza dialética entre o sistema da linguagem e o uso da linguagem (LANGACKER, 1999; KEMMER; BARLOW, 2000; BYBEE; HOPPER, 2001; TOMASELLO, 2003; VERHAGEN; VAN DE WEIJER, 2003). Nesse enquadramento, “[...] uma das principais consequências de uma concepção de linguagem baseada no uso é que precisa incorporar em seu âmago estudos sócio-variacionistas”¹⁰, como prescrevem Geeraerts, Kristiansen e Piersman (2010, p. 5, tradução nossa). O motivo para tal assertiva é bem acessível: a variação é resultante do uso decorrente e inevitável da língua; uma comunidade linguística jamais será em sua totalidade homogênea, assim como qualquer língua nunca deixará de ser um diassistema social.

A estes dois aspectos que implicam uma investigação socialmente orientada somam-se, igualmente, outros três aspectos que justificam a inter-relação do viés “psicológico” para o social, são eles: um modelo orientado para o significado, um modelo experiencialista e um modelo recontextualizador. Ao apreender o significado como conceptualização, no sentido mais geral de qualquer experiência mental, não se deve desperceber a diversidade linguística como um aspecto peremptório do estudo, pois o significado possui uma natureza perspectivista (ajudando a construir o mundo a partir de perspectivas alternativas) (LANGACKER, 1987, 1991, 1999; TALMY, 2000), flexível e dinâmica que fomentam espontaneamente a variabilidade. Não obstante, a variação sociolinguística constitui uma forma específica de significado, ou melhor dito, de distintos tipos de significados (emotivo, social, estilístico e discursivo), pouco explorada nos estudos sociolinguísticos, razão que por si só é suficiente para aceitar a Sociolinguística Cognitiva como um acréscimo bem-vindo a Sociolinguística, bem como a Linguística Cognitiva.

Estudar a variação de significado e o significado da variação, isto é, o modo como os falantes percebem a variação e a forma como a variação linguística é significativa para eles, para a Linguística Cognitiva, é uma atividade igualmente natural. Numa concepção de língua baseada no uso, assumem-se “[...] que os falantes da língua têm uma representação cognitiva das interações comunicativas nas quais participam”¹¹ (GEERAERTS; KRISTIANSEN;

¹⁰ Do original “[...] one major consequence of a usage-base conception of language is that it needs to incorporate socio-variationist studies”.

¹¹ Do original “[...] language users have a cognitive representation of the communicative interactions in which they participate”.

PEIRSMAN, 2010, p. 9), isso, ao invés de uma dotação genética, é o seu “conhecimento da língua”. No seu ambiente interativo, a variação está inclusa, permitindo que eles tenham uma representação dessa diversidade, dessa maneira, eles categorizam a realidade social tal como se reflete no uso da língua e nas diferenças desse uso. Sendo a categorização tomada como significado, um fenômeno eminentemente semântico e de interesse da Linguística Cognitiva, contribuirá no âmbito da Sociolinguística, já que essa tem dedicado pouca atenção à semântica, como aqui já salientado.

Quanto ao aspecto experiencialista, ele deve atender, na inter-relação entre o psicológico e o social, “[...] não só a experiência individual (corpórea, neurofisiológica), como também a experiência colectiva, social e cultural e, com ela, as diferenças entre culturas, grupos sociais ou mesmo indivíduos” (SILVA, 2009, p. 516), construídas na e pela linguagem. Esta decorrência assenta o desafio de reinterpretar a cognição como cognição social, ou mesmo cognição situada, além da questão de saber como é que interatuam, por seu turno, os fatores neurofisiológicos, individuais e universais e, por outro, fatores interindividuais, variacionistas e socioculturais (SILVA, 2008).

Não obstante, no que lhe diz respeito, um modelo recontextualizador, em contestação à descontextualização de outros modelos dos estudos da linguagem, do mesmo modo, não pode deixar de incorporar quaisquer que sejam as facetas que constituem o contexto, isto é, “[...] as bases cognitivas e experienciais dos falantes ou contexto cognitivo e o nível interaccional do uso linguístico ou contexto situacional” (SILVA, 2009, p. 517), assim como o contexto social ou o ambiente sociocultural da língua. Com efeito, vincular sistematicamente aspectos sociais da linguagem nas distintas linhas de estudos cognitivos das línguas estabelecerá o término, ou melhor dito, a fase final do alargamento da Linguística Cognitiva, como anota Silva (2008).

Aos aspectos apresentados para justificar a inter-relação entre o psicológico e o social, sublinham-se três contribuições características da Sociolinguística Cognitiva à Sociolinguística, as quais patenteiam a importância da semântica nos estudos variacionistas, como anota Silva (2015), são elas: (i) o exame da variação do significado, assim dizendo, as distintas maneiras de interação entre as fontes de variação linguística (forma e contexto) e o significado; (ii) o estudo da representação cognitiva da variação intralinguística (ou variação do significado), nos seus tópicos de discussão como categorização, percepção e avaliação atitudinal da diversidade linguística; e (iii) o tratamento da implicação metodológica da equivalência semântica, uma exigência prévia e indispensável para a investigação gramatical e léxica sócio-variacionista.

Os benefícios de (i) e (ii) são discutidos na subseção 2.2.3, quanto a (iii), a solução para a equivalência semântica e, por conseguinte, para a noção de variável sociolinguística, já anteriormente apresentada, segundo Silva (2015, p. 82), “[...] passa pela incorporação de uma teoria do significado entendido como conceptualização, tal como tem sido desenvolvida pela Linguística Cognitiva”, da mesma maneira que “[...] pela verificação de que se as diferenças semânticas entre as variantes lexicais ou gramaticais forem estáveis entre variedades linguísticas, então qualquer variação remanescente é variação sociolinguística”. Alguns outros contributos da Sociolinguística Cognitiva para a Sociolinguística podem ser consultados em Silva (2009, 2014), Kristiansen e Dirven (2008), Geeraerts, Kristiansen e Peirsman (2010).

Além do que já foi dito, por fim, compete reiterar que a Sociolinguística Cognitiva tem contribuído com a promoção de diversos estudos sobre fenômenos variacionais, a exemplo da abordagem da variação fonética pela teoria do protótipo (KRISTIANSEN, 2003), do uso de modelos culturais e metáforas conceptuais na identificação de atitudes linguísticas (GEERAERTS, 2003, 2006), da variação diafásica na concepção apresentada por Langacker (1993), de ponto de referência conceptual (KRISTIANSEN, 2008), da exploração da cognição social e do desenvolvimento de métodos quantitativos baseados em *corpora* e corpus, bem como de métodos multivariacionais de análise da convergência de fatores conceptuais, variacionais e discursivos dos fenômenos linguísticos (SILVA, 2008).

Diante do exposto, explorar-se-á, na subseção ternária, a seguir, um pouco mais sobre a linguística baseada no uso e a variação interna da linguagem, a fim de compreender como a língua em seu uso efetivo se manifesta em dados não-elicítados e espontâneos de um corpus, dados elicítados da aplicação de inquéritos dialetológicos, ou mesmo geossociolinguísticos, ou outras experimentações.

2.2.2 Linguística baseada no uso e variação interna da linguagem

Concebida como forma de construir conhecimento através da experiência humana com o mundo, a linguagem reflete em sua estrutura formal, segundo Geeraerts e Cuyckens (2007), a organização conceptual, os princípios de categorização e os mecanismos de processamento das influências da experiência que homens e mulheres mantêm com o meio em que vivem. É nos processos interativos de uso da linguagem que determinadas frases, expressões, palavras etc. sofrem constantes alterações e mudanças (GIVÓN, 1979; TOMLIN, 1986; DIESSEL, 2006). De mais a mais, as funções comunicativas da linguagem imprimem marcas na estrutura

linguística que, por sua parte, é influenciada por processos cognitivos gerais que concernem à categorização e à conceptualização da experiência (LANGACKER, 1987), à representação e ativação do conhecimento na memória (BYBEE, 2007), à linearização da informação no planejamento de enunciados (MACDONALD, 2013) e ao fluxo da consciência no processamento do discurso (CHAFE, 1994).

Beckner et al. (2009), Bybee (2006, 2007, 2010), Bybee e Hopper (2001), Diessel (2011), Goldberg (1995, 2006), Hopper (1987) Kemmer e Barlow (2000), Langacker (1987, 1991, 2000, 2008) e Tomasello (2003) defendem a ideia de que um modelo linguístico baseado no uso deve desenvolver uma teoria dinâmica da linguagem que explique os efeitos dos processos interativos e cognitivos na emergência da estrutura e do significado linguístico. Logo, este modelo deve reconhecer a “[...] inevitável heterogeneidade de uma língua e a complexa relação dialética entre sistema e uso” (SILVA, 2012, p. 27).

Um modelo baseado no uso, incorre, sobretudo, numa interpretação de língua como um sistema movente e flexível, numa visão sociocognitiva da inter-relação dos aspectos sociais e conceptuais desse sistema e no entendimento das variedades lectais como categorias estruturadas na base prototípica. “Nesta abordagem, a linguagem consiste em estruturas fluidas e restrições probabilísticas que são moldadas pela comunicação, memória e processamento”¹², como registra Diessel (2017, p. 2, tradução nossa). Um aspecto importante que deve ser levado em conta na análise da estrutura linguística e do significado nesse modelo é a frequência das ocorrências, já que elas são responsáveis pela ativação e processamento de palavras, categorias e construções, que, no que lhe tocam, podem promover efeitos morosos na organização do conhecimento linguístico na rede da linguagem (DIESEL, 2017).

Tanto a Linguística Cognitiva quanto a Sociolinguística se autodefinem como modelos baseados no uso, isso alude que a variação (incluindo a mudança de significado) é decorrente do uso, imediato e irrevogável da linguagem, o qual o falante toma posse, ou mesmo se beneficia dele. A abordagem baseada no uso, como já anteriormente destacado, é um dos princípios essenciais da Linguística Cognitiva (cf. BARLOW; KEMMER, 2000), fundamentado no pressuposto de que a linguagem não constitui apenas um repositório de unidades de significado para serem empregados nos usos cotidiano, mas também é o resultado, ou melhor expresso, o produto desse uso da linguagem, o qual se baseia nas experiências daqueles que a utilizam, ou seja, dos seus usuários. Destarte, a ciência cognitiva baseada no uso

¹² Do original: “In this approach, language consists of fluid structures and probabilistic constraints that are shaped by communication, memory, and processing”.

argumenta que toda significação tem uma natureza experiencial (e.g. BYBEE, 2006), como anteriormente citado, sendo que a variação, ou mesmo a mudança do significado, emerge das inferências dos eventos em uso (TRAUGOTT, 1989; TRAUGOTT; DASHER, 2002).

Ainda que um modelo baseado no uso compreenda os eventos (espontâneos, elicitados, dentre outros) como caracterizadores apropriados para se chegar a conclusões sobre as representações cognitivas e sociais da linguagem, encontram-se diferenças, como registram Pütz, Robinson e Reif (2014, p. 5, tradução nossa), “[...] entre a linguística cognitiva e a sociolinguística quanto aos tipos de eventos de uso que elas têm investigado”¹³. Desta maneira, corriqueiramente, os sociolinguistas coletariam dados para análise em comunidades de fala, previamente estabelecidas, ora por meio de entrevistas (LHAMAS, 2007), ora por meio de experimentos de eliciações (LABOV, 1966), ora por meio de observações etnográficas (MILROY, 1980). Em contrapartida, os linguistas cognitivos fariam uso de *corpora* não elicitados para chegar a generalizações sobre a variação e ao significado na linguagem (GLINN; FISCHER, 2010), embora Gibbs (1994), Sandra e Rice (1995) e outros já tenham feito uso de dados de eliciação em seus estudos e com os quais esta tese coadunou no tratamento teórico-metodológico para a composição da amostra analisada neste estudo.

Foi partindo desse ponto de vista que estudiosos como Gries e Stefanowitsch (2006) e Grondelaers, Geeraerts e Speelman (2007) têm mudado a postura epistemológica e metodológica de seus trabalhos, cuja orientação era relativamente qualitativa (por vezes puramente introspectiva), para bastante quantitativa, pois está havendo uma “[...] consciência crescente de que a teoria linguística deve ser alicerçada na observação do uso da linguagem, em testes experimentais de sua validade e no conhecimento geral da função cognitiva”¹⁴ (GONZALEZ-MARQUEZ; MITTELBERG; COULSON; SPIVEY, 2007, p. xxii, tradução nossa), embora as pesquisas de natureza qualitativa sejam válidas, seguindo sendo realizadas.

Para além da coleta de dados de usos autênticos, o falante é a peça chave num modelo baseado no uso e parece que a Sociolinguística compreende isso claramente já que coloca os falantes, a sua comunidade e a cultura no centro de seus estudos, diferente da Linguística Cognitiva que, segundo Pütz; Robinson, Reif (2014), parece estar fazendo afirmações baseadas no uso sem olhar para os usuários reais da língua em seus processos interativos, fato este cada vez menos recorrente, dado a mudança de postura epistemológica e metodológica dos trabalhos

¹³ Do original: “[...] there are differences between Cognitive Linguistics and Sociolinguistics as to the types of usage events they have been investigating”.

¹⁴ Do original: “[...] growing awareness that linguistic theory should be grounded in the observation of language usage, in experimental tests of its validity, and in general knowledge of cognitive function”.

que vêm sendo realizados. Desprovido dessa mudança, isso pareceria problemático para uma teoria da linguagem que assume uma natureza experiencial e perspectivada do significado, bem como para uma teoria que argumenta que a variação e a mudança do significado são motivadas pelo fortalecimento pragmático das inferências realizadas pelos falantes-ouvintes que raramente estão no âmago da investigação. No entanto, ao observar tais problemáticas, os linguistas cognitivos sentiram que devem materializar seus estudos numa teoria da linguagem mais abrangente, no nível do uso cotidiano da linguagem, tanto na fala individual quanto na comunidade de fala, bem como desde um viés das normas estilísticas, sociais e culturais que regem esse uso.

Os falantes num modelo baseado no uso têm uma interpretação cognitiva dos atos interlocucionais em que estão envolvidos. Isso, de fato, diz respeito ao próprio conhecimento que possuem da língua. Evidentemente, esse saber inclui “[...] a representação cognitiva que os falantes fazem da variação linguística que inevitavelmente caracteriza a comunidade linguística a que pertencem” (SILVA, 2012, p. 20). O significado da variação é, portanto, o sentido que os falantes atribuem à variação linguística, ao passo que percebem ou conhecem a diversidade lectal, caracterizando-as e avaliando-as atitudinalmente, sendo esta categorização (linguística; da variação lectal) um processo naturalmente cognitivo, logo, um processo semântico.

Compete a um modelo baseado no uso não tão somente investigar a variação na produção de uma língua, mas também o estudo da “[...] representação cognitiva da variação lectal e dos seus efeitos no uso linguístico e na variação linguística” (SILVA, 2012, p. 20), incluindo algumas questões, propostas por estudiosos como Geeraerts, Kristiansen e Piersman, (2010), Silva (2012); Pütz, Robinson e Piersman (2014), que nortearão o trabalho com a variação em Sociolinguística Cognitiva, tais quais:

(1) Como é que os usuários da linguagem percebem as diferenças lectais e como eles avaliam-na atitudinalmente?

(2) Que modelos cognitivos e culturais utilizam para categorizar as diferenças lectais?

(3) Como eles avaliam essas diferenças lectais?

(4) Até que ponto os fatores atitudinais e perceptivos influenciam a variação e a mudança linguísticas?

(5) Até que ponto as distâncias linguísticas subjetivas (distâncias percebidas, atitudes linguísticas) se correlacionam com as distâncias linguísticas objetivas (observáveis no comportamento linguístico dos falantes)?

(6) Até que ponto as distâncias linguísticas objetivas e as atitudes linguísticas influenciam a inteligibilidade mútua de variedades nacionais?

(7) Como é que os falantes de línguas adquirem competência lectal, como ela é armazenada mentalmente, e como é que funciona na produção linguística?

(8) Até que ponto a variação da linguagem baseada no uso é socialmente estruturada?

(9) Como a variação afeta a categorização dentro da mesma comunidade, em sistemas e comunidades, e especialmente nas fronteiras entre sistemas e comunidades?

(10) Como a variação interna da linguagem afeta os aspectos conceituais da linguagem, ou seja, o significado linguístico e a categorização linguística?

As questões¹⁵ enumeradas conjecturam a necessidade de vincular distintos modos de interação entre enfoques cognitivos baseados no uso e o viés sociolinguístico sobre variação interna da linguagem, ou melhor, intralinguística, atribuindo grande importância aos falantes e sua participação em diferentes eventos sociais.

Ainda que se tenha apreendido que, para a Sociolinguística Cognitiva, é essencial investigar a variação, explorar a variação de significado é outra oportunidade que aflora do casamento entre a Sociolinguística e a Linguística Cognitiva, embora existam divergências entre elas quanto à abordagem do significado e à variação de significado, como se verá, na achegada subsecção.

2.2.3 Escrutinando a variação de significado

Para a Sociolinguística Cognitiva, a investigação do significado é um tópico crucial para suas discussões. No entanto, se se faz uma breve revisão de literatura em Linguística Cognitiva e Sociolinguística verá que elas se diferem bastante na maneira como abordam o significado e a variação de significado. Para a Linguística Cognitiva, a semântica é um fato indiscutivelmente válido (DIRVEN, 2005), não sendo, à sua vez, concebida como um módulo estanque da sintaxe, da fonologia e da pragmática, pois, para si, as propriedades de significado são tidas como caracterizadoras de todas as estruturas linguísticas.

A Sociolinguística, ao seu modo, descuidou quase que totalmente da semântica e de sua variação. Inicialmente os estudos da área (LABOV, 1963; TRUDGILL, 1974) estavam voltados para a variação fonológica, embora posteriormente, passaram explorar a variação em outros níveis da linguagem, como a sintaxe e o discurso, descuidando da variação semântica. As

¹⁵ Para mais questões e alguns de seus pontos, consulte a Chamada de Trabalhos do 34th LAUD Symposium, 2010.

poucas tentativas de investigação da variação semântica podem ser encontradas, por exemplo, em Boberg (2004) ao examinar a variação onomasiológica, ou Robinson (2010, 2012a, 2012b) ao escrutinar a variação semasiológica.

Uma das possíveis motivações para a Sociolinguística ter negligenciado o estudo da variação do significado pode estar relacionada às questões metodológicas que intervêm na captura da complexidade do significado. De igual maneira, houve uma barreira na exploração semântica, dentro desse paradigma, que pode estar vinculada à maneira como a variável linguística tem sido compreendida, já que nos padrões sociolinguísticos ela é interpretada como “[...] duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa”¹⁶ (TAGLIAMONTE, 2012, p. 4, tradução nossa), definição que funciona relativamente bem para capturar variações fonológicas, morfossintáticas ou mesmo onomasiológicas. No entanto, a natureza difusa do significado aplicada a esse princípio pode se apresentar como um problema quando uma definição de limites claros for solicitada, a exemplo das construções causativas polissêmicas que expressam coisas distintas da mesma forma ao invés de diferentes formas para expressar a mesma coisa (GOLDBERG, 1995).

Um outro problema relacionado com os critérios variacionistas é a baixa frequência de variáveis léxicas e semânticas que são apresentadas nos *corpora* ou corpus de análise em detrimento das variáveis fonológicas, por exemplo, que são encontradas em abundância. A fim de resolver tal proposição, os sociolinguistas têm utilizado questionários de elicitación direta de variantes ainda que reconheçam os problemas metodológicos colocados por este método, como a impossibilidade de coletar dados que não sejam próprios do registro cuidado, segundo Borrego Nieto (1981). Do mesmo modo, o nível semântico apresenta maior grau de consciência do que o fonológico, criando um problema metodológico para a Sociolinguística que postula que as variantes investigadas devem ser usadas em um plano inconsciente, de modo que se possa capturar o uso mais natural da língua, o vernáculo (LABOV, 1972).

Destas limitações metodológicas, que são várias, emergem, também, dois problemas teóricos de relevância para o estudo semântico: a concepção do sistema de língua e a ausência de uma teoria do significado, como anota Pizarro Pedraza (2013). De uma parte, a Sociolinguística não rompe exatamente com o paradigma de um sistema/uso, embora estabeleça vinculações entre ambas as partes. Tal postura foi criticada até mesmo no seio da própria área, especialmente quando se compreende um fenômeno sendo examinado desde distintas perspectivas (HALLIDAY, 1996). De outra parte, não é de se estranhar que o desenvolvimento

¹⁶ Do original: “[...] two or more ways of saying the same thing”.

de uma teoria do significado não tenha sido propriamente realizada pela sociolinguística, ainda que fora proposto uma formalização de traços semânticos mediante análise componencial (SANKOFF; THIBAUT; BÉRUBÉ, 1978) o que para um sociolinguista interessado em semântica impacta em um problema, já que esta não pode ser decomposta de modo que suas variáveis apresentem uma série de atributos “necessários e suficientes” estabelecidos no plano do sistema, como um fonema.

Apesar da Sociolinguística admitir a variabilidade como uma característica inerente a todos os níveis da língua, desatendeu a variação semântica, como dito anteriormente, por uma série de entraves teóricos e metodológicos. Em tal caso, assim como Pizarro Pedraza (2013, p. 23, tradução nossa), coaduna-se com a ideia de que devido “[...] às características do significado, a variação semântica necessita de um marco mais flexível que dê conta de suas complexidades”¹⁷. É exatamente neste ponto que a Linguística Cognitiva tem muito a oferecer à Sociolinguística, provendo-lhe um aparato teórico bastante acurado e baseado em dados empíricos (GEERAERTS; KRISTIANSEN, 2014).

As implicações que a Sociolinguística enfrenta no que concerne ao tratamento da semântica são, em verdade, vistas como oportunidades para a Sociolinguística Cognitiva, na defesa de uma exploração dos fundamentos socioculturais das inúmeras ações de distintos tipos de significados (léxico, construcional etc.), baseados em teorias semânticas cognitivas, como afirmam Pütz; Robinson e Reif (2014). A Sociolinguística Cognitiva, portanto, considera as características do significado como uma categoria não discreta, mas estruturada, aplicando este conhecimento para explicar a variação de/dentro dos dialetos, socioletos, culturas, registros, estilos, estereótipos, dentre outros. Logo, a categorização desempenha nos dois paradigmas – o sociolinguístico e o cognitivo – um importante papel que merece uma breve discussão (HUDSON, 2000), na subseção seguinte.

2.2.4 Categorização e protótipos

Conforme Langacker (2007), a Linguística Cognitiva compreende que a linguagem é basicamente significado, em outros termos, conceptualização, e, assim sendo, primariamente semântica. O significado é também um processo de categorização, ou melhor dito, de tradução do mundo, por meio da linguagem, em categorias, com as quais a realidade é projetada no

¹⁷ Do original: “[...] a las características del significado, la variación semántica necesita de un marco más flexible que dé cuenta de sus complejidades”.

pensamento (TAYLOR, 1989; EVANS; GREEN, 2006). Mas afinal o que é categorização e, consequentemente, categorias? E como o ser humano atribui sentido ao mundo e às experiências? Amplamente, a categorização pode ser compreendida como um processo mental pelo qual objetos e ideias são reconhecidos, classificados e distinguidos, e consiste em organizar elementos de um dado universo em grupos ou categorias que, por seu turno, “[...] são agrupamentos dos elementos constituintes da vida antro-po-bio-físico-psíquico-geo-sócio-histórico-cultural-político-ideológica, com seus objetos, paisagens, emoções, vivências, ações, atores sociais etc.” (ALMEIDA, 2018, p. 272).

A categorização é um recuso alicerçador, uma operação cognitiva inerente à espécie humana e em consequência disto à linguagem e, por conseguinte, fundamental à maneira pela qual os sujeitos humanos aprendem a nomear, organizar e compreender o entorno que lhes circundam. É por meio desse processo que eles podem identificar, distinguir e classificar elementos concretos (carro, mesa, casa etc.) de elementos extremamente abstratos (paixão, amor, solidão, dentre outros). Diante disso, como se dá o processo de categorização? A resposta para tal questionamento vem sendo dada desde a Grécia antiga, desdobrando-se até os dias de hoje.

O modelo clássico de categorização nos estudos filosóficos, cunhado por Aristóteles (384-322 a.C), levava em consideração somente os traços essenciais que certificariam ou não o pertencimento de um elemento a uma estabelecida classe. Tal visão apresentava uma ideia de verdade universal, na qual a capacidade lógica dos indivíduos se responsabilizaria pelo entendimento que faziam das coisas e várias destas categorias que utilizariam na produção de sentidos seriam preenchidas unicamente pelos elementos retentores dos traços essenciais e, caso não os dispusessem, não fariam parte de tal categoria (SANTOS, 2010). Vale destacar que esse modelo foi bastante utilizado pelo Estruturalismo, o qual, segundo Lakoff (1987), trata-se de uma posição filosófica afirmada e estabelecida sem verificação empírica.

A visão clássica de categorização foi questionada e repensada por diferentes estudiosos como Wittgenstein (1953) e Rosch (1978). Para Wittgenstein, as categorias não são elementos estanques, seus limites não são previsíveis e, por isso, elas não podem ser fechadas. Segundo ele, não há uma substância essencial que identifique a categoria como tal, por assumir distintos contornos assim como num “jogo de futebol”, num “jogo de tênis” etc. Pensem, por exemplo, o peixe-boi ao ser categorizado como mamífero provoca certa estranheza para muitos por exibir características que, normalmente, não são associadas à classe dos mamíferos, tais como viver embaixo d’água e possuir nadadeiras. Todavia, ele possui o que Wittgenstein chama de

características familiares dos mamíferos, a exemplo de parir e amamentar. Revisitando os postulados do autor, Ferrari (2016, p. 33) diz que, “[...] a metáfora das semelhanças familiares destaca que os membros de uma categoria apresentam as mesmas relações de semelhança observadas entre os membros de uma família”.

Rosch, na década de 1970, também reformulou a visão clássica da categorização, adotando a ideia de protótipo dentro da categoria. “Esse trabalho foi iniciado com a pesquisa das cores, que foi chamado de estudo das cores básicas, evidenciando que as cores têm um foco central primário e nossa percepção cognitiva capta o ponto mais salutar da cor, ou seja, o ponto prototípico” (SANTOS, 2010, p. 05). Essa ideia de protótipo aplicada à categorização leva ao entendimento de que dentro de uma mesma classe existem elementos mais prototípicos, em outras palavras, aqueles que exibem maior número de características vinculadas à classe, e outros elementos mais periféricos, quer dizer, aqueles que exibem número menor de características concordes à classe a que se referem.

Diante do exposto e, dito de outra maneira, a semântica de protótipos afirma que o significado se organiza em categorias, nas quais seus membros ou propriedades apresentariam, na maioria das vezes, distintos graus de saliência, isto é, em uma categoria, existiriam membros mais prototípicos que outros (sendo alguns mais centrais e outros mais periféricos) e que se agrupam, essencialmente, por similaridades parciais (SILVA, 2015) ou por “semelhança de família” (WITTEGENSTEIN, 1953). Com efeito, as categorias “[...] não são discretas, nem têm limites determinados, nem homogeneidade; por isso, seus membros podem ser mais ou menos representativos” (ALMEIDA, 2020, p. 388). Os limites entre uma categoria e outra são imprecisos, os elementos que a compõe estabelecem contato ou se sobrepõem a elementos de uma outra dita contígua. Do mais, em uma determinada organização categorial, “[...] o nível básico possui proeminência conceptual em relação aos demais, quer sejam mais gerais, quer sejam mais específicos” (ALMEIDA, 2020, p. 388).

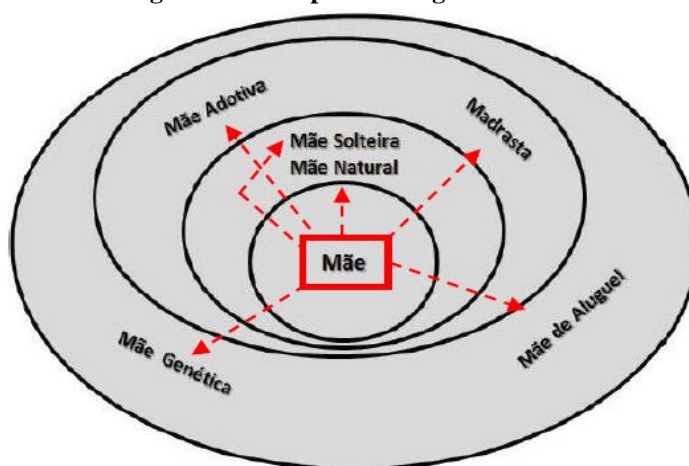
As categorias não seriam demarcadas por traços fixos em virtude da respectiva natureza do significado que é: (i) subjetiva, pois não reflete objetivamente a realidade, apenas a interpreta, implicando sempre atos comunicativos estruturados desde um viés particular; (ii) dinâmica e flexível, já que ele é uma estrutura adaptável às mudanças, “[...] sendo, por isso, as categorias uma interpretação humana do mundo que lhe circunda” (ALMEIDA, 2020, p. 388); (iii) enciclopédica, visto que depende das experiências que as pessoas têm, tanto de uma perspectiva sensorial quanto de uma identitária (GEERAERTS, 2006) e; (iv) baseada no uso e

na experiência, de modo que uma categoria só poderia ser melhor observada por meio de exemplos reais, e não em decorrência de uma compreensão objetiva e isenta da realidade.

Em face dos dados descritos, os trabalhos desenvolvidos por Rosch e seus discípulos foram essenciais para dá sustentação à construção de uma nova visão de categorização, a corporificada, desenvolvida por Lakoff (1987), e discutida amplamente em sua obra *Woman, fire and dangerous things: what the categories reveal about the mind*, na qual anota que as categorias, além de não serem estanques, também são influenciadas por aspectos culturais. Esta nova proposta se fundamenta na premissa de que o funcionamento da mente está intrinsecamente vinculado ao do corpo. Ou seja, a categorização passa a ser entendida, precedentemente, como um caso de experiência que explica alguns dos recursos vinculados à construção da linguagem, dos quais se evidencia, por exemplo, a maneira como os indivíduos explicam conceitos abstratos, cuja atividade se traduz em aproximar tais conceitos de suas experiências corpóreas.

A noção de categorias radiais, formulada por Lakoff (1987), é outro enfoque importante do modelo de categorização. Elas são concebidas como estruturas que regem subcategorias em uma categoria estendida, sendo ancoradas no fundamento básico da radialidade (o de extensão). Isso significa que uma determinada categoria pode sofrer variações, ou melhor, se expandir, em um modelo central que a licencie, que se vejam ilustração de uma categoria radial a seguir.

Figura 1 - Exemplo de categoria radial



Fonte: Medeiros; Santos (2017, p. 188).

A figura 1 evidencia que uma certa categoria prototípica, tal como MÃE, não se estabelece por meio de traços necessários e suficientes, mas sim, radialmente, abrangendo outras categorias que não podem ser prenunciadas por normas gerais, que nem, MÃE DE

ALUGUEL, MÃE ADOTIVA, MADASTRA e outras mais. Vale anotar que uma categoria radial, a depender de alguns fatores, como os aspectos culturais, por exemplo, pode se tornar uma categoria central periférica, assim como categorias menos prototípicas podem assumir a posição central da estrutura radial.

A partir dessa breve sinopse sobre os estudos desenvolvidos por Wittgenstein (1953), Rosch (1978) e Lakoff (1987), apreendem-se que o processo de categorização não se reduz meramente a uma atividade de organização de objetos e experiências do mundo, uma vez que os indivíduos são capazes de outorgar distintos sentidos aos nomes que dão as coisas, isso se deve, sobretudo, “[...] a capacidade do nosso cérebro (em interação com o ambiente) de conectar informações sensoriais e perceptuais a um mecanismo cognitivo que nos permite criar conceitos sobre as coisas” (MEDEIROS; SANTOS, 2017, p. 188). Logo, o *frame* tem ajudado alguns autores a pensar numa proposta de categorização a partir da perspectiva ecológica.

Lakoff (2007 [2004], p. 4, tradução nossa) concebe *frames* como “[...] estruturas mentais que moldam a maneira como vemos o mundo”¹⁸, conformando metas propostas, maneiras de atuar e resultados bons ou ruins das ações humanas. Em outras palavras, os *frames* são tidos como “[...] mecanismos cognitivos através dos quais organizamos pensamentos, ideias e visões de mundo” (DUQUE, 2015, p. 26), ou mesmo como “[...] um conjunto de experiências armazenado em nossa memória de longo prazo, a respeito de um determinado conceito, cujo sentido vai sendo gradativamente construído” (MEDEIROS; SANTOS, 2017, p. 189). Os *frames* podem ser universais, esquemas-I (padrões cognitivos formados com base em informações sensoriais) e esquemas-X (padrões cognitivos construídos a partir de reações motoras), e/ou culturais, cujas singularidades são estabelecidas culturalmente. O aspecto universal compreende as experiências de caráter sensório-motor, resultantes das limitações corpóreas dos sujeitos humanos e o ambiente, já o aspecto cultural, como o próprio conceito alude, desponta de experiências socioculturais específicas. Dessa maneira, o *frame* CASAMENTO, a título de exemplo, evocará diferentes aspectos, em conformidade com cada cultura.

Diante dessa noção de *frame*, percebe-se que determinados conceitos são constituídos com base nas inúmeras experiências particulares que estão relacionadas com as informações perceptuais advindas do nicho ambiental e o entorno cultural. É a partir disso “[...] que somos capazes de categorizar novos elementos, criando novos conceitos, ou de recategorizar aqueles já existentes, alimentando-os com novas informações” (MEDEIROS; SANTOS, 2017, p. 189).

¹⁸ Do original: “[...] estructuras mentales que conforman nuestro modo de ver el mundo”.

Essas ideias sugerem que é possível pensar em um modelo de categorização a partir do viés ecológico e da noção de *frame*, como advertem Medeiros e Santos (2017).

Não obstante, autores, como Almeida (2020), têm pensado também num modelo de categorização ecológica a partir dos conceitos de corporização (*embodiment*) e situacionalidade sociocultural, para os quais a cognição é situada, distribuída e sinérgica (SILVA, 2015), das ideias de Maturana e Varela (2001 [1984], p. 28), acerca do ato de conhecer que “[...] quando examinamos mais de perto como chegamos a conhecer esse mundo, descobriremos sempre que não podemos separar nossa história das ações – biológicas e sociais - a partir das quais ele aparece para nós”, bem como dos pensamentos de Capra (2006 [1996], p. 25) que diz que a percepção ecológica profunda “[...] reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos)”. Com efeito, acreditam ser possível pensar a partir destes postulados em um modelo ecológico de categorização, já que “[...] somos parte desse processo, porque somos, também, natureza” (ALMEIDA, 2020, p. 391).

Lakoff (1987) destaca que a categorização é admissível tão-somente via um modelo cognitivo idealizado, responsável pela organização de todo conhecimento. Modelos cognitivos são considerados idealizados por: (a) não se acomodarem necessária e perfeitamente ao mundo, em detrimento de serem resultado do aparato cognitivo humano e da realidade; o que faz com sejam determinados pelas necessidades, propósitos, crenças e valores; e (b) pela possibilidade de constituição de distintos modelos para a apreensão de uma dada situação, podendo estes modelos serem contraditórios entre si.

Lakoff (1987) assevera que a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados se constitui alicerçada em quatro fontes, quais sejam:

- 1) A Teoria de Frames, de Fillmore (1982);
- 2) A Teoria da Metáfora e da Metonímia conceptuais, de Lakoff e Johnson (1980);
- 3) A Gramática, de Langacker (1986); e
- 4) A Teoria dos Espaços Mentais, de Fauconnier (1985).

São os postulados dessas quatro fontes que juntos, em Linguística Cognitiva, vão constituir essa teoria, o sustentáculo da Semântica Cognitiva de Lakoff, que, por sua vez, apresenta cinco modelos que contribuem para a estruturação das experiências físicas humanas tanto no domínio estritamente conceptual quanto no linguístico conceptual, são eles:

- a) O Modelo de Esquema de Imagem, incumbido por estruturar os Modelos Cognitivos Idealizados;
- b) O Modelo Cognitivo Proposicional, encarregado de especificar propriedades e relações entre domínios;
- c) O Modelo Cognitivo Simbólico, responsável por caracterizar itens léxicos, categorias e construções gramaticais numa língua;
- d) O Modelo Cognitivo Metafórico, promotor de mapeamentos entre domínios fonte e alvo; e
- e) O Modelo Cognitivo Metonímico, possibilitador de mapeamentos de relações entre entidades de um mesmo domínio.

No tocante à questão, discutir-se-ão, nas posteriores subseções, com maiores detalhes, esses dois últimos modelos cognitivos, mecanismos utilizados nos processos de conceptualização e categorização de conceitos genitais-sexuais, objeto observacional de estudo desta tese.

2.2.4.1 Estendendo a discussão sobre o Modelo Cognitivo Metafórico

Na história da literatura e da linguística, a metáfora tem sido valorizada como um mecanismo da linguagem e, ao longo desse percurso, veio experimentando importantes mudanças relativas à sua compreensão. Sua etimologia *metaphōra*, “tropo” (CUNHA, 2012), retoma Aristóteles, quem se ocupou dela na *Poética* e na *Retórica*. Tomada como figura de linguagem, compreendia parte dos recursos retóricos que tanto orador quanto poeta utilizavam para dar força ou beleza a seu estilo. Na sua *Poética*, o autor oferece uma análise detalhada desta figura e a define como “a transferência do nome de uma coisa para outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, ou por analogia” (DE POETICA 25, 1757b, p. 5-26, ARISTÓTELES, 1997, p. 42). Como se pode notar, na concepção aristotélica, a metáfora compreende o resultado de uma palavra ou locução tomada fora de seu significado convencional para anunciar um outro significado.

Para Eco (2021), a teoria aristotélica da metáfora constitui-se de dois aspectos importantes, por um lado, por ter sido o primeiro tratado que descreveu, de maneira rigorosa, esse tropo, e, por outro lado, por ter sido a primeira teorização da metáfora que não a concebeu como um simples ornamento do discurso, mas sim como algo possuidor de uma função cognitiva. Isso coaduna com o que Aristóteles já dizia de que as metáforas impunham uma

reordenação das opiniões e do saber humanos, pois elas “põem a coisa sob os olhos” (*to poieîn to pragma pro ommaton*) (ARISTOTÉLES, RETORICA, 1410b, 34), isto significa dizer que a metáfora não é tão-somente o resultado de uma transferência, mas sim uma transferência que é uma evidência imediata, cujo significado que lhe é atribuído se dá em ato.

As metáforas após terem sido interpretadas, por vários pensadores, durante séculos, como algo exterior a razão, admitindo-as, no melhor dos casos, como um ornamento da linguagem, recebem em finais do século XIX e inícios do século XX, quando aparecem autores relevantes no campo da Filosofia e da Linguística, um papel de destaque no estudo da linguagem. A velha figura de linguagem recupera, então, seu prestígio, incluindo na sua lista de requisições que fosse valorizada como um mecanismo cognitivo que licenciase os sujeitos humanos a conceptualizarem distintos domínios baseados na experiência (MUKHORTIKOVA, 2017). Tal postura, além de ressignificar a definição de metáfora, também, ressignificou as características básicas que a definem e que eram comumente aceitas.

Na teoria clássica, a metáfora era caracterizada como: 1) uma propriedade das palavras, isto é, um fenómeno linguístico; 2) um recurso usado para fins retóricos ou artísticos; 3) baseada na similitude entre duas entidades comparáveis; 4) seu uso era consciente e deliberado, por isso, era necessário certa habilidade para construí-la; e 5) era uma figura de linguagem que podia ser evitada, dado que era empregada para propósitos especiais. Em Linguística Cognitiva, porém, tais características foram desafiadas por Reddy (1979), Lakoff e Johnson (1980) e Kövecses (2010) que as reinterpretam da seguinte maneira: 1) a metáfora não é primariamente uma questão de linguagem, mas de cognição, visto que serve para falar, compreender e raciocinar; 2) desempenha um importante papel na apreensão de determinados conceitos e não responde somente a propósitos estéticos; 3) muitas vezes, não se ampara na similitude; 4) é usada sem muito esforço, por pessoas comuns, no seu dia a dia; e 5) nem de perto é considerada um adereço linguístico, já que é tida como um mecanismo inevitável de pensamento e ação humanas.

Lakoff e Johnson (1980), pioneiros da Linguística Cognitiva, além de desafiarem as características estabelecidas pela teoria clássica para a metáfora, denominaram, na conceptualização metafórica, que o sistema conceptual humano busca recursos metafóricos para expressar uma infinidade de conceitos. Mesmo com o estudo destes autores, a metáfora, na noosfera da ciência continuou sendo empregada como um “[...] tropo, uma figura de linguagem, um desvio da norma que refere outro significado que não o literal com um objetivo estético” (FERREIRA, 2015, p. 79), no entanto, Lakoff e Johnson (1980) contribuiu para ela passasse a ser vista como “[...] infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas

também no pensamento e na ação”, dado que “[n]osso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza” (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 45).

Especificamente, a metáfora conceptual, nos discursos cotidianos, permite compreender e experimentar uma coisa em termos de outra. Dito de outra maneira, ela compreende um mecanismo cognitivo que consente estabelecer associações entre domínios do sistema conceptual, de modo que um sujeito pode conceptualizar o mundo ao dar sentido metafórico à sua experiência social (LAKOFF, 1993). Esse raciocínio, no que lhe toca, levou à compreensão de que “a maior parte do nosso sistema conceptual é metaforicamente estruturado, isto é, os conceitos, na sua maioria, são parcialmente compreendidos em termos de outros conceitos” (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 127). É neste contexto que a Teoria da Metáfora Conceptual tem a sua gênese e consolidação como uma das linhas de investigação no seio da Linguística Cognitiva.

A Teoria da Metáfora Conceptual representa, efetivamente, a ruptura com o enfoque objetivista da metáfora; que a concebia, como já assinalado, “[...] como uma questão típica de textos literários, como recurso estilístico de poetas e de prosadores” (ALMEIDA, 2016, p. 140) passa, então, a partir de 1980, a ser concebida como um mecanismo cognitivo presente no cotidiano das pessoas, desprovida de uma orientação retórica para ser utilizada. Assim sendo, um dos princípios dessa teoria é o de que a mente humana é, em boa medida, estruturada metaforicamente.

Como aqui anteriormente destacado, segundo Lakoff e Johnson (2002, [1980], p. 5), “a essência da metáfora é compreender e experienciar uma coisa em termos de outra”. Nesse sentido, a metáfora conceptual é fundamentada na natureza da interação quotidiana dos sujeitos com o mundo, ou seja, ela tem uma base experiencial. É a associação convencional entre um domínio-fonte (o que se utiliza para compreender) e um domínio-alvo (o que se compreender) que a faz ser denominada como conceptual (LAKOFF; JOHNSON, 1980). O que a torna assim – em vez de puramente linguística – é a ideia de que a motivação para ela reside no nível conceitual dos domínios.

Dito em outras palavras, a expressão metafórica é entendida como uma instanciação linguística de uma metáfora conceptual, que incide, à sua vez, na compreensão de um domínio mais abstrato em termos de outro mais concreto. No entanto, uma metáfora conceptual não é tida como uma expressão linguística, visto que, antes, ela se configura como um mecanismo

que consiste em imagens mentais que consentem os seres humanos estabelecerem projeções entre diferentes domínios, que, a nível linguístico, podem ser realizadas de distintas maneiras.

Um exemplo clássico de metáfora conceptual, utilizado por Lakoff e Johnson (2002 [1980]), é AMOR É VIAGEM. Neste caso, os autores anotam que há uma série de papéis distintos que povoam os domínios fonte e alvo. Por exemplo, a VIAGEM inclui VIAJANTES, um MEIO DE TRANSPORTE, uma ROTA a ser seguida, OBSTÁCULOS ao longo da rota e assim por diante. Logo, a metáfora funciona através do mapeamento dos papéis exercidos desde a fonte até o alvo: os AMANTES tornam-se viajantes (eles estão numa encruzilhada), que viajam por um determinado MEIO DE TRANSPORTE (eles estão girando suas rodas), prosseguindo ao longo de uma rota particular (a relação saiu do curso), impedido por obstáculos (o casamento entrou em ruínas). Tais exemplos, como se nota, demonstram uma ligação metafórica entre dois domínios que consiste em uma série de diferentes mapeamentos ou correspondências, que se vejam a título de ilustração, a Tabela 1.

Tabela 1 - Mapeamento para AMOR É UMA VIAGEM

FONTE: Viagem	MAPEAMENTOS	ALVO: Amor
Viajantes	→	Amantes
Veículo	→	Relação amorosa
Viagem	→	Eventos na relação
Distância percorrida	→	Progresso alcançado
Obstáculos encontrados	→	Dificuldades sentidas
Decisões sobre a direção	→	Escolhas sobre o que fazer
Destino da viagem	→	Objetivos da relação

Fonte: Evans; Green (2006, p. 295).

Daí, Lakoff e Johnson (1980) definirem a metáfora como um mapeamento conceptual entre o domínio-fonte e o domínio-alvo, asseverando elas serem unidirecionais. Isso significa dizer que a estrutura do mapa de metáforas é sempre de um domínio-fonte para um domínio-alvo, mas não o contrário. Por exemplo, enquanto os sujeitos humanos conceberem o amor em termos de viagem, não poderão estruturar convencionalmente VIAGEM em termos de AMOR; os viajantes não são descritos convencionalmente como “amantes”, ou acidentes de carro em termos de “desgosto”, entre outras coisas mais. Por isso, os termos “alvo” e “fonte” codificarem a natureza unidirecional do mapeamento que se mantém, segundo Lakoff e Turner (1989), mesmo quando duas metáforas diferentes partilham o mesmo domínio.

Além da característica de unidirecionalidade atribuída a metáfora, Lakoff (1993) localiza outras três características, são elas: (i) o *princípio da invariabilidade* (no qual há uma projeção parcial e consistente da estrutura do domínio-fonte no domínio-alvo; (ii) a

possibilidade de *ocorrência de várias projeções metafóricas* (em relação ao mesmo domínio-alvo); e (iii) as projeções metafóricas podem ter uma *organização estrutural hierárquica* (onde se encontram metáforas mais baixas e mais altas).

A metáfora AMOR É UMA VIAGEM está em uma posição mais específica em relação à metáfora A VIDA É UMA VIAGEM, pois herda a projeção desta última. Ambas as metáforas são tidas conceptuais (não configuram expressões metafóricas), que realizam projeções entre um domínio-fonte (VIAGEM) e um domínio-alvo (AMOR/VIDA), e que podem apresentar diferentes realizações linguísticas, tais como “Eles estão numa encruzilhada”, “Olha onde chegou a relação deles”, “Eles trilharam um longo caminho na vida” e “Percorra os anos que eles percorreram”. Com efeito, são, por conseguinte, distintas expressões linguísticas que veiculam uma única metáfora conceptual. Os exemplos de metáforas dados, portanto, não se caracterizam por uma palavra ou expressão específica, mas, em tempo, por uma projeção ontológica onde se transpassam domínios conceptuais. Em tal caso, busca-se explicar a noção abstrata AMOR, por exemplo, estabelecendo correspondências com a experiência humana concreta de uma VIAGEM.

Lakoff e Johnson (2002 [1980]), com base em expressões linguísticas que denunciam a maneira como a mente conceptualiza as experiências cotidianas, sedimentam a teoria das metáforas conceptuais, demonstrando por meio dessas expressões como os processos cognitivos vão sendo refletidos pela linguagem. Com efeito, eles examinam as metáforas a partir de duas perspectivas, quais sejam: desde a ótica das metáforas convencionais conceptuais e desde a ótica das novas metáforas.

As metáforas conceptuais são descritas por Lakoff e Johnson (2002 [1980]) como sendo de três tipos: estruturais, orientacionais e ontológicas¹⁹. As metáforas estruturais consistem na estruturação metafórica de um conceito em termos de outro (TEMPO É DINHEIRO, por exemplo). Já as metáforas orientacionais são aquelas por meio das quais se parte da orientação corporal humana no espaço: cima-baixo, dentro-fora, frente-atrás (FELIZ É PARA CIMA, para ilustrar). E, finalmente, as metáforas ontológicas são aquelas que têm por base a experiência humana com objetos e substâncias físicas, por meio das quais os indivíduos explicam noções abstratas, como ideias, emoções e eventos (INFLAÇÃO É UMA ENTIDADE, para citar).

Vale destacar que os próprios autores, em edição atualizada, de 2003, de *Metaphors we live by*, revisam essa tríplice classificação das metáforas. Nessa nova edição, eles reconhecem

¹⁹ Apresentou-se aqui esta classificação apenas em termos da compreensão da teoria, não retomando-a na análise dos dados.

que a classificação anteriormente proposta foi um tanto quanto pouco sólida. Dizem que, em verdade, “[...] todas as metáforas seriam estruturais (no sentido de que mapeiam estrutura para estrutura), todas seriam ontológicas (no sentido de que fornecem status de entidade aos domínios-alvo)”, bem como “[...] muitas seriam orientacionais (no sentido de que mapeiam esquemas de imagem orientacionais)” (MOURÃO; LIMA, 2015, p. 7). A classificação em três tipos não é descartada totalmente, pois Kövecses (2010) retoma-a em relação a função cognitiva da metáfora, não como uma categorização geral, como se verá em parágrafo posterior.

Quanto às metáforas novas, elas são imaginativas e criativas, capazes de propiciar novas concepções, resultantes da experiência, do mesmo modo que as metáforas convencionais, e promover uma estrutura conceptual coerente, relevando e omitindo detalhes. Estas metáforas podem apresentar acarretamentos que, por sua vez, podem conter outras metáforas ou expressões literais, a exemplo da metáfora AMOR É UMA OBRA DE ARTE COLABORATIVA, resultado das crenças e das experiências do que se compreende acerca do que significa ser uma obra de arte colaborativa. Em acréscimo a isso, Lakoff e Johnson (2002 [1980]) dizem que a experiência que se tem com esse tipo de metáfora é “[...] um tipo de reverberação através da rede de acarretamentos que estimula e conecta as lembranças de nossas experiências amorosas passadas, ao mesmo tempo em que serve como uma possível dica para o futuro” (SOUSA, 2014, p. 26). Isso beneficia o surgimento de uma extensa e coerente rede de acarretamentos que pode adaptar-se ou não à experiência que se tem sobre as relações que envolvem amor.

Os domínios envolvidos na projeção metafórica têm sido utilizados como um dos principais critérios para qualificar e classificar as metáforas. Ao passo que os domínios-fonte tendem a pertencer domínios de experiência corpórea direta como espaço, visão e gosto, entre outros mais, os domínios-alvo podem se configurarem, em parte, como mais abstratos, dado que pode haver correlações entre ambos os domínios. Esta distinção é facilmente notada nas chamadas metáforas primárias, que funcionam em virtude de uma base experiencial, como no caso de O CORPO É UM RECIPIENTE (GRADY; TAUB; MORGAN, 1996), de modo que esta motivação corpórea a faz “[...] indivisíveis porque nascem de uma correlação experiencial direta ente os dois domínios”²⁰ (SORIANO, 2012, p. 98, tradução nossa). Outro exemplo disso são as metáforas orientacionais (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]), tais como FELIZ É PARA CIMA e TRISTE É PARA BAIXO. Elas, à sua maneira, demonstram que os conceitos não são simplesmente organizados em correspondência, um a um, de maneira isolada, mas sim

²⁰ Do original: “[...] indivisibles porque nacen de una correlación experiencial directa entre dos domínios”.

permitindo dar ordens a sistemas. Com efeito, existem inúmeras expressões que derivam da mesma relação entre domínios como se pode apreciar em expressões como “Estou me sentindo nas nuvens”; “você está de alto astral”; “pensar nele sempre me levanta o ânimo” etc.

De acordo com as proposições apresentadas, vale sublinhar que, a depender do critério, as metáforas podem ser classificadas em diferentes tipos. Kövecses (2010), a partir das observações de Lakoff e Tuner (1989) e Lakoff e Johnson (1980), discorre acerca de distintos tipos de metáforas conceptuais e institui outros critérios para sua tipificação. Para ele, as metáforas variam quanto à natureza, à função cognitiva, ao grau de convencionalidade e ao grau de generalidade.

No que concerne à natureza, conforme Kövecses (2010), as metáforas podem ser classificadas em dois tipos, quais sejam: as baseadas em esquemas de imagem e as baseadas em conhecimento conceptual. De um lado, as primeiras, se caracterizam por mapear elementos conceptuais de esquemas de imagem de um domínio para outro, a exemplo da metáfora *MENTE É UM RECIPIENTE*, cuja mente é compreendida em termos do esquema imagético *RECIPIENTE* ou *CONTÊINER*. De outro lado, as segundas, se caracterizam por mapear estruturas básicas de conhecimento constituídas por elementos básicos de experiência de um domínio-fonte para um domínio-alvo, a exemplo de viajantes, rota, obstáculos que constituem o conceito de *VIAGEM*.

Em referência à função cognitiva, Kövecses (2010) adota a tipologia apresentada por Lakoff e Johnson (1980) quanto a classificação das metáforas em estruturais, ontológicas e orientacionais, anteriormente descritas, propondo que as metáforas do tipo orientacionais deveriam ser denominadas de metáforas de coerência (*coherence metaphors*), justificando esta sugestão com o argumento de que determinados domínios-alvo são conceptualizados de maneira coerente ou uniforme em afinidade a toda uma reunião de elementos.

No que toca ao grau de convencionalidade, as metáforas podem ser tipificadas em uma escala que vai das metáforas convencionais até as não convencionais. Aquelas primeiras, caracterizadas, por exemplo, por expressões idiomáticas metafóricas; assim denominadas por não apresentarem mapeamentos, isto é, por não existirem ou mesmo por não serem facilmente resgatadas, e aquelas últimas tipificadas, por exemplo, pelas denominadas metáforas novas ou criativas.

Em relação ao grau de generalidade, as metáforas podem ser classificadas como mais genéricas e como mais específicas. As mais genéricas apresentam menos detalhes em sua estrutura esquelética conceptual, não possuindo domínios alvo e fonte específicos, dado que

elas são constituídas por conceitos caracteristicamente genéricos, oferecendo muitas possibilidades de instanciações específicas. Já as mais específicas, por sua vez, são assim denominadas, por realizarem aspectos específicos de um conceito mais genérico, exibindo uma estrutura esquelética conceptual rica em detalhes.

Diante das premissas apresentadas nesta seção vale sublinhar que os trabalhos de Lakoff e Johnson (2002 [1980]), Lakoff (1993, 2008) e de outros investigadores a exemplo de Gibbs (2008, 2011), Kövecses (2010) e Vereza (2010, 2013), têm contribuído para o desenvolvimento da Teoria da Metáfora Conceptual. Trata-se de uma teoria tanto produtiva, quanto criticada, de um lado, por sua importância e plausibilidade psicológica e, de outro lado, por suas reivindicações problemáticas, a exemplo da falta de evidências satisfatórias acerca da realidade psicológica das metáforas complexas. Em resposta às problemáticas, Lakoff (2008) tem organizado as bases teóricas da Teoria da Metáfora Conceptual na Teoria Neural da Linguagem, um projeto interdisciplinar que visa a explicar em que medida as estruturas neurais do cérebro humano constituem o pensamento e a linguagem (cf. GIBBS, 2005), combinando resultados de pesquisas obtidos em várias áreas do saber humano como a Neurociência, a Psicologia Cognitiva, a Ciência da Computação e a Linguística Cognitiva.

Além da metáfora, existe um outro mecanismo conceptual que também é central para o pensamento e a linguagem humanos: a metonímia conceptual, a qual receberá uma breve revisão, na próxima subseção, junto às suas repercussões, partindo da perspectiva da Linguística Cognitiva.

2.2.4.2 Estendendo a discussão sobre o Modelo Cognitivo Metonímico

Desde um ponto de vista tradicional, a metonímia tem sido definida como uma figura de retórica, um tropo: um dispositivo puramente linguístico. Contudo, Lakoff e Johnson (1980) argumentaram que ela é um fenômeno conceptual por natureza. Nos últimos anos, tem surgido um número considerável de trabalhos dedicados à metonímia, a exemplo dos de Goossens (1990), Croft (1993), Geeraerts (1994), Gibbs (1994) Barcelona (1996, 1997, 2000, 2009, 2012), Kövecses e Radden (1998, 1999), Radden (2000), Kövecses (2007), Paiva (2010), entre outros. Todos estes trabalhos têm apresentado diversas observações que destacam a onipresença da metonímia na conceptualização e na língua, como destaca Barcelona (2012).

Embora a metonímia tenha encontrado um espaço na seminal obra *Metaphors we live by*, já anotada noutro momento, este foi bastante reduzido, uma vez que a anfitriã de destaque

do estudo foi a metáfora do uso cotidiano. Mesmo com tão pouco espaço, na apontada obra, os autores a apresentam de maneira sistemática, caracterizando-a como um mecanismo conceptual e cognitivo que faz parte do cotidiano dos seres humanos e da maneira como pensam, baseada na experiência e submetida a princípios gerais e sistemáticos que estruturam o pensamento e a ação. Para Lakoff e Johnson (2002, [1980]) o dito mecanismo cognitivo tem, quando menos em parte, o mesmo uso que a metáfora, conquanto, caracteriza-se por salientar, notadamente, determinados aspectos da entidade a que os indivíduos estão fazendo referência.

Anota Barcelona (2009) que, de modo curioso, não existe uma definição de metonímia que seja acordada inteiramente por todos os estudiosos filiados à Linguística Cognitiva (cf. BENZCES; BARCELONA; IBÁÑEZ, 2011), ainda que todos sejam concordes em ressaltar seu caráter primariamente conceptual. Lakoff e Johnson (1980) definem a metonímia como uma função referencial, ou seja, que licencia os indivíduos a usarem uma entidade para representar outra, enfatizando-a não ser um mecanismo puramente referencial, visto que também exerce o papel de promover a compreensão conforme salientam os referidos autores. Após esse conceito de metonímia ter sido questionado por vários estudiosos, em relação à sua função referencial, Lakoff (1987, p. 77, tradução nossa) ratifica essa concepção ao asseverar que “é extremamente comum que as pessoas tomem um aspecto bem compreendido de algo ou de fácil percepção e usem para representar a coisa como um todo ou para algum outro aspecto ou parte dela”²¹. Para ele, ao produzir uma metonímia, não se fala, exclusivamente, sobre um fato linguístico, mas, de igual modo, sobre a forma de percepção do indivíduo.

Baseado em Kövecses e Radden (1998, p. 39, tradução nossa), os quais definem a metonímia como “[...] um processo cognitivo no qual uma entidade conceitual, o veículo, fornece acesso mental a outra entidade conceitual, o alvo, dentro do mesmo MCI”²², Barcelona (2012, p. 126, tradução nossa) oferece uma definição ampla de metonímia, concebendo o fenômeno como uma “[...] projeção assimétrica de um domínio conceptual, chamado “fonte”, sobre outro domínio conceptual chamado “meta” situados ambos dentro do mesmo domínio conceptual funcional e conectados por uma função pragmática”. Destarte, o “[...] resultado da projeção é a ativação mental da meta”²³.

²¹ Do original: “[...] is extremely common for people to take one well-understood or easy-to-perceive aspect of something and use it to stand either for the thing as a whole or for some other aspect or part of it”.

²² Do original: “[...] is a cognitive process in which one conceptual entity, the vehicle, provides mental access to another conceptual entity, the target, within the same conceptual ICM”.

²³ Do original: “[...] proyección asimétrica de un dominio conceptual, llamado “fuente”, sobre otro dominio conceptual llamado “meta”, situados ambos dentro del mismo dominio conceptual funcional y conectados por una función pragmática. El resultado de la proyección es la activación mental de la meta”.

Nota-se, nesta definição dada por Barcelona (2012) para a metonímia, que a referência não é tomada como a sua principal tipificadora, como havia descrito Lakoff e Johnson (1980), ademais, constata-se que “[...] a projeção intradomínio, ou seja, o domínio-fonte causa a atuação mental do domínio-alvo, de forma que impõe uma perspectiva sobre ele” (SANTANA, 2019, p. 44). Logo, a metonímia conceptual exerce o papel cognitivo de prover o significado de um domínio-alvo através do mesmo domínio-fonte, como afirma Kövecses (2002).

Tipologicamente, Barcelona (2012, p. 130, tradução nossa) diz não haver na Linguística Cognitiva uma acertada organização quanto aos tipos de metonímias. No entanto, assevera existir “[...] diversas tentativas parciais de classificação de acordo com os critérios mais relevantes na opinião dos vários autores”²⁴. O primeiro critério seria o do tipo de *função*²⁵ *pragmática* que vincula a fonte e a meta metonímicas (cf. KÖVECSES; RADDEN, 1998; PIERSMAN; GEERAERTS, 2006), como CAUSA E EFEITO, PRODUTOR E PRODUTO, RECIPIENTE E CONTEÚDO, LUGAR PELA INSTITUIÇÃO e outras mais. A classificação apontada pode ser combinada com outro critério, o da *generalidade ou grau de abstração*, pelo qual se pode classificar as metonímias com o critério mais abstrato de PARTE/TODO, TODO/PARTE, PARTE/PARTE ou mais específico, num nível mais baixo. Por exemplo, poder-se-ia descrever, segundo Barcelona (2012), uma mesma metonímia como CÉREBRO POR PESSOA INTELIGENTE, um pouco mais abstratamente como PARTE CORPORAL POR PESSOA, ou mesmo genericamente como PARTE POR TODO.

O grau de prototipicidade das metonímias, segundo Barcelona (2012), pode ser utilizado, também, como um elemento para classificação do mecanismo cognitivo em foco (BARCELONA, 2002b, 2003a, 2011; PEIRSMAN; GEERAERTS, 2006). Ele diz que as metonímias *prototípicas* são as referenciais, nas quais a meta é um conjunto de indivíduos ou um único indivíduo, são aquelas estudadas pela semântica tradicional e pela retórica. As chamadas metonímias *simplesmente típicas*, por seu turno, são aquelas que apresentam um menor grau de prototipicidade, nas quais a meta é um subdomínio secundário inserido na fonte, ou mesmo não inclusa nela, como ocorre com aquelas PARTE (fonte) POR TODO (meta) e PARTE (fonte) POR PARTE (meta). E por fim, as ditas *periféricas*, ou *puramente esquemáticas* como TODO POR PARTE, em que a meta é um subdomínio “minimamente primário” ou “minimamente secundário” (LANGACKER, 1987) da fonte. Conquanto,

²⁴ Do original: “[...] diversos intentos parciales de clasificación con arreglo a los criterios más relevantes a juicio de los diversos autores”.

²⁵ Apresenta-se aqui esta classificação apenas em termos da compreensão da teoria, não retomando-a na análise dos dados.

Piersman e Geeraerts (2006) dizem que as metonímias que operam no nível material e espacial são mais prototípicas do que aquelas que operam no domínio temporal que, por sua vez, são mais prototípicas do que aquelas que operam no domínio das ações, processos e eventos e, mais prototípicas que aquelas que operam no domínio dos “grupos e coleções” de entidades, a exemplo de CATEGORIA-MEMBRO.

Pinheiro (2010) estimula, também, uma distinção entre tipos de metonímias, a saber: metonímias convencionais e não-convencionais. As primeiras são consideradas exhibições naturais das entidades-alvo, servindo de pontos e referências, “[...] não sendo categorizadas como desvios e não tendo forte dependência do contexto” (ALMEIDA, 2020a, p. 88), já as segundas, são, *a priori*, compreendidas com estranhamento. Diante disso, Almeida (2020a, p. 88), considera que, em uma dada dimensão, as metonímias atuam de maneira convencional, visto que, em um determinado sistema, “[...] não chamam atenção pela originalidade e materialização, o que é o caso das metonímias mais gerais”, e, noutra dimensão, atuam de forma incomum, “[...] não convencional, particularmente, no que diz respeito às metonímias mais específicas”.

Além destes estudos sobre metonímia, outros têm sido evocados desde outras perspectivas, “[...] de sorte que, sendo a Linguística Cognitiva uma área com vocação interdisciplinar, diálogos produtores têm sido estabelecidos com outras vertentes teóricas contemporâneas, como a Teoria da Complexidade” (ALMEIDA, 2020a, p. 87). No esteio dessa interdisciplinaridade, Paiva (2010) tem oferecido algumas contribuições para o âmbito dos estudos metonímicos, ao dialogar com a citada teoria da complexidade, de maneira a apreender esse mecanismo cognitivo como um processo fractal “[...] vendo-o, então, como uma mudança de escala; assim sendo, entende-o como uma coisa compreendida em uma dimensão fractalizada, em que não se perde a dimensão do todo” (ALMEIDA, 2020a, p. 87).

Ante as proposições expostas no parágrafo precedente, pode-se dizer que a metonímia, nessa perspectiva, é entendida como “[...] uma mudança de escala, pois [...] é a mesma coisa vista em uma dimensão fractalizada sem que se perca a dimensão do todo [...]”, dado que é entendida “[...] como uma operação recursiva, onde um aspecto projeta o todo de um mesmo domínio ou integra um outro domínio permitindo conceituar uma outra coisa, ou seja, metaforizar” (PAIVA, 2010, p. 17). No entanto, a autora declara ser possível dizer da metonímia ser “[...] uma parte que contém o todo, pois, ao ser acionada e descompactada, se chega ao todo” (PAIVA, 2011, p. 59) e que, ao ser produzida, as redundâncias são eliminadas, mapeando “[...] dentro desse domínio um elemento que, ao mesmo tempo em que remete ao

todo de seu próprio domínio, pode também ser projetado em outro domínio para produzir um novo sentido, uma metáfora” (PAIVA, 2011, p. 60).

Como visto, existem alguns desencontros acerca da natureza da metonímia e, embora haja ressalvas aqui ou acolá, de modo geral, ela se encontra vinculada às seguintes características: 1) possui um papel primeiramente referencial, embora não unicamente; 2) sua principal função é a de fornecer “[...] acesso mental, cognitivo a entidade alvo que não está facilmente acessível” (KÖVECSES, 2002, p. 148); e 3) compreender a base de várias metáforas conceptuais, especialmente, daquelas tidas como primárias como *RAIVA É CALOR*, *MAIS É PARA CIMA*, *CAUSAS SÃO FORÇAS*, dentre outras mais. Ante o exposto, ao considerar a metonímia, neste estudo, como uma estratégia cognitiva usada nos processos de conceptualização e categorização, retomar-se-á, a discussão, do dito fenômeno conceptual, em termos de procedimentos metodológicos, na seção da proposta empírica.

Em síntese, como dito anteriormente, não há uma definição de metonímia sobre a qual os estudiosos que investigam o fenômeno estejam plenamente de acordo. Não se intencionou, nesta seção, examinar os méritos e deméritos das diferentes definições cognitivas de metonímia. Conquanto, a que se oferece, neste estudo, é aquela formulada por Radden e Kövecses (2007 [1999]) que dizem que uma entidade conceitual fornece acesso mental a outra entidade conceitual dentro do mesmo Modelo Cognitivo Idealizado, anteriormente já assinalado.

Ademais, vale anotar que, apesar das diferenças funcionais entre metáfora e metonímia, às vezes, elas são interseccionadas na mesma expressão, como se verá na próxima subseção.

2.2.4.2.1 Interação metafórica/metonímica: o caso das metaftonímias

Além dos aspectos apontados na subseção anterior, autores reconhecem que a onipresença da metonímia pode ser evidenciada precipuamente investigando a interação entre a metáfora e a metonímia (BARCELONA, 2000a, 2000b; GOOSSENS, 1990; GOOSSENS et al., 1995; KÖVECSES, 2002; RADDEN, 2000; TAYLOR, 1995). Há estudos, cujos autores “[...] reconhecem implícita ou explicitamente que há uma perspectivação metonímica do domínio fonte e do domínio alvo metafóricos”²⁶ (BARCELONA, 2012, p. 134, tradução nossa). No entanto, estes estudos têm considerado apenas a possibilidade da presença do processo metonímico, agente na motivação do processo metafórico, ou no domínio-fonte, ou no domínio-

²⁶ Do original: “reconocen implícita o explicitamente que hay una perspectivización metonímica del dominio fuente y del dominio meta metafóricos”.

alvo da metáfora motivada. Isso estimulou autores, como Sperandio (2016), a demonstrarem a possibilidade de a metáfora ser motivada por um conjunto complexo de metonímias, presentes em ambos de seus domínios, alvo ou fonte.

Radden (2000) acredita que a metáfora não pode ser separada da metonímia, dado que há muitos casos intermediários e que devem ser vistos como categorias prototípicas nos pontos finais de um *continuum* metáfora-metonímia. Diante disso, ele propõe a noção de metáfora baseada em metonímia, um conceito desenvolvido, posteriormente, com maiores detalhes por outros linguistas, a exemplo de Geeraerts (1995), Goossens (1995), Ruiz de Mendoza e Galera-Masegosa (2011), entre outros.

Ao reconhecer que existe um *continuum* entre a metáfora e a metonímia, Geeraerts (1995) assegura que existem nele expressões intermediárias que não são totalmente metafóricas ou metonímicas. Diante disso, ele descreve a maneira como esses mecanismos semânticos podem se interseccionarem ao longo dos eixos paradigmáticos e sintagmáticos nos significados dos compostos e das expressões idiomáticas, distinguindo três possíveis casos, nos quais a interação metafórica-metonímica ocorre, quais sejam: (1) casos em que a metáfora e a metonímia ocorrem consecutivamente; (2) casos em que a metonímia e a metáfora ocorrem em paralelo; e (3) casos em que a metonímia e a metáfora ocorrem indistintamente. Embora a abordagem apresentada pelo autor não esteja ancorada no seio da Linguística Cognitiva, argumenta, assim como os demais estudiosos, citados nesta subseção, que as análises de metáfora/metonímia podem ser, de quando em quando, interpretadas para a mesma expressão e, por conseguinte, podem ser intercambiáveis.

Goossens (1995, p. 352, tradução nossa) também descreveu a interação entre metáfora e metonímia, um fenômeno ao qual ele se refere como metaftonímia, defendendo a ideia de que ambos os processos cognitivos são distintos, conquanto, não mutuamente exclusivos. Ele postula a existência de “[...] domínios complexos construídos pela combinação de outros domínios”²⁷, podendo esses serem complexos ou básicos. Acrescenta, ainda, que um dos motivos pelos quais a metáfora e a metonímia podem se interconectar é devido as linhas de fronteira entre os domínios se apresentarem difusas. Em vista disso, propõe uma distinção entre quatro tipos de casos nos quais a interação metafórica-metonímica pode ocorrer, a saber:

(1) Metáfora da metonímia: caso em que uma metonímia original se desenvolve em uma metáfora, ou seja, a base experimental para a metáfora é uma metonímia;

²⁷ Do original: “[...] complex domains built up by the combination of other domains”.

(2) Metonímia dentro da metáfora: caso em que uma metonímia ocorre embutida em uma expressão metafórica (complexa);

(3) Desmetonimização dentro de uma metáfora: caso em que a expressão perde sua importância metonímica para que ela possa fazer sentido; e

(4) Metáfora dentro da metonímia: caso em que uma metáfora é utilizada para adicionar expressividade a uma metonímia.

Fauconnier e Turner (2003, p. 476-478) introduzem a ideia da interação entre a metáfora e a metonímia, ilustrando a projeção metonímica para o espaço metafórico criado. Desse modo, a representação da morte como o “Grim Reaper” (Ceifador Severo) contém a associação metonímica da morte com um esqueleto. Essas associações metonímicas nos espaços de entrada são projetadas na estrutura do espaço criado.

Kövecses (2002), ao concordar com o postulado da interação entre metáfora e metonímia, postula que casos “puros” desses mecanismos cognitivos se apresentam com pouca frequência. Ele concebe, ou melhor posto, interpreta a metonímia como um processo cognitivo no qual uma entidade fornece acesso mental a outra dentro do mesmo domínio ou modelo cognitivo. Nesse sentido, Kövecses et al. (2003, p. 137-138), a fim de ilustrarem a interação metafórica-metonímica, dizem que as expressões que indicam estados emocionais são metonímicas, uma vez que são estabelecidas por meio de relações pragmáticas, a exemplo da expressão “estar nas nuvens” que é traduzida por meio do conceito básico “a felicidade está acima”, um conceito fundamentalmente metonímico.

Ademais, Radden (2003) propõe um *continuum* metonímico-metafórico, argumentando que metáforas estabelecidas metonimicamente parecem ser mais naturais do que aquelas que necessitam de alicerce metonímico. Ao passo que Radden (2003) estava propondo o *continuum* para os processos cognitivos metonímico-metafórico, Barcelona (2003) destacava dois tipos gerais de interação entre os referidos processos: interação em nível conceptual e coexistência na mesma expressão, Taylor (2003) apontava a base conceptual metonímica de metáforas, a exemplo “bom está acima”, “mais está acima” etc. e Ibarretxe-Antuano (2005) fazia referência à interação metáfora-metonímia por meio das metáforas de percepção.

Além das contribuições, acima sinoptizadas, somam-se a elas as de Ruiz de Mendoza e Galera-Masegosa (2011), os quais discordam dos exemplos apresentados por Goossens (1955) para justificar a interação entre metáfora e metonímia, já que os consideram casos essencialmente metonímicos desenvolvidos de uma fonte metafórica situacional. Para tal, os estudiosos recorrem aos postulados da Teoria da Metáfora Conceptual para argumentarem que

os ditos mecanismos cognitivos podem interagir de quatro maneiras distintas, quais sejam: (1) expansão metonímica de uma fonte metafórica; (2) redução metonímica de uma fonte metafórica; (3) expansão metonímica de um alvo metafórico; e (4) redução metonímica de um alvo metafórico. Isso reflete, basicamente, segundo os autores, a ideia de que a metonímia é subsidiária, e, portanto, parte da metáfora, uma vez que existem esquemas metonímicos básicos como PARTE/TUDO (com origem no alvo) e TUDO/PARTE (com origem na fonte) que resultarão nos quatro padrões por eles cunhados.

Como se vê, metáfora e metonímia, desde diferentes perspectivas teóricas cognitivistas, frequentemente, interagem em uma mesma expressão. Dito isso, volta-se, na subseção a seguir, a tratar de um dos tópicos definidores da Linguística Cognitiva e da Sociolinguística, a intrínseca relação entre linguagem, cultura e ideologia que, em uma abordagem sociocognitiva da linguagem, tem contribuído para o desenvolvimento da Geossociolinguística Cognitiva.

2.3 LINGUAGEM, CULTURA E IDEOLOGIA: PARA UMA NOÇÃO DE GEOSOCIOLINGUÍSTICA COGNITIVA

Conforme foi sendo assinalado ao longo das últimas seções, na área dos estudos cognitivos, a linguagem é concebida como um domínio integrante da cognição humana, intimamente interconectada a outros domínios cognitivos, o que implica a necessidade de investigação interdisciplinar. A linguagem constitui, dessa maneira, o reflexo do mundo exterior, estabelecido na “alma” humana, decorrente do armazenamento tanto global quanto individual das experiências, avaliações e expressões pela linguagem. Logo, a linguagem, ao ser entendida deste modo, compreende um instrumento de conceptualização, categorização, interpretação e avaliação do mundo que circunda os seres humanos.

A linguagem espelha padrões de pensamento, fornecendo-lhe *insights* sobre sua natureza, estrutura e organização (GREEN; EVANS, 2006). Ela é uma instituição social, condutora de ideologias e a mediadora entre seres humanos e o mundo que lhes rodeiam. Por certo, linguagem, sociedade, cultura e ideologia são dimensões da vida humana que se relacionam intrinsecamente e que, recentemente, têm sido tomadas como características definidoras de abordagens sociocognitivas da linguagem, permitindo a emergência de novas áreas no âmbito da Linguística Cognitiva.

Ante o exposto, as noções de cultura e de modelos culturais, certamente, têm conduzido a uma concepção de Sociolinguística Cognitiva culturalmente definida, baseada na relação

entre achados da Antropologia e da Linguística Cognitiva. Desde uma perspectiva da Antropologia Cognitiva, cultura é, segundo Kövecses (1995, p. 49), “[...] um conjunto de entendimentos compartilhados sobre o mundo”, é intrinsecamente social e, portanto, contrasta com o conhecimento individual. Esse conhecimento cultural, muitas vezes, leva a formas de modelos cognitivos ou a esquemas, denominados por Holland e Quinn (1987) como Teoria popular ou esquemas compartilhados, por Lakoff (1987) como frames constituídos culturalmente e *cultural folk theory*, por Lakoff e Johnson (1999, p. 60) como *commonplace knowledge*, compreendendo modelos culturais, *folk theories*, ou simplesmente, “conhecimento ou crenças que são amplamente aceitas em uma cultura”.

Tais modelos, para Kövecses (1995, p. 193, tradução nossa), “[...] são importantes em nossas tentativas de descrever e caracterizar o sistema conceptual humano e, conseqüentemente, a cultura”²⁸ e, são melhor compreendidos “[...] como quaisquer organizações coerentes da experiência humana compartilhadas por pessoas”²⁹. Geeraerts (2004), por sua vez, no tocante aos fenômenos sociais, afirma que, por um lado, esses modelos podem ser instituições idealizadas e, do mesmo modo, ideológicas, quando seu caráter idealizado é descuidado e, por outro, quando são usados de maneira prescritiva ou normativa.

Para Geeraerts (2003, p. 49, tradução nossa), no primeiro caso, “uma ideologia é sempre, em certa medida, um acobertamento, um simulacro, uma deturpação deliberada da situação real, e uma descrição de tais ideologias deve ser necessariamente crítica”³⁰. No segundo caso, “uma ideologia é basicamente um guia para a ação social, um sistema compartilhado de ideias para a interpretação da realidade social a despeito da avaliação dos pesquisadores sobre essa perspectiva”³¹.

Palmer (2007), depois de ter defendido uma nova teoria da Linguística Cultural, ou seja, uma nova abordagem linguístico-cognitiva para o estudo da linguagem em suas condições culturais, postulou que os modelos cognitivos idealizados, metáforas e metonímias conceptuais, protótipos, categorias, conhecimento enciclopédico etc. apresentam, na maioria das vezes, componentes culturais, ao passo que vão se tipificando em uma dada forma por meio das vivências e experiências dos falantes, ao longo de seus processos de aculturação e socialização

²⁸ Do original: “[...] are importante in our attempts to describe and characterize the human conceptual system and, hence, cultures”.

²⁹ Do original: “[...] as any coherent organizations of human experience shared by people”.

³⁰ Do original: “[...] an ideology is always to some extent a cover-up, a semblance, a deliberate misrepresentation of the actual situation, and a description of such ideologies will of necessity have to be critical”.

³¹ Do original: “[...] an ideology is basically a guiding line for social action, a shared system of ideas for the interpretation of social reality, regardless of the researcher's evaluation of that perspective”.

(FELTES, 2018). Ele fala que os “modelos cognitivos que são culturalmente específicos podem ser denominados modelos culturais” (PALMER, 2007, p. 1046).

O modelo cultural é um constructo que apresenta variação em termos de sua concepção, de autor para autor, mas pode-se dizer, de maneira resumida, que ele compreende, segundo Feltes (2018, p. 198):

- (1) A ideia de ser um componente idealizado com alto poder de gradualidade redutora;
- (2) A noção de esquemas cognitivos intrincados, referentes à perceptualidade, conceptualidade e socioculturalidade humanas (ou mesmo domínios da experiência humana), que estruturam sistemas de conhecimento;
- (3) A condição de ser intersubjetivamente partilhado em uma comunidade, grupo social ou cultura;
- (4) A vinculação com objetivos, sentimentos, valores, emoções e expectativas;
- (5) O papel de organizar domínios de conhecimento que possam servir de modelo para a elicitação e interpretação das atividades dos sujeitos humanos;
- (6) A compreensão de poder possuir natureza ideológica; e
- (7) A condição de não poder ser diretamente acessado, pois, antes de tudo, precisa ser “abstraido” ou “reconstruído” por meio da linguagem ou mesmo do comportamento humano.

Devido à sua ênfase na noção de modelo cultural cognitivo, a Linguística Cognitiva, também, deve estar aberta à Sociolinguística, no atendimento à problematização de tópicos como a relação entre língua e cultura e entre linguagem, ideologia e relações de poder. Em face disso, Geeraerts (2003) identificou dois modelos culturais básicos de variação e normalização linguística, o racionalista e o romântico.

O primeiro modelo apreende a língua como um meio neutro de participação e emancipação democrática, transcendendo diferenças geográficas e sociais, além de favorecer o reconhecimento do monolinguismo, postulando a abordagem de uma nação/uma língua.

O segundo modelo, à sua vez, enfatiza a identificação da língua e da cultura e, por conseguinte, concebe a língua como um meio de autoexpressão e autoidentificação local, ou melhor dito, étnica (DIRVEN; PÜTZ, 2008), preconcebendo as linguagens padrões/globais como formas de exclusão social e ameaça às identidades locais.

Diante das premissas que fundamentam cada modelo, é preciso apreender que diferentes culturas têm que ser aceitas como igualmente importantes, da mesma maneira que a diversidade linguística e o multilinguismo devem ser altamente valorizados (MATTOS E SILVA, 2004, [1993]; PÜTZ; ROBINSON; REIF, 2014).

Dado que os modelos culturais são “[...] esquemas molares socioculturalmente compartilhados, os quais são reconstruídos, orientados metodologicamente por procedimentos que partem da língua em uso e que são estruturados e estruturantes de processos de categorização” (FELTES, 2018, p. 393), estes, como já anotado, orientarão uma concepção de Sociolinguística Cognitiva, visto que estão no escopo de investigação e problematização da emergente área, que, como já anteriormente assinalado, objetiva compreender como a variação da linguagem interage com esses modelos em uma determinada comunidade linguística e se essa variação linguística decorre de modelos culturais, ou apenas os refletem, ou, pelo contrário, se os determinam.

A sociolinguística Cognitiva junto a outras disciplinas tem ajudado a renovar o interesse entre os cognitivistas na compreensão das consequências cognitivas da variabilidade e diversidade cultural dentro e entre as comunidades linguísticas. Isso tem se dado na/pela linguagem, capacidade humana que pode ser usada para expressar, (pré)conceber, avaliar, interditar, tabuizar, atualizar etc., a exemplo do sexo e da sexualidade (cf. Seção 2.5), expressões de linguagem que socialmente e/ou culturalmente podem ser pré-concebidas, avaliadas, atualizadas, interditas ou prestigiadas, como se pode ver, na seguinte subseção.

2.4 TABU, EUFEMISMO, DISFEMISMO E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Nas seções anteriores, defendeu-se a importância do estudo da variação semântica desde um viés (geo)sociolinguístico-cognitivo, destacando sua relevância pela capacidade de acesso à conceptualização dos falantes, que está socialmente assentada. A despeito disso, nem todos os domínios semânticos apresentam tendência à variação, do mesmo modo que nem todos são igualmente ricos em informação social. Dito isso, vê-se que os conceitos relacionados às esferas da realidade que apresentam um significado social, cultural, identitário ou estilístico serão, no que lhes tocam, mais suscetíveis de refletir essa variabilidade que também se apresenta extralinguisticamente.

Perante o que foi dito, o tabu é uma das esferas culturais que melhor expressa a variabilidade conceitual, visto que as proibições, interdições e restrições comportamentais, ou mesmo linguísticas, são elementos centrais das sociedades concretas, nas quais despontam (FRAZER, 1932; ANDERSSON; TRUDGILL, 1992; DOUGLAS, 1966; GUIRAUD, 1975; TRUDGILL; COMPOY, 2007). Ele é considerado o resultado dos códigos e convenções simbólicas, conferidos pela própria sociedade, dado que o que é tabu para um povo, não o é

para outro, isso o tipifica como um elemento flexível e dinâmico que se coloca a favor da sociedade, permanecendo por muito ou pouco tempo, o que o faz adquirir um aspecto temporário ou permanente. Segundo Guérios (1979, p. 1), ele “[...] vem a ser a abstenção ou proibição de pegar, matar, comer, ver, dizer qualquer coisa sagrada ou temida. Cometendo-se tais atos, ficam sujeitos a desgraças a coletividade, a família ou o indivíduo”.

Freud (1969, p. 48) diz dos tabus serem “[...] proibições de antiguidade primeva que foram, em certa época, externamente impostas a uma geração de homens primitivos; devem ter sido calcadas sobre eles, sem a menor dúvida, de forma violenta pela geração anterior” e continua, são proibições que “[...] devem ter estado relacionadas com atividades para as quais havia forte inclinação. Devem então ter persistido de geração para geração, talvez meramente como resultado da tradição transmitida através da autoridade parental e social”. Eles, por sua vez, suscitam nos sujeitos humanos, por exemplo, a necessidade de evitar certos gestos, comportamentos, ou até mesmo a expressão de certas palavras ou conceitos. Ao esquivarem-se de certas expressões, os indivíduos recorrem ao tabu linguístico, fenômeno melhor descrito numa subseção vindoura.

Historicamente, a noção de tabu foi primeiramente registrada por um navegante inglês chamado James Cook, em viagem à Oceania, nos idos de 1777. Tal termo, anglicizado por *taboo*, era concebido pelos nativos das Ilhas Tonga, um dos berços da cultura e da civilização polinésia, como *Tapu*, designando tudo aquilo que era sagrado e proibido ao mesmo tempo. Cook (1967, p. 129, apud ALLAN; BURRIDGE, 2006, p. 3, tradução nossa) registrou que “[q]uando o jantar chegava à mesa, nenhum dos meus convidados se sentava ou comia, nem sequer um pouco de qualquer coisa que estava lá. Cada um era Tabu, uma palavra de significado muito abrangente, mas em geral significa proibido”³². Posteriormente, Frazer (1885) documenta a etimologia de tabu como sendo algo ‘muito marcado’ ou ‘sagrado’, que, segundo a sua explicação, pode ter a acepção de ‘proibido’, mas também de privilégio exclusivo de algum indivíduo em específico, a exemplo de um chefe de tribo. Essa expressão chega ao português traduzida como tabu, trazendo em si “[...] um sentido de algo inabordável, sendo principalmente expresso em proibições e restrições” (FREUD, 1975, p. 32).

Os tabus presentes em todas as sociedades podem diferenciar uma sociedade de outra, ou um dado momento de outro e o grau em que se manifestam. Isso permitiu que autores, como Allan e Burrige (2006), propusessem uma escala para medir o grau de rejeição incitados por

³² Do original: “When dinner came on table not one of my guests would sit down or eat a bit of any thing that was there. Every one was Tabu, a word of very comprehensive meaning but in general signifies forbidden”.

determinados elementos tabu, denominada de *Revoltingness rate*³³, ao passo que Taylor (1976) propunha a escala *Taboo loading*³⁴. Estes mesmos estudiosos, junto a outros inseridos no mesmo âmbito de estudos, definiram três grandes conjuntos, de maneira genérica, para acomodar tipos de tabus conforme as motivações que os originaram, quais sejam: mágico-religiosas (Deus, o demônio, a morte ou certos animais), sexuais (ato sexual e suas variantes e partes do corpo) e as próprias funções corporais (as escatológicas, como os excrementos, por exemplo).

O conceito de tabu foi sofrendo várias transformações ao longo dos tempos, restringindo seu significado, aos dias de hoje, ao de “proibição comunicativa”, de certos tipos comportamentais e determinados aspectos religiosos, sagrados ou impuros. Tanto as demais sociedades como as sociedades polinésias conservaram o termo *tabu* para se referirem, quase que exclusivamente, a tudo aquilo que não se deve falar ou comunicar, visto ser inapropriado para os “cânones” sociais, deixando de lado, no que lhe dizem respeito, o sentido original do termo. Nessa esfera, o corpo ou mesmo sistema biológico humanos estão acometidos à representação da própria espécie, no esteio de fatores sociais e culturais. Em vista disso, compete averiguar essas representações no âmbito da linguagem, de sorte que as “[...] formas linguísticas estigmatizadas e de ‘baixo prestígio’, condenadas pelos padrões culturais” (PRETI, 1984, p. 3), podem lidar com algum tipo de variação, vinculada ao conjunto de circunstâncias ao que estão associadas.

Face a face com o que se coloca, na tradição dos estudos tabuísticos, verificaram-se que as proibições sociais tinham um reflexo comunicativo no fenômeno do tabu linguístico, uma subcategoria de tabu, designada por palavras tabu (FRAZER, 1932). O autor assevera que as pessoas, objetos e as palavras que os denominam constituíam para as tribos parte de uma mesma realidade, a ponto de acreditarem que ao pronunciar o nome da coisa era como adquirir poder sobre ela ou mesmo a pessoa em si, daí “a magia da palavra”. Deste modo, mantinham o nome verdadeiro em segredo para que ele não os controlassem ou os enviassem desgraças ou malefícios. A ideia latente nisso era a de que as palavras relacionadas a realidades tabuizadas estavam contaminadas de seu caráter proibido, conquanto, longe desse exotismo e magia, a definição de tabu linguístico, a partir do século XX, começa a ser ressignificada, como se verá, em seguida.

³³ *Índice de repulsão* ou *Índice de rejeição*, tradução nossa.

³⁴ *Carga de tabu* ou *Carga tabuística*, tradução nossa.

2.4.1 Tabu linguístico e interdição

O tabu linguístico, segundo Guérios (1979, p. 6), “é uma modalidade do tabu em geral, ou um prolongamento dos demais tabus”. É tido como um fenômeno universal, o qual varia consoante a comunidade, na medida em que sua percepção varia de uma comunidade para outra. Isso, no que lhe confere, coaduna com a ideia de que determinados tabus linguísticos apresentam um caráter temporário, de sorte que, na maior parte dos casos, “[...] os vocábulos tabus ou tabuizados não chegam ao completo desaparecimento; mas frequentemente permanecem, quer sob a forma de derivados, quer como deformados sob vários aspectos (GUÉRIOS, 1979, p. 6).

Os tabus linguísticos não estão associados somente às superstições, mas também a outros aspectos sociais e morais como, por exemplo, “[...] questões de pudor ou decoro ou até mesmo de normas dítadas pela sociedade” (BENKE, 2012, p. 45). Dessa maneira, a expressão de certas palavras ou conceitos, condicionada por esses aspectos, é evitada com o propósito de não promover desconforto ou insultar outras pessoas. Com efeito, tal assertiva coincide com a tese de Coseriu (1982, p. 71) de que existem várias razões de índole emotiva ou social que confirmam a diversidade de associações as quais o tabu linguístico se apresenta, como “[...] razões de educação, cortesia, boas maneiras, decência, amabilidade etc. Evitam-se expressões e palavras que se consideram demasiadamente cruas ou descorteses, ou indecentes”.

Além dessas questões de ordem conceitual, na literatura sobre tabu, encontra-se, frequentemente, uma certa preferência terminológica, por um lado, pelo termo *tabu linguístico*, por outro, pelo termo *interdição linguística*, quando não submetidas a uma distinção. Ademais, pode-se dizer disto que a eleição entre um termo ou outro é determinado, em parte, pela tradição linguística a que os autores estão filiados; na linguística francesa, a interdição linguística é a forma preferida, no cenário anglo-saxão, fala-se em tabu linguístico/verbal. Galli de Paratesi (1964, p. 17, tradução nossa), diz da proferida divisão dos termos tratar de dois momentos do mesmo fenômeno em que a interdição é a coação social praticada sobre os falantes para “não falar sobre uma determinada coisa ou mencioná-la com termos que sugiram a ideia mesmo sem indicá-la diretamente”³⁵ e o tabu é a interdição que opera somente na esfera religiosa primitiva (GUÉRIOS, 1956; SENABRE, 1971; COSERIU, 1977; MONTERO CARTELLE, 1981; CASAS GÓMEZ, 1986, 2009).

³⁵ Do original: “[...] non parlare di uma data cosa o ad accennarvi con termini che ne suggeriscano l’idea pur senza indicarla direttamente”.

Outros estudiosos estabelecem uma divisão entre os termos, no entanto, propõe uma outra definição para ambos, ainda que coincidam em dizer que a interdição é um fenômeno global de pressão social, já o tabu tem um sentido léxico de “palavra tabuízada” (ALONSO MOYA, 1978; CRESPO FERNÁNDEZ, 2007). Para outros estudiosos, a exemplo de Kany (1960), não há distinção entre os termos, eles aparecem em todas as áreas em que há restrições à comunicação, sejam elas próximas das questões mágico-religiosas, sejam elas sexuais, escatológicas, por exemplo. A hesitação entre o uso de um termo ou outro talvez se deva ao feito de que o fenômeno é altamente complexo por apresentar, à sua vez, uma variabilidade de subfenômenos, como os “[...] juramentos, as blasfêmias, insultos e as obscenidades sexuais e escatológicas”³⁶ (MARTÍNEZ VALDUEZA, 1998, p. 116, tradução nossa). Vale anotar que, neste estudo, utilizam-se os termos tabu linguístico e interdição linguística como equivalentes, tomadas como a restrição, socialmente motivada, sobre a expressão de assentados itens léxicos ou assentados conceitos.

Segundo Crespo Fernández (2017), em decorrência destas proibições, restrições linguísticas etc., os falantes acabam por lançar mão de distintos mecanismos semânticos para poderem “amenizar” a carga semântica que recai sobre o item léxico ou sobre o conceito dito tabu, dentre eles, destacam-se as metáforas, as metonímias, descritas anteriormente, e o eufemismo, atenuador ou suavizador usado para expressar fatos ou ideias, cuja espontaneidade crua pode machucar. Dito isto, a seção seguir, apresenta uma breve descrição sobre o eufemismo.

2.4.2 Neutralizando termos interditos: o eufemismo em perspectiva

No entendimento de Oliveira (2015, p. 25), o eufemismo é o “uso da palavra, locução, acepção mais agradável, ou expressão da demagogia comunicativa com o objetivo de minimizar e suavizar a expressão ou ideia rude, ofensiva ou desagradável, ou mesmo tabuística”, trocando a palavra produtora por vocábulos ou circunlocuções agradáveis ou polidas. Ele não é considerado um mecanismo em si, dado que “[...] pode se realizar por meio de inúmeros mecanismos, sendo que nenhum deles lhe é próprio” (STUMPF, 2020, p. 6). Em face disso, o fenômeno não existe em termos absolutos, visto que “[...] se trata de funções discursivas que

³⁶ Do original “[...] los juramentos, las blasfemias, los insultos y las obscenidades sexuales y escatológicas”.

apresentam determinadas expressões linguísticas e que só podem ser determinadas mediante sua análise em contexto”³⁷, como assevera Pedraza (2014, p. 82, tradução nossa).

O estudo do eufemismo tem uma longa tradição na linguística, tendo recebido, por sua vez, uma série de diferentes definições advindas não tão somente de bases puramente linguísticas. Casas Gómez (2006) revisa uma gama destas definições, sejam elas psicológicas, sociais ou linguísticas, destacando duas correntes para esta última, a semântica léxica (BRUNEAU, 1952; SENABRE, 1971; ALONSO MOYA, 1978; MONTERO CARTELLE, 1981; CASAS GOMÉZ, 1982; entre outros) e a pragmática (ALLAN; BURRIDGE, 1991; WARREN, 1992; CRESPO FERNÁNDEZ, 2007, e demais outros). Estas duas linhas, a seu modo, dão mostras da divisão de vieses concernentes ao eufemismo.

Desde uma perspectiva cognitiva é possível encontrar alguns trabalhos que se dedicaram ao estudo do fenômeno em foco, a exemplo de autores como Casas Gómez (2005, 2009a, 2009b), Crespo Fernández (2008), Chamizo Domínguez (2004) e outros. No que concerne a isso, Casas Gómez (2005, p. 284, tradução nossa) propõe uma revisão das suas contribuições antecedentes, passando a compreender o eufemismo (como o disfemismo, descrito mais adiante) como “[...] o processo cognitivo de conceptualização de uma realidade interdita, que, se manifesta discursivamente através da atualização de um conjunto de mecanismos linguísticos de substituição lexical, alteração fonética, modificação, composição” e prossegue “ou mesmo inversão de agrupamento morfológico, sintagmático ou combinatório, modulação verbal ou descrição paralinguística ou textual”³⁸, permitindo os falantes em um dado contexto e em uma determinada situação pragmática concreta, suavizar, ou mesmo robustecer comunicativamente uma certa realidade interdita ou conceito.

Na definição dada, o autor compreende aspectos que caracterizam tanto o eufemismo quanto o disfemismo e suas complexidades, bem como sua natureza cognitiva, semântica e pragmática, do mesmo modo que a diversidade de recursos linguísticos que estão intrincados em sua expressão, em todas as dimensões da língua. Assim sendo, o eufemismo não é tomado apenas como um fenômeno capaz de suavizar o tabu, mas também qualquer conceito que possa apresentar desagrado ou uma realidade que se deseja adornar, podendo suceder na dita linguagem “politicamente correta”. Por outro lado, acha-se, também, o disfemismo, fenômeno

³⁷ Do original: “[...] que se trata de funciones discursivas que presentan determinadas expresiones lingüísticas y que solo pueden ser determinadas mediante su análisis en contexto”.

³⁸ Do original: “[...] el proceso cognitivo de conceptualización de una realidad interdita, que, manifestado discursivamente a través de la actualización de un conjunto de mecanismos lingüísticos de sustitución léxica, alteración fonética, modificación, composición o inversión morfológica, agrupación o combinatoria sintagmática, modulación verbal o paralingüística o descripción textual”.

oposto ao eufemismo e pouco estudado em relação a esse último, sendo caracterizado como “o emprego de palavra ou expressão depreciativa, ridícula, sarcástica ou chula, operando como um estimulante, irritando a sensibilidade por meio de evocações triviais ou vis” (OLIVEIRA, 2015, p. 34).

Allan e Burridge (2006) dizem do disfemismo ser “[...] uma palavra ou frase com conotações que são ofensivas sobre o *denotatum* (grifos nosso) e/ou para as pessoas a que se dirigem ou ouvem o enunciado”³⁹. Ele, segundo os autores, é concebido mediante vinculações com as emoções que as embrincam, a exemplo das frustrações, humilhações, desaprovações, e outras mais, relacionando, por seu turno, com os insultos, injúrias etc. e outros fenômenos de agressão verbal.

Mediante sinopse acerca do tabu linguístico, eufemismo e disfemismo, nota-se que aquele primeiro é um fenômeno de categorização que marca determinados conceitos, ou mesmo grupo deles, como proibidos ou sujeitos a restrições comunicativas, funcionando como “[...] uma supracategoria que, à modo de etiqueta, se adere aos conceitos assinalados como tabu”⁴⁰ (PEDRAZA, 2014, p. 95). Nela são apresentados diversos efeitos de prototipicidade, visto que ela não é discreta e nem homogênea, na qual os conceitos tabus apresentam distintos graus de interdição conforme áreas da realidade (nível intercategorial), centralidade e periferidade dos membros da categoria (nível intracategorial).

Estudiosos como Casas Gómez (2005, 2009a, 2009b), Crespo-Fernández (2008, 2018) e Pizarro Pedraza (2014; 2018), ao se debruçarem na investigação do tópico tabu, desde uma perspectiva cognitivista, dizem que as características de prototipicidade, apontadas no parágrafo antecedente, variam conforme os fatores sociais e as situações concretas, visto que o tabu, como fenômeno de significado, é experiencial e enciclopédico. Está ligado, segundo Pedraza (2014, p. 95), “[...] a todos os demais conhecimentos corporificados e culturais, por isso não pode ser definido universalmente”⁴¹. Logo, as restrições ou proibições na comunicação de determinados aspectos da realidade, concebidos como “problemáticos”, são motivadas por fatores externos, para citar, os culturais, os contextuais, os sociais etc. Ao passo que estes fatores se transformam, no mesmo tempo, o tabu também passa por mudanças, de modo a ser tipificado, no modelo cognitivista, junto às demais formas de significado, como sendo um fenômeno dinâmico e flexível.

³⁹ Do original: “[...] a word or phrase with connotations that are offensive either about the denotatum and/or to people addressed or overhearing the utterance”.

⁴⁰ Do original: “[...] una supracategoría que, a modo de etiqueta, se adhiere a los conceptos señalados como tabu”.

⁴¹ Do original: “[...] a todos los demás conocimientos corporeizados y culturales, por lo que no puede ser definido universalmente”.

Para a Linguística Cognitiva, o tabu é um fenômeno cognitivo de domínio geral, é semântico de acordo com o princípio de que a “[...] linguagem tem tudo a ver com o significado”⁴² (GEERAERTS, 2006, p. 3), é social (moral ou religioso), é cultural etc. À vista disso, o tabu recai sobre conceitos, ou sobre o significado ao longo de um contínuo x-femístico, ao invés de apenas palavras. A natureza semântica em nada interfere na existência de palavras tabu, a questão se coloca em termos da estigmatização que incide sobre elas. Palavras como *buceta*, *foda*, *caralho*, por exemplo, formalmente, não apresentam nada de ofensivo, são, portanto, os conceitos que são atribuídos a elas que são compreendidos problemáticos, assim como os elos estabelecidos entre as palavras e o significado tabu. Daí a estigmatização dos conceitos tabu não apresentarem causas linguísticas, uma vez que eles são resultado das ideologias de cada grupo social (ANDERSSON; TRUDGILL, 1992), sendo assim, extralinguisticamente determinados, como assinalado anteriormente.

Vale anotar, coadunando com Crespo-Fernández (2018), que a visão cognitiva da metáfora abre um novo caminho para a análise do eufemismo e do disfemismo, sendo que ela se destaca como um dos mecanismos semânticos mais profícuos na formação do x-femismo (CREPO-FERNÁNDEZ, 2007), ou seja, processos eufemísticos e disfemísticos respondem ao mesmo mecanismo linguístico que é compartilhado pelas metáforas, o que, para Chamizo Domínguez (2005), se trata de casos especiais de metáforas. Assim, esta abordagem cognitiva da metáfora é pertinente para o estudo da função persuasiva e avaliativa do *x-phemistic* (x-femismo)⁴³ presente nos processos discursivos. A esse respeito, as metáforas são dispositivos pelos quais os eventos podem ser *interpretados*, isto é, vistos e representados pelos falantes, como formas alternativas particulares. Em verdade, os sujeitos conceptualizadores concebem e retratam um determinado conceito em termos de uma série de *operações de construção*, isto é, organizado em uma rede na qual as construções são conectadas mutuamente (LANGACKER, 1987) que compreendem distintos tipos de perspectiva e subjetividade (VERHAGEN, 2007).

Apesar da estreita relação entre o mecanismo metafórico e os processos envolvidos na gênese de referentes tabu, que derivam da natureza parcial dos mapeamentos metafóricos, segundo Crespo-Fernández (2018), por mais surpreendente que seja, não têm sido amplamente estudada. Logo, as questões cognitivas não têm sido exploradas no tratamento de tópicos relacionados aos citados processos - o eufemismo e o disfemismo - que foram analisados a

⁴² Do original: “[...] language is all about meaning”.

⁴³ Estratégias para entender e classificar o modo como o falante fala sobre a expressão tabu através do eufemismo, disfemismo ou ortofemismo.

partir de diferentes áreas do conhecimento, como a semântica léxica, a linguística, a retórica e a pragmática.

Dito isto, em síntese, o tabu é um fenômeno cognitivo, bem como sociolinguístico, na medida em que varia por intermédio e dentro das sociedades, atribuindo diferentes graus de proibição aos conceitos tabu. Além da sua natureza semântica e de sua variação sociolinguística, é também determinado por práticas estilísticas e pragmáticas condicionadas por fatores com os quais se definem o que é ou não ofensivo, por vezes, em face das adjacências referentes à proteção e à ameaça (ALLAN; BURRIDGE, 2006). Destarte, não é surpreendente que as investigações sobre tópicos tabu têm interessado a várias áreas do conhecimento humano, que os têm examinado desde diferentes perspectivas.

Visto que o tabu também recai sobre a expressão do sexo e da sexualidade humanas, por meio das escolhas léxicas que os conceptualizadores realizam, na próxima seção, definiram-se as vinculações e distanciamentos conceptuais dos domínios (ou *frames*, para alguns linguistas) do sexo e da sexualidade, a fim de tornar clara a compreensão do objeto observacional de estudo desta tese, isto é, da variação onomasiológica conceptual de itens léxicos referentes aos órgãos genitais-sexuais feminino e masculino, a exemplo de *vagina* e *pênis*.

2.5 SEXUALIDADE E SEXO: DEFININDO CONCEITOS

No cerne da história, a discussão sobre sexualidade, quase que, exclusivamente, esteve no âmbito da medicina, discussões estas tematizadas em torno da reprodução humana, baseadas, notadamente, no discurso religioso cristão, em nome de uma sexualidade reprodutora e orientada para o coito, segundo Osborne e Guasch (2003). É no século XIX, com áreas como a Sexologia, a Psicologia, a Antropologia e a Sociologia, que as questões sexuais recebem uma crescente atenção (LÓPEZ SÁNCHEZ, 2010). Hoje, portanto, o que se entende por sexualidade é devido às contribuições interdisciplinares desses e de outros campos do conhecimento humano.

Não seria uma novidade dizer que a sexualidade, até os dias que se seguem, está atrelada, ainda, a fatores diversos, vinculados aos seres humanos e às sociedades em que vivem, a exemplo da religião, da ética, da política ou da economia, como aponta Pizarro Pedraza (2014). Os vários vieses de estudos parecem demonstrar que o significado da sexualidade é constituído a partir da relação entre os indivíduos em momentos particulares da história e, portanto, culturalmente motivados, conforme assevera Osborne e Guasch (2003). Face a isso, distintas

áreas de especialidade têm dedicado esforços para esclarecer noções que estejam relacionadas com o sexual, dado que o seu caráter cultural e historicamente contingente o torna de difícil delimitação em termos genéricos, como já apontavam Kulich e Willson (1995).

Em 2002, consultores técnicos da Organização Mundial de Saúde (OMS), em um empreendimento que objetivava contribuir com as discussões que versavam sobre a saúde sexual, concebeu a sexualidade como “[...] um aspecto central do ser humano durante sua vida e abrange o sexo, as identidades e os papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução”, e continua, “[...] é experimentada e expressada nos pensamentos, nas fantasias, nos desejos, na opinião, nas atitudes, nos valores, nos comportamentos, nas práticas, nos papéis e nos relacionamentos”. Ademais, sublinha que ela pode compreender todas estas dimensões, embora nem todas possam ser expressas ou experimentadas e apontam que ela “[...] é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2006, p. 4, tradução nossa)⁴⁴.

Pode-se afirmar, conforme Pedraza (2014), que a definição proposta pela OMS está refletida na categoria efeitos de prototipicidade, visto que o conceito de sexualidade é muito mais abrangente, pois, de um lado, reconhece a variação em suas diferentes faces ao conceptualizar seus componentes no plural (papéis, identidades etc.) e, de outro lado, por esclarecer que nem todos os elementos que a compõem têm que ser experimentados por todos os sujeitos humanos. A amplitude desse conceito permite que ele seja examinado de forma multidisciplinar, em que “[...] a Biologia e a Medicina dão conta dos aspectos anatômicos e fisiológicos, a História e a Sociologia discutem os comportamentos sexuais e suas origens, a Antropologia observa a sua evolução cultural” etc. (AMARAL, 2007, p. 3).

Assim como a sexualidade, o sexo, em nosso idioma, apresenta uma rede de significados bastante amplificada, dado que esse item léxico pode designar gênero masculino ou feminino, capaz de distinguir homens e mulheres biologicamente, estando este aspecto biológico sujeito a interpretações do que significa ser homem ou mulher, que cristalizam nas ditas identidades de gênero. Essa distinção pode definir papéis e atribuições sociais, que variam de cultura para

⁴⁴ Do original: “Sexuality is a central aspect of being human throughout life and encompasses sex, gender identities and roles, sexual orientation, eroticism, pleasure, intimacy and reproduction. Sexuality is experienced and expressed in thoughts, fantasies, desires, beliefs, attitudes, values, behaviors, practices, roles and relationships. While sexuality can include all of these dimensions, not all of them are always experienced or expressed. Sexuality is influenced by the interaction of biological, psychological, social, economic, political, cultural, ethical, legal, historical, religious and spiritual factors”.

cultura. Ademais, pode “[...] referir-se a qualquer atividade que resulte em sensação de prazer no corpo ou, mais especificamente, nos órgãos genitais do homem ou da mulher. Pode significar, ainda, o ato sexual em si, “fazer sexo” significando manter relações sexuais” (AMARAL, 2007, p. 2).

Conforme Amaral (2007), o ato sexual diferencia homens e animais, pois o ato, é puramente biológico (instintivo) para as alimárias. Já o sexo, para os humanos, envolve “[...] sentimentos, experiências anteriores, história familiar, orientação sexual, características físicas e até espiritualidade; todos esses aspectos influenciam a percepção sexual das pessoas e sua maneira de envolvimento com o ato sexual” (AMARAL, 2007, p. 2). Com efeito, o sexo está compreendido na conceptualização da sexualidade, um aspecto central da vida humana, altamente caracterizada e restrita à espécie viva evolutiva dotada de inteligência e razão.

Vale assinalar que a experiência pessoal e a contingência cultural são tipificações de caráter experiencial do significado e, no que diz respeito ao domínio da sexualidade, eles se apresentam de forma evidente. Nessa situação, a sexualidade não pode ser vista de maneira abstrata, posto que seu sentido pleno só é adquirido no contexto. À vista disso, as suas manifestações, de país para país, apresentarão, por exemplo, variações para diferentes religiões e para distintos momentos históricos, fato que justifica o estudo desse domínio a partir de uma perspectiva onomasiológica, uma vez que ele varia de acordo com fatores como o sexo, idade, orientação, cultura etc., influenciando a experiência e o conhecimento dos indivíduos conceptualizadores sobre a sexualidade, ou seja, se eles possuem ou não cada uma dessas categorias.

Não obstante, a sexualidade, nas sociedades contemporâneas, não se configura mais como prototípico tabu, cujas restrições estão orientadas para evitar a gravidez e as enfermidades venéreas do que para limitar as práticas sexuais (GARCÍA MARTÍNEZ, 2005; PIZARRO PEDRAZA, 2014). Ademais, embora seja óbvio que algumas proibições tenham sido ressignificadas quanto aos comportamentos sexuais, o tabu da sexualidade ainda se apresenta socialmente, especialmente, em tópicos comunicativos que tratam disso. De modo genérico, a sexualidade, como visto na seção 2.4, compõe a lista dos tabus, junto à morte e à religião. Vale lembrar que o significado desta proibição e sua validade, em particular, evidencia o fato de que a sexualidade como tabu traz encadeamentos ideológicos.

Em resumo, não se objetivou nessa subseção aprofundar questões antropológicas, psicológicas, biológicas, históricas etc. acerca do sexo e da sexualidade. Embora se tenha recorrido a tópicos destas áreas do saber humano para situar a diferença conceptual entre ambos

domínios. Portanto, a sexualidade foi situada nesta seção como um domínio a ser observado nesse estudo, através do exame de fatores embrincados na sua concepção, capazes de explicarem a variação onomasiológica de itens léxicos relacionados aos órgãos genitais-sexuais feminino e masculino no corpus de análise.

Além dos pressupostos teóricos tratados nas últimas seções, como importantes para uma discussão acerca da Sociolinguística Cognitiva, ou mesmo da emergência de uma Geossociolinguística Cognitiva, bem como para a compreensão dos tabus linguísticos no domínio da sexualidade, tópicos caros aos objetivos desta investigação, concentrou-se também, na última subseção teórica deste estudo, em uma breve descrição sobre a especificidade de itens léxicos resultantes dos processos de conceptualização, como se verá de seguida, a fim de compreender a especialização, ou mesmo “vagueza”, a partir das observações de Geeraerts e Grondelaers (1998), como um mecanismo semântico conceptual, explorado junto à metonímia e à metáfora na conceptualização de itens léxicos.

2.6 ESPECIFICIDADE NA CONCEPTUALIZAÇÃO DE ITENS LÉXICOS

Grondelaers e Geeraerts (1998), em artigo intitulado *Vagueness as a euphemistic strategy*, usam o termo “eufemismo” para se referirem a uma estratégia de evasão, de natureza onomasiológica, que se caracteriza pelo uso de uma palavra ou expressão neutra ou positiva, como *vídeo adulto*, em vez de uma conotação negativa como *vídeo pornô*. Com efeito, os autores dizem dessa estratégia, de maneira evidente, prevalecer no contexto de referência a assuntos desagradáveis ou tabu.

Do mesmo modo, usam o termo “vagueza” (ou mesmo generalização) para denotar a subespecificação semântica, a exemplo do uso do item léxico inespecífico *animal*, em vez do item léxico mais específico *gato*. À vista disso, ao apontarem estudiosos que usam o termo “vagueza” para cobrir uma série de fenômenos linguísticos, como Channell (1994), contrastam esse postulado para evidenciar o uso do termo, de maneira restrita, no sentido lexicológico de inclusão léxica. Nessa lógica, usar a vagueza para fins eufemísticos equivale a substituir um item léxico específico desagradável, possivelmente ofensivo, como *câncer*, por um termo neutro inespecífico, como *doença*, *enfermidade* ou *transtorno*.

Eufemismos como *partes de baixo* como substituto para *órgãos genitais* e *ir para a cama*, em vez de *ter relações sexuais*, como apontam Geeraerts e Grondelaers (1998, p. 355, tradução nossa), “[...] invocam respectivamente a instanciação “área-geral-para-uma-área-

específica-dentro-dela” e a instanciação “localização-habitual-onde-um-evento-específico-ocorre” da substituição “geral-para-específico”⁴⁵. Neste caso, os autores dizem que a diferença, no entanto, entre as estratégias – eufemismo e vagueza – e a estratégia geral-para-específico, reside na preocupação dessas primeiras serem consideradas eufemismos convencionais: “a carga eufemística constitui um significado separado da expressão, enquanto a hiperonímia, como tal, não é projetada, principalmente, para fins eufemísticos” (GRONDELAERS; GEERAERTS, 1998, p. 355).

Em síntese, os estudiosos em foco, buscaram, com o estudo realizado, apresentar evidências empíricas para a alegação de que, em alguns contextos, a subespecificação é o resultado do desejo do falante de evitar menções específicas que possam ser ofensivas, dado que a subespecificação é um mecanismo polivalente que serve a várias funções. Assim sendo, o linguista que passa a estudar a vagueza eufemística deve ser capaz de distinguir a função eufemística de outras explorações de vagueza. Face a isso, autores, a exemplo de Geeraerts e Grondelaers (1998), consideram “a indeterminação semântica como a matéria prima do eufemismo”⁴⁶ (TESO MARTÍN, 1988, p. 199, tradução nossa), cujos mecanismos semânticos prevaletentes são aqueles que reduzem a quantidade de significado transmitido, como os deslizamentos taxionômicos que se direcionam para a hiperonímia.

Geeraerts, Grondelaers e Bakema (1994) já haviam dado uma resposta provisória à questão geral em relação a quais fatores determinariam as escolhas léxicas onomasiológicas e, mais especificamente, quais fatores determinariam a especificidade léxica. Por um lado, chegaram à resposta de que pode haver uma correlação entre a frequência de hipônimos e o nível de tecnicidade de uma fonte, por meio da qual a especificidade pode ser considerada um marcador de especialização, daí o nome dado pelos autores de “variação de especialização”.

Por outro lado, a resposta de que, no caso de designação múltipla de um referente, a primeira menção designa o referente razoavelmente e especificamente para fins de identificação, enquanto a segunda e as seguintes menções tendem a ser mais vagas, a fim de evitar especificação redundante. Dito em outras palavras, os hipônimos ocorrem em maior frequência a partir da segunda nomeação em diante desse referente do que na primeira. Essa influência na subespecificação é rotulada por Geeraerts e Grondelaers (1998) como “variação pragmática contextual”, com o objetivo de distingui-la do efeito mais ou menos permanente da experiência do falante, que é independente do contexto de fala.

⁴⁵ Do original: “[...] respectively invoke the "general-area-fora-specific-area-within-it"-instantiation and the "usual-location-wherea-specific-event-takes-place"-instantiation of the "general-for-specific"-substitution”.

⁴⁶ Do original: “[...] la indeterminación semántica como la materia prima del eufemismo”.

A “vagueza”, também dita especialização, nos dizeres de Seto (1999), é o mecanismo semântico responsável pelos deslizamentos taxionômicos, nos quais a mudança de significado funciona de uma categoria à outra. Em outras palavras, a especialização se caracteriza pelo uso de uma categoria mais geral por outra com um significado mais restrito, como por exemplo, *enfermidade* por *câncer* (GRONDELAERS; GEERAERTS, 1998). Esse deslizamento, no que lhe toca, levado ao extremo, “[...] poderia possibilitar subir a categorias ontológicas mais inclusivas, como *processo* para *câncer* e até mesmo a formas perifrásticas muito indeterminadas como *passar por isso*” (grifos da autora)⁴⁷ (PIZARRO PEDRAZA, 2013, p. 227, tradução nossa).

De acordo com Pizarro Pedraza (2013, p. 235, tradução nossa), os deslizamentos taxionômicos se manifestam por meio das especializações, “[...] de categorias mais inclusivas por outras mais restritas semanticamente, situadas mais abaixo na taxionomia, que respondem ao padrão ‘x é um tipo de y’”⁴⁸. Isso significa que pode haver um deslizamento de categorias situadas em vários níveis dentro de uma categoria mais geral, por exemplo, *pênis* poderia compreender um nível mais baixo em uma categoria, na qual *Aparelho sexual masculino* seria mais englobante, em consequência de “pênis” ser um tipo de “órgão sexual masculino”.

Os apontamentos acerca da especialização, arrolados nos parágrafos precedentes, coadunam com as proposições de Silva (2019) e Almeida (2020), quanto a um dos tipos de perspectivação conceptual, qual seja: aquele que se caracteriza “[...] no facto de uma entidade ou situação poder ser conceptualizada em diferentes níveis de esquematicidade/prototipicidade” (SILVA, 2019, p. 20). Por exemplo, pode-se dizer de uma árvore que dá castanhas comestíveis ser uma *Castanheira-do-Brasil*, uma *Castanheira-do-Pará* ou, somente, *Árvore* (ou mesmo *Planta*). Os diferentes níveis de esquematicidade/especificidade são “[...] determinantes do grau de detalhe e de precisão com que algo é caracterizado, além das metáforas e de outras operações”, como sublinha Almeida (2020, p. 374), de acordo com as observações de Croft e Cruse (2008).

Dito de outra maneira, quanto mais generalizante for uma conceptualização, maior será seu grau de esquematicidade e quanto menos englobante for uma conceptualização maior será seu grau de especificidade. Assim sendo, isso conforma com a ideia de que a especialização semântica se dá por meio de graus de esquematicidade/especificidade em uma categoria mais

⁴⁷ Do original: “[...] podría permitir subir a categorías ontológicas más inclusivas, como *proceso* para *cáncer* e incluso a formas perifrásticas muy indeterminadas como *pasar por eso*”.

⁴⁸ Do original: “[...] de categorías más inclusivas a otras más restringidas semánticamente, situadas más abajo en la taxonomía, que responden al patrón ‘x es un tipo de y’”.

geral, níveis estes concebidos, como demonstra Pizarro Pedraza (2013), como deslizamentos taxionômicos. Isso significa dizer que um dado conceito pode compreender um nível mais baixo na categoria, na qual um outro conceito, ou mesmo outros conceitos, seriam mais englobantes, como antes assinalado.

Dada a amplitude de temas tratados nas seções teóricas antecedentes, elegeu-se a variação onomasiológica conceptual (ou categorial) de conceitos léxicos genitais-sexuais (a exemplo de *vagina* e *pênis*), neste estudo, como objetos de investigação, por sua pertinência no plano semântico e por compreender todas as tipificações do significado, isto é, de ser experiencial, enciclopédico, flexível, dinâmico e baseado no uso. Assim sendo, será adotada, neste estudo, uma perspectiva onomasiológica conceptual, no âmbito da Geossociolinguística Cognitiva, a fim de tratar empiricamente de um corpus baseado no uso para verificar quais fatores sociais e conceptuais interferem na seleção onomasiológica de conceitos. Dito isto, em seguida, encontra-se a seção da proposta empírica.

3 PROPOSTA EMPÍRICA

Uma das tarefas mais difíceis do pesquisador, ao iniciar uma pesquisa, é a de caracterizar a metodologia de estudo quanto aos objetivos, procedimentos, natureza e abordagem. Essa empreitada se torna mais complexa porque não existe uma única fonte de informação que reúna todos os benefícios, características e desafios para cada um deles, já que são os objetivos da pesquisa e as questões que se quer responder com ela que vão definir os caminhos a serem percorridos e as decisões a serem tomadas ao longo do percurso. Assim sendo, considerou-se relevante discutir alguns aspectos relacionados à metodologia admitida nesta tese.

É por meio destes caminhos trilhados que se busca um conhecimento, por meio do estudo do método realizado pela metodologia, concebida como “[...] uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos” (DEMO, 2003, p. 19). Ao se empreender isso, vê-se que os métodos são múltiplos e procuram atender às necessidades dos pesquisadores conforme a temática e os objetivos da pesquisa, bem como às inúmeras atividades das ciências.

Em verdade, pesquisar como método não significa ter uma atitude reprodutora, e sim o oposto, implica cultivar um espírito crítico, amadurecido e reflexivo sobre sua própria prática. Só se chega a cultivar isso se se tem as perguntas que se quer dar às respostas, pois “se não tem pergunta não se pode ter conhecimento científico. Nada se dá, tudo se constrói” (JAPIASSÚ, 1999, p. 84).

A metodologia indica, além do mais, a escolha da problemática teórica que, por sua vez, está articulada à da inquirição empírica; ela está para além de um conjunto articulado de procedimentos que a delimitam e a tocam. Se bem que, apesar de não serem a mesma coisa, teoria e método são dois termos que se relacionam intrinsecamente, portanto, são inseparáveis, “[...] devendo ser tratados de maneira integrada e apropriada quando se escolhe um tema, um objeto, ou um problema de investigação” (MINAYO, 2007, p. 44). Em tal caso, o desenho da pesquisa é teoricamente justificado, sua função é, por conseguinte, a de acompanhar o trabalho, por meio do desenvolvimento simultâneo de hipóteses e princípios de interpretação.

Ao passo que um novo desafio é posto pelo terreno, ou melhor, pelas pesquisas, novos métodos precisam ser inventados, principalmente, nesta configuração de cenário contemporâneo, o qual tem feito emergir novas questões de partida, novos campos de problematização, novos espaços de coleta de dados empíricos e novas maneiras de produção e gestão dos mesmos. Logo, para que estas novas condições resultem em formas apropriadas de

compreensão e explicação epistemológica vária, tem de incitar novos percursos metodológicos, com (re)flexibilidade, criatividade e pragmatismo.

Com vistas a optar por uma metodologia empírica para uma análise sistemática de corpus, nesta seção que se inicia, apresentam-se e justificam-se as opções metodológicas nas quais se baseiam este estudo. Para isso, partindo da ideia de que os estudos linguísticos devem ser abordados empiricamente, como é tradicional em Sociolinguística, em Linguística Cognitiva e em Geossociolinguística Cognitiva, discutir-se-ão algumas dificuldades impostas pelo desenho metodológico empírico geossociocognitivo e a necessidade de uma particular revolução baseada na experiência, bem como a constituição de corpus na emergente área geossociocognitivista.

3.1 PROBLEMAS DE METODOLOGIA EMPÍRICA EM GEOSOCIOLINGUÍSTICA COGNITIVA

Como visto na seção anterior, várias são as características que definem a Linguística Cognitiva e que a comprometem inserir metodicamente a variação social no fito de suas investigações, bem como a conduzem a optar pela metodologia empírica. Os primeiros estudiosos e fundadores dessa vertente de estudos da linguagem humana (LANGACKER, 1987, 1991; TALMY, 2000; FAUCONNIER, 1997; FAUCONNIER; TURNER, 2002, por exemplo) aderiam, “[...] se não na teoria pelo menos na prática, ao método tradicional da introspecção” (SILVA, 2008, p. 57), não havendo à época, em seus estudos inovadores, análise sistemática de corpus ou mesmo alguma experimentação desenvolvida.

Lakoff e Johnson (2002 [1980]), ao tratarem das metáforas que subjazem às expressões linguísticas, não discriminam quais procedimentos metodológicos adotaram para identificar o dito mecanismo cognitivo, asseverando que os pesquisadores se guiassem pelo critério da intuição. Do mesmo modo, Fauconnier (1999) e Talmy (2007), já apontados antes, como adeptos do método da introspecção, parecem, também, serem guiados pela intuição, na escolha e explicação dos fenômenos linguísticos. Estes últimos autores citados coadunam com a ideia de que a metodologia em Linguística Cognitiva é um tópico de escolha do pesquisador, ao mesmo tempo em que preconizam uma necessidade de se pensar em procedimentos para a identificação das metáforas.

Em termos de diversidade metodológica, seus benefícios e necessidades, em Linguística Cognitiva, Fauconnier (1999) discute que tanto o objeto quanto os objetivos de estudo,

previamente, estabelecidos, devem estar vinculados, melhor dizendo, adequados à metodologia elegida pelo linguista. Ademais, ele diz que a seleção do método deve estar em conformidade com a linguagem em seu uso concreto, ou seja, “os métodos devem se estender aos aspectos contextuais do uso da linguagem e à cognição não-linguística”⁴⁹ (FAUCONNIER, 1999, p. 97, tradução nossa). Isto significa investigar o discurso em sua completude, a linguagem no contexto, as inferências realizadas pelos falantes nos processos de interação, dentre outros desdobramentos.

Talmy (2007), por seu turno, confere que a introspecção é uma técnica imprescindível em Linguística Cognitiva, embora ela apresente limitações, licenciando o pesquisador ao uso de outros métodos que possa sustentá-la. São as capacidades e limitações metodológicas que vão atribuir às pesquisas particularidades acerca da essência da organização conceptual na linguagem. “A este respeito, nenhuma metodologia é privilegiada em relação a outras ou considerada o padrão de ouro da investigação”⁵⁰ (TALMY, 2007, p. xi-xii, tradução nossa), para mais, segundo ele, a introspecção ocupa lugar central na Linguística Cognitiva, sendo seu perfil particular de limitações regulado ao padrão no emprego de outras metodologias.

Embora a metodologia da introspecção continue sendo privilegiada nos estudos linguístico-cognitivos, recentemente, a metodologia empírica tem encontrado vários adeptos. Geeraerts (2006), em texto sobre metodologia em Linguística Cognitiva, declara que “[...] a linguística actual, em geral, e a Linguística Cognitiva, em particular, precisam de uma *revolução empírica*” (grifos do autor) (SILVA, 2008, p. 58). Os estudos linguísticos do centenário passado foram profusos na oferta de imponentes teorias e modelos estruturais e modulares. Pois então, “é tempo, no início deste novo século, de encontrar provas para refinar ou abandonar essas teorias. O que falta é essencialmente o trabalho de operacionalização empírica das hipóteses linguísticas” (SILVA, 2008, p. 58). Para esse fim, a linguística pode desfrutar de inúmeros métodos empíricos que tem à sua disposição como as técnicas de exame neurofisiológico, sociológico, de experimentação da psicologia e, além disso, da análise de corpus, método linguístico por excelência.

Vale destacar, porém, que, para que haja uma revolução empírica, é necessário considerar duas requisições específicas: refinamento de técnicas e interpretação dos dados. Por um lado, a investigação não deve ser meramente ilustrada por um corpus, visto que “[...] não basta dispor de um corpus como mero repositório de ocorrências e depois analisar essas

⁴⁹ Do original: “The methods must extend to contextual aspects of language use and to nonlinguistic cognition”.

⁵⁰ Do original: “In this respect, no single methodology is privileged over others or considered the gold standard of investigation”.

ocorrências de modo predominantemente intuitivo”, é preciso “[...] fazer análise estatística; é preciso desenvolver e utilizar métodos de análise quantitativa e multivariacional” (SILVA, 2008, p. 58). Por outro lado, a análise de corpus precisa realizar o trabalho de instrumentalização das hipóteses, ou seja, aventar hipóteses que sejam testáveis, confrontadas e refinadas mediante dados empíricos, pois a análise de corpus não é automática, nem tão pouco afastada da atividade hermenêutica.

Em Sociolinguística Cognitiva, muitos pesquisadores, a exemplo de Geeraerts, Grondelaers e Speelman (1999), Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2002), Speelman, Grondelaers e Geeraerts (2003), Grondelaers, Geeraerts e Speelman (2007), Gries (2003), Stefanowitsch (2003), Stefanowitsch e Gries (2003, 2005), entre outros, como descrito anteriormente, têm mudado a orientação metodológica de seus estudos de relativamente qualitativo – por vezes até puramente introspectivo – para quantitativo. Tal investigação empírica envolve, sobretudo, coleta de amostras representativas de dados, de métodos quantitativos e exame estatístico, formalização e instrumentalização de hipóteses, bem como refinamento gradual das interpretações por meio do cotejamento iterado com os dados empíricos (GEERAERTS, 2006). Assim sendo, discutir-se-ão pormenorizadamente, nas subseções seguintes, tais tarefas, aplicadas a este estudo.

3.2 CONSTITUIÇÃO DE CORPUS NA PESQUISA LINGUÍSTICO-COGNITIVA E GEOSOCIOLINGUÍSTICO-COGNITIVA

Na seção anterior, abordaram-se os problemas teóricos e metodológicos que enfrentam a Sociolinguística Cognitiva e a Linguística Cognitiva no estudo da variação semântica, ou melhor, da variação de significado e do significado da variação, tanto no nível da obtenção de dados como no de suas análises. A análise empírica de dados, por várias vezes, conforme anotou Silva (2008), foi equivocadamente interpretada como algo automático e afastada da tarefa hermenêutica. Longe disso, e contrariando esse equívoco, “[...] a investigação empírica não implica abandonar a teoria em favor de uma investigação puramente descritiva, mas antes testá-la e refiná-la” (SILVA, 2008, p. 59). Afinal, a investigação empírica envolve operacionalização, testagem, confronto e refinamento de hipóteses, repetidas vezes, com os dados empíricos.

Conscientes da importância de se testar e refinar teorias, linguistas, em especial, sociolinguistas cognitivos, a exemplo de Robinson (2010), Pizarro Pedraza (2013), entre outros, em seus estudos, têm optado por uma metodologia empírica, integrando sistematicamente a

variação social e métodos quantitativos e multivariacionais no estudo cognitivo das línguas. Isso significa dizer que, ao assumir essa metodologia, resulta no uso adequado de ferramentas e métodos quantitativos de análise, pois não basta utilizar um corpus para ilustrar a pesquisa, como apontam Tummers, Heylen e Geeraerts (2005), ou melhor dito, “[...] não basta dispor de um corpus como mero repositório de ocorrências e depois analisar essas ocorrências de modo predominantemente intuitivo”, como reitera Silva (2008, p. 58, grifo do autor), é preciso refinar gradualmente as interpretações por meio do cotejo reiterado com os dados empíricos, como antes sinalizado.

Trabalhos fundamentados em corpus, a exemplo dos de Gries (2003), Stefanowitsch (2003), Stefanowitsch e Gries (2003, 2005), Silva (2006, 2008, 2010), Robinson (2010), Pizarro Pedraza (2013), e outros mais, têm oferecido uma abordagem quantitativa e estatística dentro da Sociolinguística Cognitiva. Esses pesquisadores listados têm implementado *corpora* e corpus bastante extensos e técnicas quantitativas avançadas na análise da variação linguística. Efetivamente, segundo Silva (2009, p. 199), estas são técnicas para “[...] as análises de regressão, para analisar as correlações entre as variáveis conceptuais, estruturais e sociovariacionais dos fenómenos linguísticos, bem como entre as variáveis lexicais e gramaticais”.

Conforme se observou, tanto em Linguística Cognitiva como em Sociolinguística Cognitiva, não há metodologias prontamente definidas, posto que elas são muitas e diferenciadas, assim como o é nas diferentes áreas do conhecimento humano, cujo cumprimento dos objetivos propostos nas investigações tem levado-as a essa diferenciação. A Sociolinguística Cognitiva reflete uma variedade de metodologias, cuja formação se deu por um conjunto de ilhas teóricas, as quais constituem uma metateoria que, por sua vez, levam o pesquisador a um composto diversificado de pontos de vista e, conseqüentemente, a distintos percursos metodológicos. Nessa situação, o pesquisador deve verificar, conforme objeto de estudo, quais procedimentos gerais da linguística, assim como de outras áreas, como já supracitado, devem ser elegidos para trilhar os caminhos de pesquisa.

Em tal caso, buscando compreender qual a melhor metodologia a ser adotada em Sociolinguística Cognitiva e qual deveria ser eleita para este estudo, optou-se por aquela baseada em corpus, posto que métodos empíricos (e especialmente estatísticos) são ferramentas necessárias para a validação de constructos teóricos dentro da Sociolinguística Cognitiva e da Linguística Cognitiva, assim dizendo, para investigar a realidade psicolinguística de determinados fenômenos (baseados em corpus), como assevera Pütz, Robinson e Reif (2014).

Além do mais, a crescente aplicação de métodos empíricos em Linguística Cognitiva também deve ser considerada como uma tendência promissora no que diz respeito à convergência entre Linguística Cognitiva e Sociolinguística.

Dada essa exibição inicial, pontual e reflexiva, sobre a metodologia em Sociolinguística Cognitiva e em Linguística Cognitiva, cumpre registrar que se assumiu uma metodologia quantitativa que incluísse todos os fatores internos e externos ao fenômeno linguístico estudado. Para tal, optou-se pelo uso de métodos multivariacionais, em particular, de estatística inferencial como a regressão logística, que permitisse contemplar, no que lhe diz respeito, ao peso de inúmeros fatores (conceptuais, sociais etc.) sobre o fenômeno de variação em foco. Ademais, a escolha dos métodos se deu, também, por os estudos sociolinguístico-cognitivos, até o presente momento, terem apresentado uma notável componente metodológica, devido ao “[...] esforço explícito para mostrar o rigor do raciocínio científico, orientada para a falsificação de hipóteses fundamentadas através de análises empíricas, em sua maioria quantitativas”⁵¹ (PIZARRO PEDRAZA, 2013, p. 34, tradução nossa).

A eleição por métodos multivariacionais se justifica, do mesmo modo, por permitir que se observe a proeminência de distintos recursos, por exemplo, na expressão de conceitos e sua relação com os fatores estudados, pois, quando inclusos em um modelo de regressão logística, tais mecanismos (ou mesmo estratégias) – metafóricos, metonímicos, hiperonímicos, hiponímicos etc. – podem ser observados em maior ou menor grau de saliência, ou seja, mediante produtividade de cada um (e de suas interações) nas preferências onomasiológicas conceptuais para a expressão variável de conceitos genitais-sexuais, selecionados para análise neste estudo.

Mediante proposições exibidas, apresentam-se, nas achegadas subseções, a caracterização dos pontos de inquéritos no *locus* de recolha de dados, a seleção dos informantes, aspectos teórico-metodológicos relacionados à variável de resposta e às variáveis independentes, inclusas no exame dos dados e os métodos de estimação para modelos lineares generalizados.

⁵¹ Do original: “[...] un esfuerzo explícito para mostrar el rigor del razonamiento científico, orientado al falsamiento de hipótesis fundamentadas a través de análisis empíricos, mayoritariamente cuantitativos”.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA REDE DE PONTOS E DO *LOCUS* DE RECOLHA DOS DADOS

Para que se chegue a uma interpretação autêntica da realidade linguística de uma localidade, região ou país, por meio dos dados baseados em corpus ou *corpora*, declara Brandão (1991, p. 25) que “[...] é fundamental não só que se recolham e analisem os dados segundo rigorosa metodologia específica, mas também que se proceda a um estudo preliminar que possibilite conhecer as especificidades da região” a ser investigada e dos segmentos sociais que a produziram. Neste sentido, a fim de atender aos objetivos deste estudo, utilizou-se de uma amostra de dados de elicitación de inquéritos, constituída para o Projeto *Atlas Linguístico da Chapada Diamantina* (ALDA), sediado no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT-XXIII), na Universidade do Estado da Bahia, coordenado pelo autor desta tese de doutorado, levando em consideração a declaração de Brandão (1991).

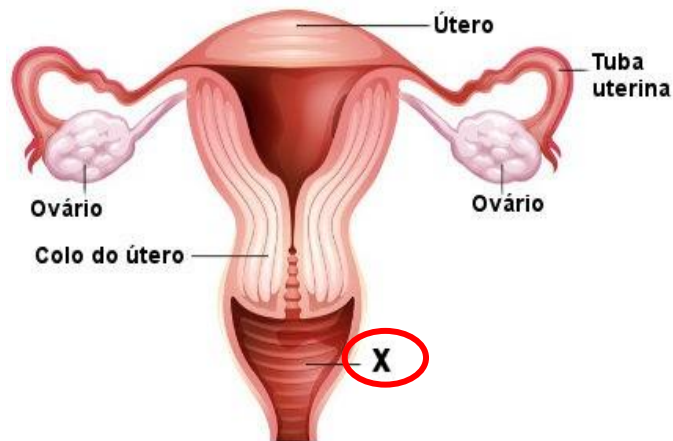
Com o objetivo de melhor conhecer a realidade sociodialetal do território de identidade denominado Chapada Diamantina (caracterizado, a seguir), selecionado como *locus* desta investigação, decidiu-se por utilizar dados dos três pontos de inquéritos fixados no território, cujas elicitaciones realizadas compreendem, hoje, o banco de dados do Projeto *Atlas Linguístico da Chapada Diamantina*. Utilizaram-se os dados elicitados por meio das questões de número 14 e 15, visualizadas em (1) e (2), a seguir, do Questionário Semântico Lexical (QSL), relacionadas aos órgãos genitais-sexuais feminino e masculino. Vale sublinhar que os inquéritos aplicados, tanto para os homens quanto para as mulheres, levaram em consideração os mesmos aspectos que estão compreendidos na sexualidade: o sexo, o prazer, a intimidade e a reprodução, de modo que não tendenciassem diferentes posturas que levassem os conceptualizadores a aspectos distintos que pudessem enviesar a interpretação dos dados depreendidos com a coleta.

(1) QSL 14 – Como se chama a parte do corpo da mulher que liga a vulva ao útero, por onde se expele o sangue menstrual, se pode dar à luz a um bebê, se pode experimentar sensações íntimas de prazer, individual ou não?

(2) QSL 15 – Como se chama a parte do corpo do homem por onde passa a ureta, responsável por expelir a urina e o esperma, além de atuar na reprodução humana e poder experimentar sensações íntimas de prazer, individual ou não?

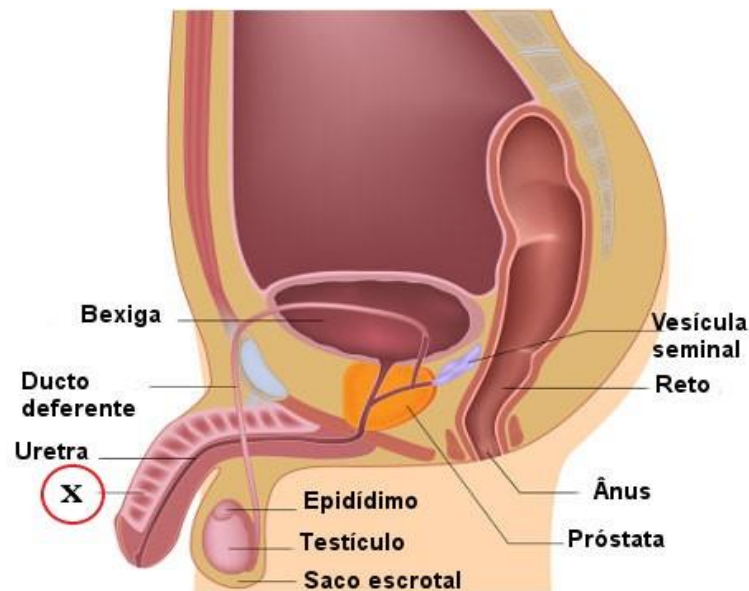
No momento de aplicação dos inquéritos, contou-se com ilustrações imagéticas que pudessem auxiliar os informantes nas respostas inquiridas, a exemplo das Figuras 2 e 3.

Figura 2 - Sistema reprodutor feminino



Fonte: BIOLOGIANET. *Sistema reprodutor feminino*. Disponível em: biologianet.com. Acesso em 27 mar. 2020.

Figura 3 - Sistema reprodutor masculino



Fonte: BIOLOGIANET. *Sistema reprodutor masculino*. Disponível em: biologianet.com. Acesso em 27 mar. 2020.

Ademais, a fixação dos pontos se deu devido às características socioeconômicas, sociodemográficas, socioculturais, socioambientais e sócio-históricas, estabelecidas em cada um dos pontos. Logo, o ponto 1 encerra consigo a Chapada Norte, o ponto 2, a Chapada Central, e o ponto 3, a Chapada Sul.

A Chapada Norte é fortemente alicerçada socioeconomicamente na agricultura de subsistência e na agricultura familiar, embora um ou outro município que a integram apresentem potencial ecoturístico, no entanto, é uma atividade pouco explorada. Sua formação

sócio-histórica está atrelada à procura do ouro e de pedras preciosas, porém, desiludidos, os garimpeiros, aí, passaram a se dedicar à agropecuária e à agricultura, atividades econômicas, até os dias de hoje, responsáveis por seu desenvolvimento.

A Chapada Central se tipifica por suas práticas socioeconômicas, por meio do ecoturismo, da atividade de mineração, da produção agrícola, pela variedade de serviços disponíveis e pela diversidade de seu comércio. Além desses, somam-se os fatores históricos que estão relacionados com o desenvolvimento dos municípios que a constituem, a saber: a extração de ouro e de diamante que lhe permitiu um quarto de século áureo, além de ter vivido êxodos e diásporas diversificadas, devido ao escoamento ou movimento contínuo de mineradores, agricultores e pecuaristas.

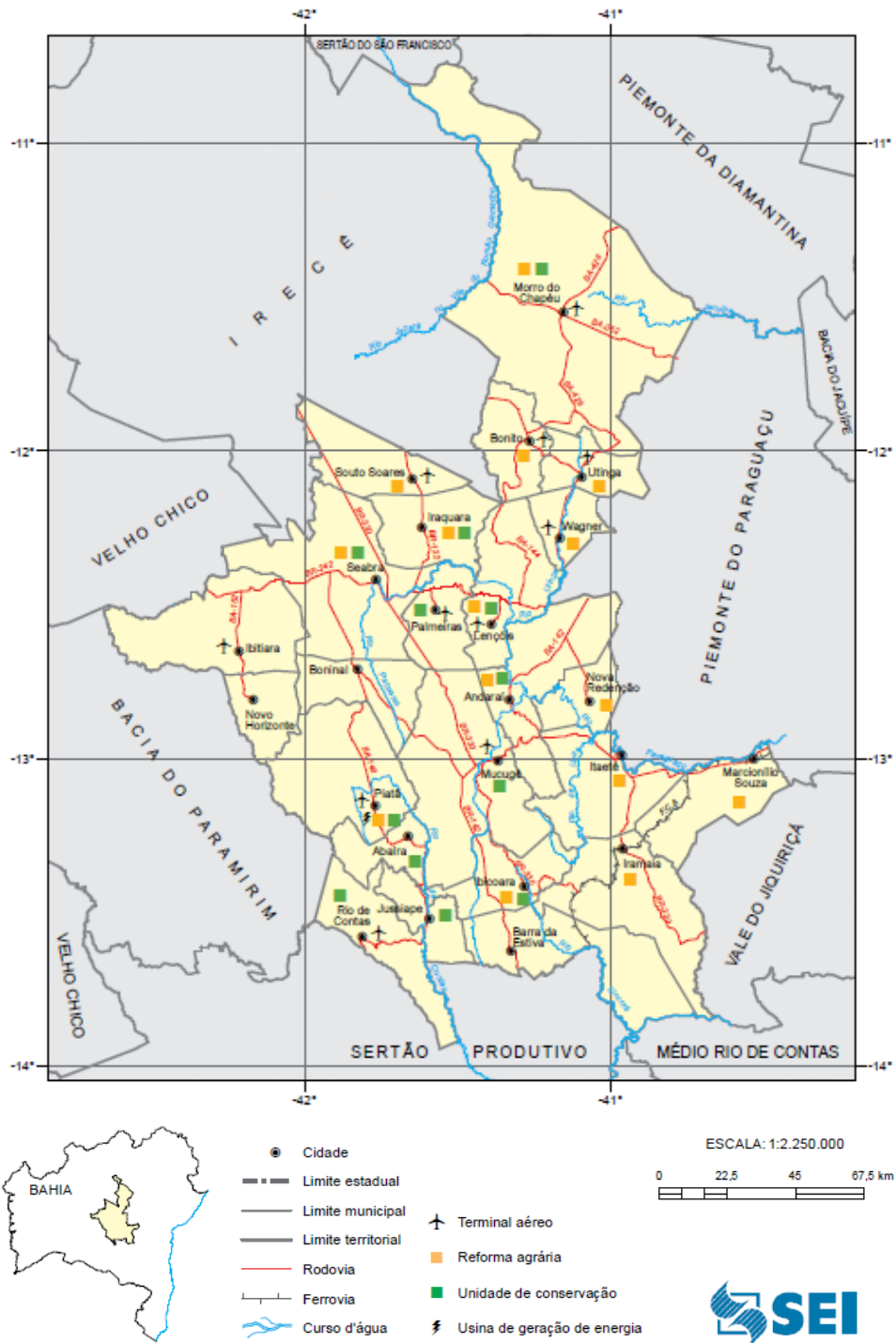
A Chapada Sul se define por ser uma área bastante heterogênea em termos de atividades socioeconômicas, caracteriza-se pelo funcionalismo público, pela atuação na pecuária (caprinos, bovinos, ovinos etc.), pela agricultura e pela extensa produção de café. Os municípios que a abarcam constituem o designado circuito do ouro, caracterizado em torno de Rio de Contas, primeiro município a ser povoado na Chapada Diamantina, em meados do século XVII. A região foi afluxo de garimpeiros e, em parte, hoje, é considerada um dos pólos ecoturísticos da Chapada Diamantina, assim como se dá na Chapada Central.

Os três pontos de inquérito definidos, como dito, estão distribuídos no território de identidade denominado Chapada Diamantina. Ele está localizado no centro do estado baiano, compreendido de 23 municípios, quais sejam: Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iraquara, Itaeté, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner. O território abrange, em sua totalidade, uma área equivalente a 32.664 Km², segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 2018.

Segundo dados do SEI (2018) e IBGE (2018), a sua população total estimada para 2020 era de 388.445 habitantes, que corresponde a 2,60% do total da população do estado da Bahia. Faz divisa com alguns municípios dos territórios de identidade Piemonte de Paraguaçu, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Vale do Jequiriçá, Velho Chico, Piemonte da Diamantina e Irecê (cf. Figura 2). O território está inserido no bioma da caatinga, caracterizado pelo clima semiárido com solos rasos e pedregosos, acolhendo espécies únicas em sua flora e sua fauna. Sua formação econômica está associada à exploração de recursos naturais, tais como atividades agrícolas, turismo ecológico e exploração de diamantes, diatomita e dialomita, explorações

estas quase que desativadas. A Figura 4, a seguir, ilustra o território de identidade denominado Chapada Diamantina.

Figura 4 - Mapa do Território de Identidade Chapada Diamantina, Bahia



Fonte: MMA (2013), Aneel (2012), Bahia (2012), Bahia (2013), Sema (2013), INCRA (2011), CDA (2009).

Caracteriza-se por um relevo planáltico e serrano, intercalado por formas irregulares que possuem leves inclinações por conta dos desgastes ocorridos pela ação dos ventos e das águas – intemperismo – e altitudes que podem ir de 100 a 500m; essas depressões são do tipo periféricas e interplanálticas.

Seu povoamento está intrinsecamente ligado ao ciclo do diamante e do ouro. Suas minas seduziram exploradores, em sua grande maioria, mineiros e paulistas, que percorriam as terras do sertão em busca de riquezas, em uma verdadeira corrida rumo à fortuna. Isto posto, houve uma intensa migração de homens para tirar proveito dos fins lucrativos com a venda de diamantes no interior da Bahia.

Quando uma coligação de garimpeiros encontrava uma jazida, edificavam-se, em pouco tempo, arraiais que se expandiam formando vilas e, que, depois, se constituíam em cidades. Nessas cidades, passaram a imperar a disputa de poderes entre oligarquias representadas por coronéis. “O analfabetismo reinante, as precárias condições de vida, o desemprego, a falta de assistência são alguns fatores que, naquela época, fizeram do sertanejo um prisioneiro do coronel que quase sempre os acolhia em troca de “gratidão”” (ROLO, 2010, p. 94-95). Esses coronéis tornavam esses homens jagunços para lutar a seu favor em caso de ameaças, sem contar o que reitera Cruz (2006, p. 18) ao conformar com Pires (1999), observando que, nesse processo de povoamento, houve uma “dizimação de grupos indígenas ali existentes, [...] exploração do trabalho escravo com negros já livres, [...], intensificação da presença de bandeirantes e exploradores de garimpos de ouro e diamante, varrendo o sertão com diferentes práticas de violência”.

Apresentadas algumas singularidades demográficas, geoambientais, socioculturais, históricas e político-econômicas do território tomado para o estabelecimento de pontos, nos quais coletaram-se os dados a serem analisados nesta tese, na póstera subseção, centrar-se-á na descrição dos procedimentos que foram usados para a seleção dos informantes que compõem a amostra de estudo, sujeitos que, por sua vez, encerram “[...] em si a síntese do geográfico com o social” (CARDOSO, 2010, p. 12).

3.4 SELEÇÃO DOS INFORMANTES

O perfil estabelecido para os informantes deste estudo afastou-se daquele antes preconizado nos estudos dialetológicos do tipo NORM (Nonmobile, Older, Rural Males)⁵² (CHAMBERS; TRUDGILL, 1994) ou HARAS (Homem, Adulto, Rurícola, Analfabeto e Sedentário). Consideraram-se, assim como o Projeto Atlas Linguístico do Brasil, de forma sistemática, na seleção dos informantes, as variáveis sexo e faixa etária, não tendo sido possível incluir a variável nível de instrução, dado que houve dificuldades para encontrar informantes da faixa etária I, com ensino fundamental completo e, informantes da faixa etária III, com nível superior completo. Por conta disso, não foi possível realizar uma estratificação por escolaridade.

Para a depreensão da variável sexual ou diagenérica, os 72 informantes selecionados para compor a amostra de análise, deste estudo, foram distribuídos, de igual modo, por ambos os sexos, doze informantes homens e doze mulheres em cada ponto de inquérito, contemplando também, em cada ponto, a variável geracional, três faixas etárias; uma mais jovem (20-33 anos), outra intermediária (35-48 anos) e uma mais velha (50-63 anos)⁵³. Com efeito, no que concerne às variáveis sociais inclusas na amostra, cumpre dizer que elas se revelam de particular valor para que se melhor apreendam os fatores que motivam a conservação de determinados traços linguísticos ou a propagação de inovações. Que se veja Tabela 2, ilustrando a distribuição das células sociais.

Tabela 2 - Número de informantes por células sociais (N=72)

FAIXA ETÁRIA	SEXO	
	Homem	Mulher
20-33	12	12
35-48	12	12
50-63	12	12

Fonte: Elaborada pelo autor com dados da pesquisa

Após explicitados os procedimentos de seleção dos informantes para a composição da amostra estabelecida para cada uma das duas análises propostas para esta investigação,

⁵² Sigla que resume o desejo pela busca de dialetos ‘puros’, ‘autênticos’ das épocas mais remotas, cujos falantes deveriam ser do sexo masculino, acima dos setenta anos de idade, de zonas rurais mais isoladas, com deficiente educação escolar e escassa experiência de viagens (SANDES, MANJÓN-CABEZA CRUZ; MOLINA ORTÉS, 2020).

⁵³ Vale sublinhar que não foi possível compor uma amostra estratificada por meio de faixas etárias descontinuas, dado as condições sociodemográficas dos informantes se apresentarem pouco flexíveis.

descrevem-se teórico-metodologicamente as variáveis predictoras (também ditas independentes ou explicativas) e de resposta (também ditas dependentes), como se verá a seguir, que serão submetidas ao tratamento estatístico multivariacional, devidamente descrito, em momento posterior.

3.5 A CATEGORIA DOS ÓRGÃOS GENITAIS-SEXUAIS SE TRANSVESTEM EM VARIÁVEL LINGUÍSTICA

Como visto, na primeira seção desta tese, a variação semântica pode ser observada desde várias perspectivas e em diferentes níveis. Como já assinalado, o estudioso que se pretenda enveredar por este caminho poderá, ao longo dele, se dedicar aos estudos onomasiológicos, semasiológicos, ou até mesmo vincular ambos, podendo focar na observação de um conceito (ou um item léxico), de um grupo de conceitos (ou um grupo de itens léxicos), na comparação de vários destes, ou mesmo voltar sua atenção para um determinado fenômeno, como a metáfora, a metonímia, entre outros mais. Ante o exposto, verifica-se que, em um nível mais abstrato de estruturação conceitual, está a opção para expressar o significado mais ou menos prototípico em uma categoria. Este ponto de vista é essencial para a investigação de itens léxicos referentes aos órgãos genitais-sexuais humanos, posto que, nos seus processos de nomeação, a depender da região, da cultura e dos aspectos sociodemográficos, podem desvelar especificidades nos seus usos.

Logo, este estudo que aqui se inscreve, como já também informado, visou a realizar um exame empírico e quantitativo da variação onomasiológica conceptual de itens léxicos genitais-sexuais (a exemplo de *pênis* e *vagina*) em relação com os fatores espaciais, sociais e conceptuais, devidamente apresentados mais à frente, em dados elicitados de inquiridos. Em face disso, o fenômeno a ser estudado será a variação semântica na expressão de itens léxicos genitais-sexuais, sendo, portanto, a variável linguística constituída, de um lado, de itens cujos usos são mais prototípicos e, de outro lado, de itens cujos usos são menos prototípicos, referentes às partes genitais-sexuais que compreendem os corpos masculino e o feminino.

Tais premissas conduziram possíveis respostas da questão, anteriormente posta para este estudo, qual seja:

1) Os conceitos presentes no corpus apresentam padrões variacionais concretos entre uma estruturação de base conceptual mais prototípica e uma estruturação de base conceptual

menos prototípica (cf. descrição na próxima subseção) ao se relacionarem com fatores espaciais, sociais e conceptuais?

Diante de tal inquirição, hipotetizou-se que a variação entre ambos os sexos, masculino e feminino, em referência às suas próprias realidades era, de fato, baseada na conceptualização, que desponta uma apreensão distinta do corpo, de mais a mais, espacialmente e socialmente motivada. Na sequência, descrevem-se os pressupostos teórico-metodológicos de trabalho, em torno do nível da estruturação conceptual mais prototípica e menos prototípica.

3.5.1 Estruturação conceptual mais prototípica versus estruturação conceptual menos prototípica

Depois de terem sido selecionadas as ocorrências referentes aos itens léxicos genitais-sexuais variáveis, prosseguiu-se para o exame dos dados em termos de seus usos prototípicos, com a finalidade de agrupar as ocorrências em dois grupos: o primeiro grupo, com itens léxicos mais prototípicos, que podem ser entendidos como aqueles cujos usos são mais proeminentes (ou salientes) em dada categoria; e o segundo grupo, com itens léxicos menos prototípicos, concebidos por seu menor uso em dada categoria, apresentando-se como menos proeminentes (ou menos salientes).

Vale anotar que, embora a categorização dos itens léxicos, analisados neste estudo, se deem em um *continuum* caracterizado por itens “mais prototípicos”, “mais ou menos prototípicos” e “menos prototípicos”, foi necessário tornar esse comportamento enérgico em um outro binário, visto que o modelo estatístico utilizado para o tratamento dos dados não compreende variáveis de resposta constituídas com mais de três fatores. Dito isto, o critério estabelecido para a transformação de múltiplas variantes em um preditor de resposta binário foi a frequência de uso dos itens léxicos, logo, itens léxicos com percentuais abaixo de 50% foram categorizados como “menos prototípicos” e, acima de 50%, como “mais prototípicos”, com uma margem de diferença de 20 pontos percentuais, de sorte que os itens léxicos “menos prototípicos” não atingiram percentagens superiores a 30%.

Após levantamento das ocorrências, de um total de 480, 264 apresentam usos mais prototípicos, cujos itens léxicos depreendidos, para a sexualidade masculina, foram *pênis*, *pau*, *pinto* e *rola* e, para a sexualidade feminina, foram *vagina* e *buceta*, ilustrados nos exemplos (1) e (2) a seguir, em negrito:

- (1) DOC: Como você chama a parte do corpo da mulher que liga a vulva ao útero, por onde se expele o sangue menstrual, se pode dar à luz a um bebê, se pode experimentar sensações íntimas de prazer, individual ou não?

INF: É **vagina**, não é?

DOC: Conhece por outros nomes?

INF: A gente chama de **buceta**, de totó e de outros nomes.

DOC: Que outros nomes?

INF: Minha filha pensa num trem que tem nome. É **xibiu**, é **perereca** [risos].

- (2) DOC: Como se chama a parte do corpo do homem por onde passa a ureta, responsável por expelir a urina e o esperma, além de atuar na reprodução humana e poder experimentar sensações íntimas de prazer, individual ou não?

INF: **Pênis**.

DOC: Você conhece por outros nomes?

INF: **Pau**, **pinto**, pixota, peru, cacete.

DOC: Você lembra de outros nomes?

INF: Lembro não.

As demais ocorrências, em número de 216, foram classificadas como menos prototípicas, cujos itens léxicos levantados para o órgão genital-sexual feminino foram: *xulipa*, *tabaco*, *siririca*, *prexeca*, *preciosa*, dentre outros, e, para a sexualidade masculina, foram: *precioso*, *Pindola*, *pingola*, *pica-pau*, *Manjeba*, dentre outros. A seguir, apresentam-se, em (3) e (4), exemplos contextuais extraídos da amostra de análise, em negrito:

- (3) DOC: Como se chama a parte do corpo do homem por onde passa a uretra, responsável por expelir a urina e os esperma, além de atuar na reprodução humana e poder experimentar sensações íntimas de prazer, individual ou não?

INF: É **espada**, é **pixota**, e tem é nome.

DOC: Quais mais?

INF: Pênis, pica, cacete.

- (4) DOC: Como você chama a parte do corpo da mulher que liga a vulva ao útero, por onde se expele o sangue menstrual, se pode dar à luz a um bebê, se pode experimentar sensações íntimas de prazer, individual ou não?

INF: Eu chamo de **chico**, de gatinha.

DOC: Conhece por outros nomes?

INF: Não.

Feito isso, as ocorrências foram submetidas a análises estatísticas, especificamente, a uma análise de regressão logística com resposta binária, cujos procedimentos metodológicos associados à análise e às hipóteses são apresentados a seguir.

3.6 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE ESTATÍSTICA E SUAS RESPECTIVAS HIPÓTESES

Após inventariadas, as ocorrências foram submetidas a uma tabulação em planilha de *Excel* que foi salva em formato *.csv*, para ser carregada em *softwares* de linguagem de programação, a fim de obter resultados estatísticos a serem, posteriormente, interpretados. Diante disso, apresenta-se, em seguida, o detalhamento dos procedimentos das análises estatísticas propostas.

Inicialmente foi analisada a distribuição geral dos itens léxicos, os *mais prototípicos* e os *menos prototípicos*, baseando-se na técnica estatística de regressão logística com resposta binária. Os dados foram carregados no *R* (R CORE TEAM 2020), uma linguagem de programação estatística, gratuito e aberto a livre acesso, ou melhor posto, fez-se uso de uma de suas interfaces, o *Rstudio*, que é um dos vários ambientes de desenvolvimento integrado do *R*, que opera através da execução de *scripts* computacionais, exibindo funções para a distribuição de probabilidade, testes estatísticos, produção de gráficos etc. (GRIES, 2013).

O método selecionado produz, a partir de um conjunto de observações, um modelo que licencia a predição de valores tomados por uma variável categórica, comumente binária, através de um encadeamento de variáveis preditoras contínuas e/ou binárias. Este tipo de abordagem quantitativa de dados pode desvelar padrões de variação que escapariam à vista, principalmente quando se trabalha com centenas de ocorrências codificadas de acordo com parâmetros sociais, contextuais e conceptuais. A seguir, são apresentadas a variável de resposta e as variáveis

preditoras inclusas na análise dos itens léxicos mais prototípicos e dos menos prototípicos relacionados ao domínio da sexualidade, ou melhor, dos órgãos genitais-sexuais humanos, presentes na amostra de análise.

3.6.1 Variável resposta

A variável resposta é denominada como o evento que se pretende investigar. Em uma dada análise, seus valores são estudados sob a presunção ou hipótese de que dependem, por meio de uma determinada lei ou regra, dos valores de outras variáveis. À face disso, foram definidas como variável de resposta o uso de itens léxicos mais prototípicos e menos prototípicos, depreendidos do corpus de estudo.

Em outras palavras, como já assinalado, de uma parte, encontram-se no corpus itens léxicos que se caracterizam pelos usos mais prototípicos, a exemplo de *pênis*, *vagina*, *buceta*, *pinto*, *rola* e *pau*, e, de outra parte, encontra-se a expressão de itens léxicos menos prototípicos que se tipificam por seu menor uso, a exemplo de *cipó*, *pingola*, *taca*, *vulva*, *cabaça*, entre outros mais.

Isto posto, descrevem-se, a seguir, as variáveis preditoras inclusas no modelo estatístico que poderão esclarecer possíveis padrões geossociolinguísticos e cognitivos incursos na análise dos dados.

3.6.1.1 Variáveis geossociais

Foram inclusas duas variáveis sociais e uma espacial no modelo estatístico, acham-se: a *Variável Sexo*, a *Variável Faixa Etária* e a *Variável Localidade*. Ambas têm sido amplamente exploradas nos estudos variacionistas e dialetais, sendo consideradas, as duas primeiras, clássicas dos estudos sociolinguísticos e, aquela última, dos estudos sociodialetoológicos.

A variável sexo, assumida neste estudo, em trabalhos como os de Hora (2006), Pires (2007), Silva (2012) e Leite (2012), tem sido reinterpretada como gênero ou mesmo sexo/gênero, devido a algumas considerações feitas de que o comportamento relacionado ao sexo biológico é estabelecido por um encadeamento de princípios sociais. Com efeito, não se ignora, neste estudo, a noção de gênero; no entanto, fala-se de sexo por ser a informação básica coletada com o trabalho de campo, que serve, em primeira instância, para classificar a população em duas, embora a ideia de como todos entendem pertencer a um sexo seja,

altamente, complexa. Tal variável compreende dois fatores: Homens e Mulheres, para a qual lançou-se a hipótese de que as mulheres tenderiam a fazer uso de itens léxicos ditos mais prototípicos, dado a característica sincrônica no nível de tecnicidade em que encontram, a exemplo do que postulavam Geeraerts, Grondelaers e Bakema (1994). Nesse sentido, os papéis sociais exercidos pela mulher contribuiriam como um marcador de tecnicidade (ou especialização), concorrentes para uma maior prototipicidade, na designação múltipla de um referente, caracterizado, por vezes, por um menor uso de itens léxicos eufemísticos.

A variável faixa etária, assim como o sexo, tem sido bastante utilizada em Sociolinguística para dividir a sociedade em agrupamentos. Como já exposto, em momento anterior, subestratificaram os informantes em três grupos por idade: Faixa etária I - 20-33, Faixa etária II - 35-48 e Faixa etária III - 50-63. Weinreich, Herzog e Labov (2006 [1968]) sublinham que a variável em foco fornece indícios, ora para uma competição contrabalançada entre variantes na realização de um assentado fenômeno, o que se concebe como variação estável, ora para uma mudança em curso, quando a faixa etária mais jovem conduz o uso de uma das variantes, permitindo que uma delas se avulte. Com base nesse postulado, levantou-se a hipótese de que a faixa etária mais jovem (20-33 anos) apresentaria uma maior proporção de uso de itens léxicos menos prototípicos e mais eufemísticos do que os falantes da faixa etária intermediária e da faixa etária mais velha, demonstrando uma mudança em progresso.

A variável localidade, ou mesmo procedência do informante, dentre os grupos de fatores sociais, explorados neste estudo, tem se apresentado como um fator importante nos estudos sociodialetoológicos, a citar aqueles desenvolvidos no âmbito do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, que têm contribuído significativamente para a descrição do funcionamento da língua em seus contextos reais de uso, pondo, assim, à vista, na esfera da produção, uma norma linguística brasileira do português. Essa variável está relacionada “às diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico, observáveis entre falantes de origem geográficas distintas” (ALKMIM, 2001, p. 34) e, que, por sua vez, tem apontado possíveis variações e consequentes mudanças na língua, a qual muda gradativamente com o passar do tempo. A variável compreende-se de três fatores: Chapada Central, Chapada Norte e Chapada Sul. Destarte, para ela, foi proposta a hipótese de que os falantes tanto da Chapada Norte quanto da Chapada Sul tenderiam a utilizar itens léxicos mais prototípicos e menos eufemísticos dado as suas conjunturas históricas e sociais de formação.

3.6.1.2 Variável conceptual

Os itens léxicos genitais-sexuais, os quais são referidos nesta tese, dizem respeito às próprias diferenças entre os sexos, manifestadas em características sexuais primárias (órgãos genitais-sexuais, por exemplo), relacionadas a um ou outro sexo biológico. As ocorrências extraídas da amostra de análise foram codificadas com estas informações, conforme se referisse ao sexo feminino ou masculino, por sua vez, a variável que comporta tais fatores foi denominada, neste estudo, de *Sexo a que se refere o conceito*. De acordo com referências, a citar os estudos de Barrero García, Burgos González e Caballero Pérez (2006), a sexualidade feminina apresenta uma carga de interdição maior do que a masculina, de modo que partes do seu corpo estão mais suscetíveis às questões tabuísticas, visto que a sociedade patriarcal trata a mulher como “[...] um ser inusitado para o unilateral universo masculino” (NOCCIOLI; PAES, 2012, p. 421).

Em síntese, com esta variável, pretendeu-se verificar as seguintes hipóteses: por um lado, haverá uma tendência para uma menor prototipicidade na expressão de itens léxicos referentes ao órgão genital-sexual feminino e, por outro lado, a inversão deste padrão para a expressão de itens léxicos referentes ao órgão genital-sexual masculino.

3.6.2 Regressão logística

A análise quantitativa dos dados consente verificar predisposições, ou melhor, tendências na distribuição dos fenômenos observados, tendo em conta dados externos ou não vinculados a eles. Corriqueiramente, em linguística, em sua maioria, as variáveis de resposta estudadas têm sido binárias, ou seja, constituídas de dois fatores, dado que, normalmente, se medem a presença ou não de um determinado objeto. Este tipo de divisão é o resultado, como anota Pizarro Pedraza (2013, p. 199, tradução nossa), de um processo de codificação dos dados, ou melhor dito, “[...] de interpretação e formulação da realidade linguística em termos quantificáveis para seu processamento automático por parte do pesquisador”⁵⁴.

A regressão logística binária permite a inclusão de inúmeras variáveis previsoras, bem como a análise de regressão linear. O interesse em aplicar tal técnica é a de verificar “[...] o efeito simultâneo de múltiplas variáveis previsoras, a fim de chegar a um modelo para

⁵⁴ Do original: “[...] de interpretación y de formulación de la realidad lingüística en términos cuantificables para su procesamiento automático por parte del investigador”.

descrever, explicar e prever o comportamento da variável resposta” (OUSHIRO, 2017, p. 182). Ela também produz um coeficiente linear, o *intercept*, e coeficientes angulares para cada variável/termo previsor do modelo, e qualifica se a estimativa dos valores, parâmetros ou estados distinguem-se significativamente de zero. Dito em outras palavras, ela ajuda a prever valores tomados por uma variável de resposta, através de uma série de variáveis preditoras. Neste estudo, como já registrado, a variável de resposta constitui-se dos seguintes fatores: de um lado, por itens léxicos mais prototípicos e, por outro lado, por itens léxicos menos prototípicos.

Em síntese, a Tabela 3, a seguir, apresenta as variáveis preditoras encerradas no modelo de regressão logística.

Tabela 3 - Lista de variáveis (anterior a seleção automática)

VARIÁVEL	FATORES	TIPO
Sexo	Homem; Mulher	Não aleatória
Faixa etária	I; II; III	Não aleatória
Localidade	CC; CN; CS	Não aleatória
Sexo a que se refere o conceito	Fem; Masc	Não aleatória

Fonte: Elaborada pelo autor com dados da pesquisa

Apresentadas as variáveis que foram controladas no estudo, competiu, portanto, selecionar um modelo que fosse adequado para a interpretação dos dados, que, por sua vez, requer de um dos efeitos fixos principais ou com interação, como se verá a seguir.

3.6.2.1 Modelagem dos dados

Como visto, a regressão logística compreende o desenho de uma infinidade de modelos para cotejar sua capacidade de predição e o número de variação que pode calcular. A seleção de um modelo para os dados de um determinado estudo, como já dito, dependerá de um desenho prévio de um dos efeitos fixos (principais e com interações). *A priori*, é preciso verificar que as variáveis não incorrem em colinearidade, visto que, por estarem vinculadas, seria impossível distinguir que parte da variação explica cada uma. Feito isso, é necessário submeter todas as variáveis e possíveis interações a um procedimento automático de seleção gradual, a fim de eliminar as variáveis menos explicativas, passo a passo, de modo que se obtenha, ao fim, um modelo parcimonioso.

Diante disso, na próxima seção, a seguir, são apresentadas a seleção do modelo mais explicativo, a ser exportado, e as interpretações dos dados obtidos com a análise estatística proposta, desde uma perspectiva geossociolinguística-cognitiva.

4 ANÁLISE GEOSOCIOLINGUÍSTICA-COGNITIVA DOS RESULTADOS

Quando se pretende realizar análises estatísticas de dados, notadamente, multivariadas, de regressão logística, idealmente, elas devem ser precedidas de gráficos e análises exploratórias, a exemplo de testes de qui-quadrado, como assevera Oushiro (2017). O teste de qui-quadrado (χ^2)⁵⁵ serve para aferir, de maneira quantitativa, o resultado de um experimento e a distribuição esperada para o fenômeno em estudo. À face disso, foram depreendidas da amostra de análise 480 ocorrências, ilustradas no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Variantes e número de ocorrências associadas aos órgãos genitais-sexuais feminino e masculino

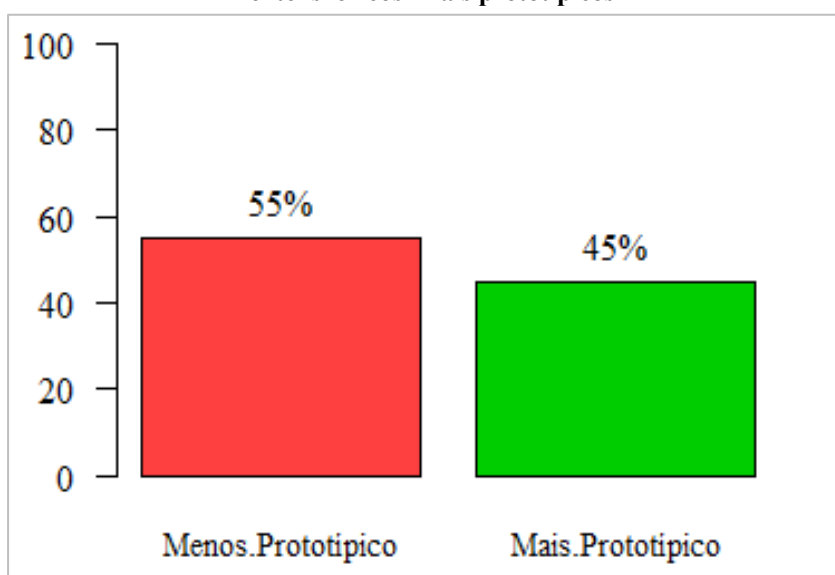
DENOMINAÇÕES PARA O ÓRGÃO GENITAL-SEXUAL FEMININO				
Boca de baixo	Bolacha	Borboleta	Buceta	Bunda
1	1	1	35	4
Cabaça	Chico	Gatinha	Gruta	Macaquinha
1	2	15	3	1
Margarida	Naquita	Pepeca	Perereca	Periquita
2	1	7	15	15
Perseguida	Preciosa	Prexeca	Siririca	Tabaco
3	1	1	1	1
Tixé	Totó	Vagina	Vulva	Xereca
11	1	61	1	20
Xibiu	Xota	Xoxota	Xulipa	
13	3	7	1	
DENOMINAÇÕES PARA O ÓRGÃO GENITAL-SEXUAL MASCULINO				
Anaconda	Bilau	Binga	Bingola	Cacete
1	2	2	1	10
Caralho	Cipó	Cobra	Djonga	Espada
3	1	2	1	1
Giromba	Instrumento	Mandioca	Manjeba	Órgão sexual masculino
1	1	1	1	2
Pau	Pênis	Pepino	Peru	Pica
34	65	2	2	18
Pica-pau	Pindola	Pingola	Pinguelo	Pinto
1	1	1	2	31
Piroca	Pirulito	Piu-piu	Pixota	Precioso
3	2	4	4	1
Rola	Taca	Torrado	Vara	
38	1	3	6	

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa

⁵⁵ Trata-se de um teste de hipótese estatística usado para determinar se há uma diferença estatisticamente significativa entre as frequências esperadas e as frequências observadas em uma ou mais categorias de uma tabela de contingência.

As ocorrências apresentadas no Quadro 1 foram investigadas quanto às variáveis preditoras sociais: Faixa etária e Sexo/Gênero, espacial: a Localidade, e quanto à conceptual: Sexo a que se refere o conceito. Isto posto, ao observar a proporção de realizações do fenômeno em foco, notou-se que há 264 itens léxicos caracterizados por uma maior saliência, sendo entendidos, neste estudo, como ‘menos prototípicos’, o que resulta em 55% de seus usos, frente a 216 de itens léxicos tipificados como ‘mais prototípicos’, dado a uma menor saliência, o que equivale a um percentual de 45% de seus usos, como se observa no Gráfico 1, em seguida.

Gráfico 1 - Frequências das ocorrências de itens léxicos ‘menos prototípicos’ e itens léxicos ‘mais prototípicos’



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa

Além da produção de gráficos, para cada uma das variáveis preditoras (independentes), aqui não exportados, submeteram-se os dados a testes de qui-quadrado, a fim de avaliar os resultados e a distribuição do fenômeno em investigação, como anteriormente assinalado. Destarte, os resultados obtidos, por meio dos valores-p⁵⁶, para cada preditor, com os testes aplicados, podem ser visualizados na tabela a seguir:

⁵⁶ O valor-p, também conhecido como probabilidade de significância ou nível descritivo, é a probabilidade de se alcançar uma estatística de teste igual ou mais extrema que a probabilidade observada em uma amostra, sob a égide da hipótese nula.

Tabela 4 - Resultado dos testes de qui-quadrado para as variáveis geossociais e conceitual

VARIÁVEIS		MAIS		MENOS		VALOR-P
		PROTOTÍPICO		PROTOTÍPICO		
		N	%	N	%	
SEXO	Homem	133	28	110	23	0.978
	Mulher	131	27	106	22	
FAIXA ETÁRIA	Um	101	21	108	23	0.02991
	Dois	89	19	63	13	
	Três	74	15	45	09	
LOCALIDADE	Central	96	20	93	19	0.02653
	Norte	87	18	80	17	
	Sul	81	17	43	09	
SEXO A QUE SE REFERE O CONCEITO	Feminino	96	20	134	28	3.596e-08
	Masculino	168	35	82	17	

Fonte: Elaborada pelos autores com dados da pesquisa

Os resultados da Tabela 4 indicam que não há correlação entre a variável resposta e a variável preditora sexo, pois o Valor-p, neste caso, é maior que 0.05, o que significa que não houve nenhuma diferença significativa, dado que a probabilidade de se obter um valor da estatística de teste como o observado é muito improvável. Conquanto, as variáveis faixa etária, localidade e sexo a que se refere o conceito apresentaram correlações com a variável de resposta, exibindo valores-p significativos, anotados em negrito.

Além dos testes de qui-quadrado, foram também realizados testes de regressão logística. Estes testes são feitos quando se tem uma variável de resposta (ou dependente) nominal binária e variáveis preditoras (ou independentes), podendo incluir mais de uma variável preditora no modelo, diferente dos testes de qui-quadrado que só permitem a inclusão de apenas uma por vez. Com efeito, o interesse nas análises de regressão logística está em “[...] verificar o efeito simultâneo de múltiplas variáveis previsoras, a fim de chegar a um modelo para descrever, explicar e prevê o comportamento da variável resposta” (OUSHIRO, 2017, p. 182).

Dito de outro modo, a análise de regressão logística é o procedimento adequado para atender os requisitos postos. Ela é uma abordagem de modelagem matemática que pode ser usada para testar hipóteses sobre a relação de várias variáveis preditoras sobre variáveis de respostas binárias (cf. HOSMER; LEMESHOW, 1989; KLEINBAUM, 1994; TABACHNICK; FIDELL, 2001; BAAYEN, 2008; GRIES, 2013; LEVSHINA, 2015; OUSHIRO, 2017; entre outros). Para mais, fornece informações sobre a variação – percentuais para os quais uma variável é explicada pelas variáveis de resposta –, sendo também usada para determinar a importância de variáveis preditoras. Neste estudo, a regressão logística foi empregada para

avaliar o efeito de fatores sociodemográficos e conceituais sobre o uso de itens léxicos, cujos usos os caracterizam como ‘mais prototípicos’ ou ‘menos prototípicos’.

Diante das proposições apresentadas nos parágrafos precedentes, na próxima subseção, apresenta-se a seleção do modelo de regressão logística mais explicativo na apreensão do fenômeno de saliência léxica em estudo; a prototipicidade na conceptualização de itens léxicos pertencentes ao domínio da sexualidade (ou mesmo *frames* para alguns linguistas), notadamente, dos órgãos genitais-sexuais feminino e masculino.

4.1 SELEÇÃO DO MODELO

O trabalho com regressão logística compreende o *design* de uma infinidade de modelos distintos para comparar seu poder preditivo e a quantidade de variação que podem explicar. Esse exercício envolve revisão na codificação, por exemplo, recodificando variáveis, a fim de adicionar ou remover níveis, diferentes variáveis e interações, até que se chegue a um modelo satisfatório, conforme uma série de parâmetros de diagnóstico. Para as funções de regressão logística com efeitos fixos, como *glm* e *rlm* no *R*, há um número considerável de métodos automáticos que auxiliam na seleção do modelo mais explicativo; diferente da função de efeitos aleatórios *glmer*.

Salienta-se que a seleção de um modelo de efeitos mistos adequado para os dados estudados requer do desenho prévio de um dos modelos de efeitos fixos (principais e com interações). Inicialmente, é necessário verificar se as variáveis não incorrem em multicolinearidade, isto é, quando as variáveis preditoras do modelo estão relacionadas a um mesmo efeito. Uma vez comprovado o pressuposto da não multicolinearidade, em um modelo inicial, introduzem-se todas as variáveis principais e todas suas possíveis interações, submetendo-o a uma seleção automática, baseada no critério de *Akaike*⁵⁷ (AIC). Esse procedimento é bastante útil quando se quer eliminar variáveis menos explicativas, gradualmente, até chegar a um modelo parcimonioso e que apresente o menor valor AIC.

Uma vez aplicadas estas etapas à amostra de análise, neste estudo, incorporaram-se os efeitos aleatórios, observando que o modelo com esses efeitos não convergiu, não sendo, portanto, aqui exportado, selecionando o modelo com interações como sendo o mais explicativo. Na Tabela 5, pode-se visualizar o aprimoramento do modelo, desde sua forma

⁵⁷ É uma métrica que determina a qualidade de um modelo estatístico, isto é, mensura, visando também a sua simplicidade.

básica, com as variáveis preditoras e sem interações, até o modelo mais explicativo da variação onomasiológica conceptual de itens léxicos referentes aos órgãos genitais-sexuais feminino e masculino.

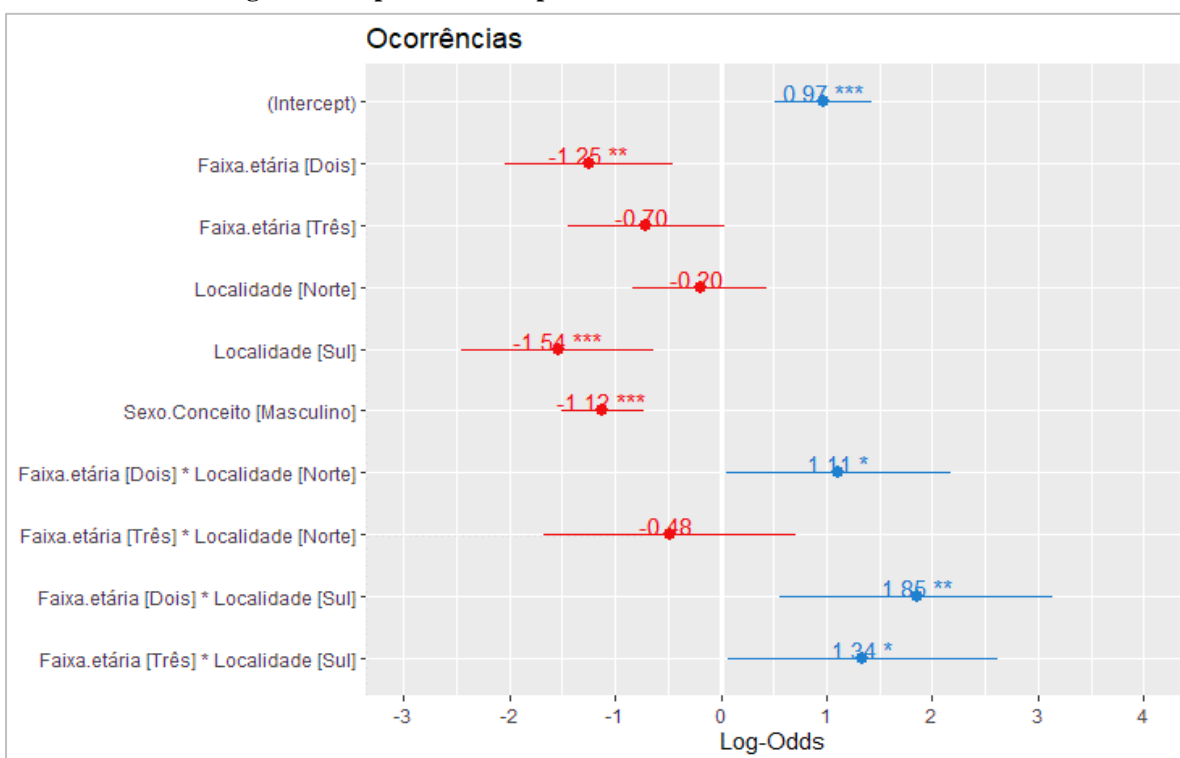
Tabela 5 - Comparação entre modelos de regressão logística com efeitos principais, com interações e com efeitos mistos (conforme AIC, C, Dxy e R²)

MODELO	AIC	C	Dxy	R ²
Efeitos principais	629.03	0.679	0.358	0.121
Efeitos principais mais interações	620.93	0.700	0.400	0.156
Efeitos mistos	--	--	--	Não convergiu

Fonte: Elaborada pelo autor com dados da pesquisa

O modelo final inclui todas as variáveis preditoras, exceto ‘Sexo.Gênero’ que não apresentou significância estatística. Isso indica que não há diferenças entre homens e mulheres quanto aos usos variáveis do fenômeno em foco. Ademais, as outras variáveis preservadas no modelo demonstraram significâncias como efeitos principais e em interações. As importâncias relativas das ditas variáveis, incluindo as interações, podem ser vistas na Figura 5, em seguida.

Figura 5 - Importância dos preditores fixos inclusos no modelo final



Fonte: Elaborada pelo autor com dados da pesquisa

Como pode ser visto, a Figura 5 apresenta todos os efeitos com o intervalo de confiança, com os asteriscos representando o grau de significância estatística de cada efeito (efeito negativo em vermelho e efeito positivo em azul). Logo, o uso de itens léxicos ‘menos prototípicos’ (variante observada) foi favorecido pela interação entre faixa etária e localidade e desfavorecido pela localidade, faixa etária e sexo a que se refere o conceito. O modelo não encontrou um efeito para o sexo do falante, como dito anteriormente. Na figura, o Intercepto (*Intercept*) representa a Faixa.etária[Um], a Localidade[Central], o Sexo.Conceito[Feminino], a Faixa.etária[Um]*Localidade[Norte] e a Faixa.etária[Um]*Localidade[Sul]. Uma vez sumarizado os detalhes para seleção do modelo, explicam-se, na próxima subseção, os resultados da regressão logística.

4.1.1 Resultados da análise estatística

A aplicação das funções *glm* e *lrm* no *R* (R CORE TEAM 2020) proporcionou a Tabela 6 de resultados, logo mais apresentada, cujos valores em *Log-Odds* foram exibidos na Figura 5. Os valores proporcionados pela regressão ilustram quais preditores influenciam significativamente sobre a variável de resposta: *itens léxicos mais prototípicos* e *itens léxicos menos prototípicos*. Concretamente, tomou-se o primeiro nível como base (mais prototípico), a fim de calcular o efeito dos níveis (ou mesmo regressores) de cada preditor sobre o resultado ‘menos prototípico’.

Tabela 6 - Resultado da análise de regressão logística com interações

	Estimativa	Erro Padrão	Valor Z	Significância (p)
(Intercepto)	0.9708	0.2365	4.104	4.06e-05 ***
Faixa.etáriaDois	-1.2464	0.4033	-3.090	0.00200 **
Faixa.etáriaTrês	-0.7043	0.3811	-1.848	0.06461 .
LocalidadeNorte	-0.1980	0.3210	-0.617	0.53728
LocalidadeSul	-1.5441	0.4672	-3.305	0.00095 ***
Sexo.Refere.ConceitoMasculino	-1.1194	0.1976	-5.666	1.46e-08 ***
Faixa.etáriaDois:LocalidadeNorte	1.1144	0.5399	2.064	0.03903 *
Faixa.etáriaTrês:LocalidadeNorte	-0.4803	0.6075	-0.791	0.42921
Faixa.etáriaDois:LocalidadeSul	1.8526	0.6588	2.812	0.00492 **
Faixa.etáriaTrês:LocalidadeSul	1.3383	0.6504	2.057	0.03964 *

Signif. codes: 0 ‘***’ 0.001 ‘**’ 0.01 ‘*’ 0.05 ‘.’ 0.1 ‘ ’ 1

Fonte: Elaborada pelo autor com dados da pesquisa

Ainda que a Figura 5 espelhe parte dos resultados da Tabela 6, fez-se o exercício de descrevê-la, com o objetivo de compartilhar maneiras de como exportar os resultados de uma regressão logística. Na coluna *Estimativa* é exibido o logaritmo da probabilidade de que uma ocorrência seja ‘menos prototípica’ quando os valores listados na coluna da esquerda são dados frente aos que estão omitidos (que são a base do *Intercepto*), ao mesmo tempo em que se controla as demais variáveis. Nesta análise, os valores positivos, na coluna *Estimativa*, sinalizam que o preditor favorece o uso da variante ‘menos prototípica’, o que significa que os resultados do modelo são lidos em termos do que aumenta ou diminui a probabilidade de ocorrência dessa variante.

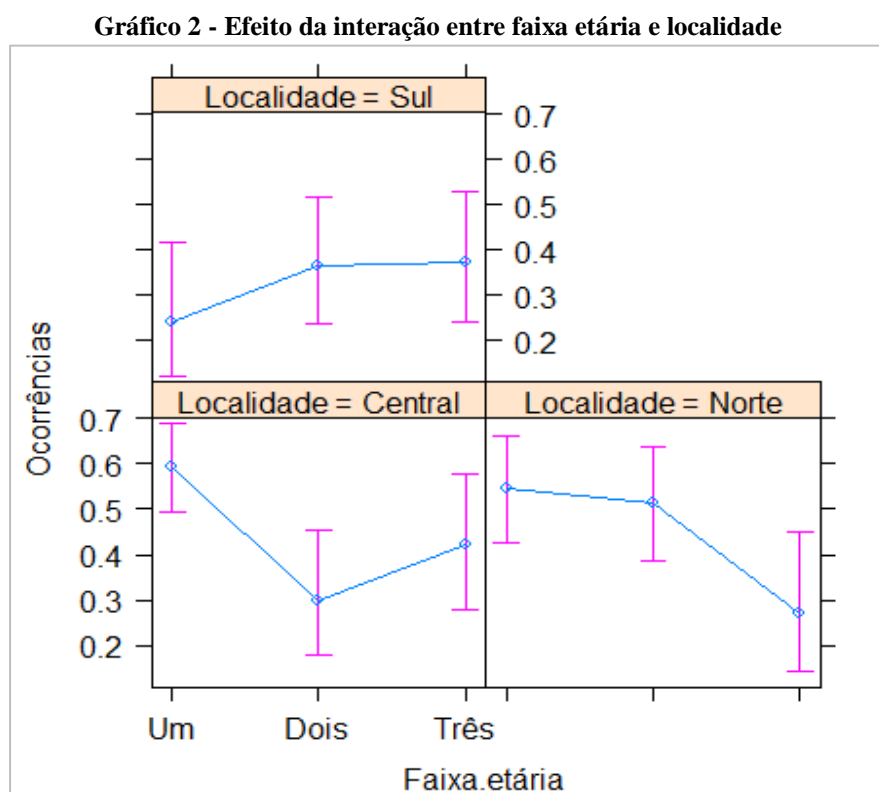
Vale lembrar que o modelo se configura como uma equação do 1º grau, cuja notação matemática é $y = a + bx$, em que o *Intercepto* está relacionado com o coeficiente linear do modelo, ou seja, ao valor de y no momento em que x é igual a zero. A segunda coluna referente ao *Erro Padrão* apresenta “[...] a medida da precisão das previsões: quanto menor esse valor, maior é o grau de precisão do modelo” (OUSHIRO, 2017, p. 135). O *Valor-Z* representa o resultado da razão entre a estimativa e o erro padrão e a Significância ou *Valor-p* é a probabilidade de ter observado um assentado resultado se, porventura, a hipótese nula for verdadeira, ou seja, se não houver diferenças significativas entre as variantes que compõem cada uma das variáveis preditoras do modelo, em caso contrário, ter-se-ia uma hipótese alternativa, resultado da negação da hipótese nula.

Voltando aos resultados do modelo apresentado na Tabela 6, nota-se que a variante ‘menos prototípica’ correlaciona-se com a faixa etária, a localidade e o sexo a que se refere o conceito. A primeira linha da tabela, para o regressor ‘Faixa.etáriaDois’, indica um efeito significativo. O modelo prevê que o *logit* seja -1.2464 maior para a ‘Faixa.etáriaDois’ do que para a ‘Faixa.etáriaUm’ e ‘Faixa.etáriaTrês’. Esse resultado, no que lhe toca, não confirma a hipótese inicial, a de que a faixa etária mais jovem apresentaria uma maior proporção de uso de itens léxicos ‘menos prototípicos’ do que os falantes da faixa etária intermediária e da faixa etária mais velha, demonstrando uma mudança em progresso.

A segunda variável atingiu significância estatística para a ‘LocalidadeSul’. Os residentes da localidade sul e norte, ainda que este segundo regressor não tenha atestado significância, preferem fazer uso de itens léxicos ‘mais prototípicos’ do que aqueles falantes habitantes da localidade central. Para este preditor a hipótese de que os falantes tanto da Chapada Norte quanto da Chapada Sul tenderiam a utilizar itens léxicos mais prototípicos, dado as suas conjunturas históricas e sociais de formação, é confirmada.

O preditor ‘SexoRefereConceito’ também atestou significância estatística. Frente ao sexo a que se refere o conceito, o masculino, nos usos pelos falantes, é mais proeminente em estruturas ‘mais prototípicas’ do que para o conceito referente ao sexo feminino para estas mesmas estruturas. A hipótese aqui também se confirma, visto que se esperava haver uma tendência para uma menor prototipicidade na expressão de itens léxicos referentes ao órgão genital-sexual feminino e, por outro lado, a inversão deste padrão para a expressão de itens léxicos referentes ao órgão genital-sexual masculino.

Finalmente, a faixa etária em interação com a localidade inverte a tendência desses últimos fatores. Ao todo, os itens léxicos referentes aos órgãos genitais-sexuais feminino e masculino são frequentemente usados como estruturas léxicas ‘menos prototípicas’ por falantes da faixa etária dois, residentes das localidades norte e sul e falantes da faixa etária três da localidade sul. Não tendo havido hipótese alçada para os efeitos fixos com interação, procedeu-se à produção de um gráfico, com o intuito de ilustrar essas interações, cujos efeitos são observados, a seguir.



Fonte: Elaborada pelo autor com dados da pesquisa

O gráfico à direita mostra que os falantes da localidade norte, das faixas etárias um e dois tendem a favorecer o uso da variante ‘menos prototípica’, no que tange aos falantes da

mesma região, mas da faixa etária três, no mesmo tempo em que o gráfico à esquerda inferior exhibe um resultado diferente, visto que os intervalos de confiança coincidem, indicando que não há diferença significativa entre falantes das três faixas etárias e residentes da localidade central quanto ao uso da variante em perspectiva. Já o gráfico à esquerda superior aponta que os falantes das faixas etárias dois e três e residentes da localidade sul inibem o uso da variante ‘mais prototípica’. A interação entre região e faixa etária aponta para um processo de mudança em curso, a caminho de consolidação, na localidade norte, dado que o uso de itens léxicos menos prototípicos é descendente conforme mais velho é o falante. A partir desses dados, pode-se dizer que a localidade norte tem cedido, por ora, a usos léxicos inovadores e distintos entre si, permitindo, deste modo, a saliência de estruturas menos prototípicas.

Em síntese, o modelo de regressão logística confirmou algumas hipóteses iniciais sobre quais fatores favoreciam o uso de itens léxicos ‘menos prototípicos’ e ‘mais prototípicos’ na conceptualização de órgãos genitais-sexuais feminino e masculino, a saber: a de que falantes das localidades norte e sul tenderiam a usar itens léxicos mais prototípicos e a de que haveria uma tendência para uma menor prototipicidade na expressão de itens léxicos referentes ao órgão genital-sexual feminino em oposição ao órgão genital-sexual masculino. Ademais, não foi possível observar tendências pessoais para cada falante, visto que o modelo com variáveis aleatórias, a exemplo do informante, não convergiu, no entanto, foi possível verificar a emergência de tendências de variação social que sobreatuam pela variação individual, a exemplo da faixa etária e da localidade em interação, as quais favorecem os usos de estruturas ‘menos prototípicas’.

Na próxima subseção, são apresentadas discussões acerca de como modelos cognitivos idealizados, a exemplo do metafórico e do metonímico, estruturam conceitos do domínio da sexualidade, mais precisamente, por meio de *frames*, estando estes processos relacionados com os conhecimentos linguístico e enciclopédico dos falantes, bem como com a corporeidade, com o estabelecimento de protótipos e as percepções que eles têm do mundo.

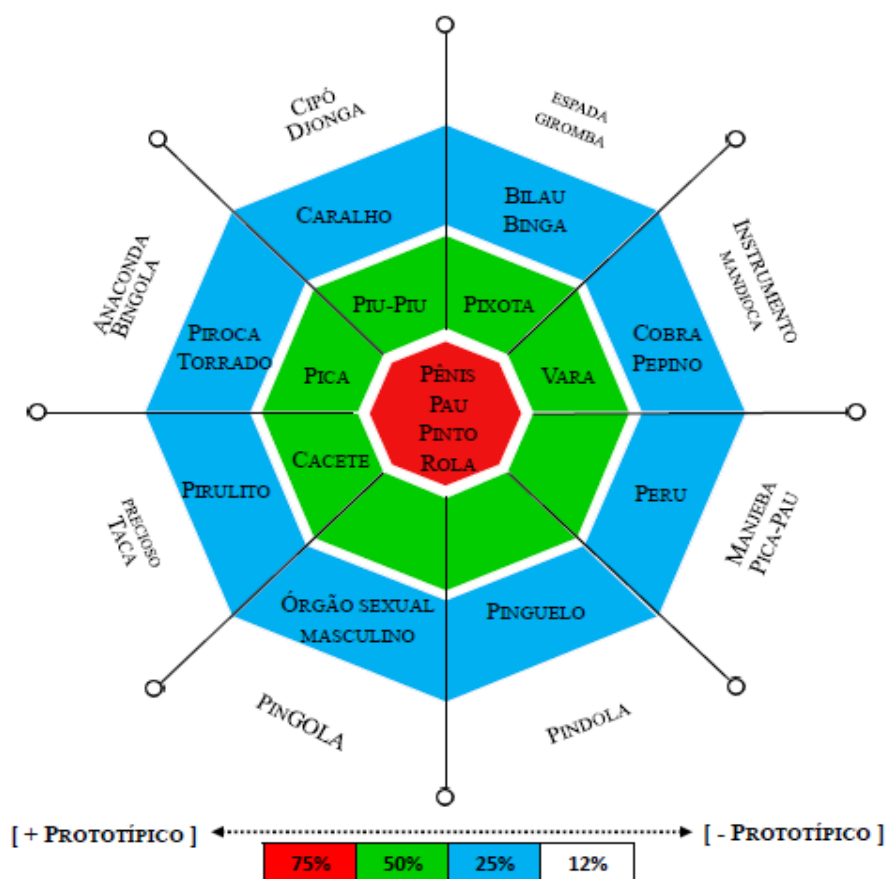
4.1.1.1 Qualificando os resultados obtidos

Ainda que o objetivo primário deste estudo tenha sido o de realizar uma análise quantitativa dos dados, achou-se importante não se abster do exercício hermenêutico de interpretação dos resultados obtidos, viabilizando a percepção deles para além de sua simples aparência, de sorte a incluir a experiência humana no que se refere ao fenômeno da linguagem

como conhecimento obtido das vivências de mundo (GADAMER, 1997). Assim sendo, com base nos pressupostos teóricos já estabelecidos, na segunda seção deste estudo, olhou-se para os itens léxicos referentes aos órgãos genitais-sexuais masculino e feminino pelas lentes dos fenômenos de saliência léxica, designadamente, os fenômenos de saliência onomasiológica, a exemplo da prototipicidade (SILVA, 2015), decorrentes, por exemplo, de conceptualizações metafóricas e metonímicas.

Partiu-se, portanto, do fenômeno da prototipicidade, para olhar os dados, por ele avultar a flexibilidade do significado linguístico e coadunar com o fato do significado “[...] representar o mundo e o mundo ser uma realidade em mudança” (SILVA, 2015, p. 196). Por conseguinte, os falantes não categorizam o seu entorno por meio de propriedades necessárias e suficientes quanto aos membros de uma dada categoria para diferenciá-la de outras, mas sim na base dos protótipos, ou seja, por similitudes ou vinculações com o protótipo. A saliência em termos de nível onomasiológico dá-se pela preferência de um dado item léxico em detrimento de outro como nome de certo conceito ou referente (SILVA, 2015). Posto isso, a seguir, pode-se visualizar, nas figuras 6 e 7, as preferências léxicas dos conceptualizadores que compreendem a amostra de estudo, devidamente apresentada na seção empírica desta tese, no que toca aos usos prototípicos de itens léxicos relacionados aos órgãos genitais-sexuais masculino e feminino.

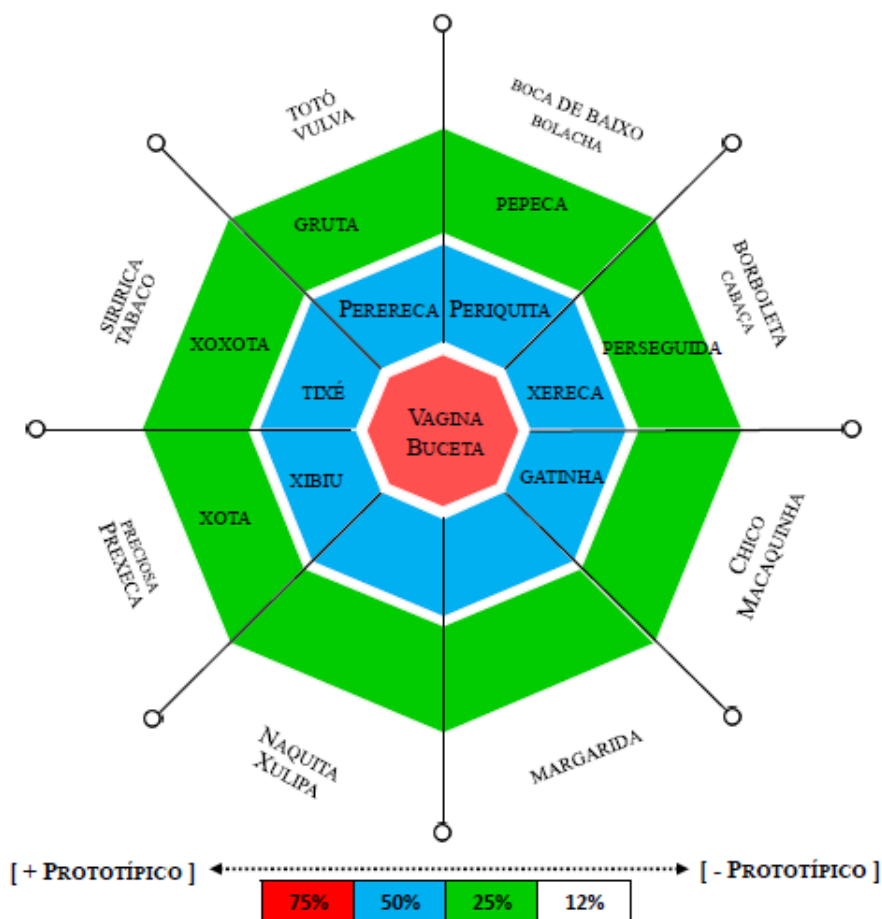
Figura 6 - Categoria da estrutura conceptual referente ao órgão genital-sexual masculino



Fonte: Elaborada pelo autor com dados da pesquisa

Ao observar a figura, anteriormente apresentada, vale anotar que a preferência por itens léxicos alternativos pode estar influenciada por fatores espaciais, conceptuais e sociolinguísticos, a exemplo da análise quantitativa, exibida precedentemente, bem como por diferenças estilísticas ou pragmáticas (SILVA, 2015). Ademais, antes de avançar nas discussões, apresenta-se, na sequência, a Figura 7 que contempla as preferências lexicais dos falantes contemplados no estudo para nomeação do órgão sexual-genital da mulher.

Figura 7 - Categoria da estrutura conceptual referente ao órgão genital-sexual feminino



Fonte: Elaborada pelo autor com dados da pesquisa

As figuras 6 e 7 refletem a saliência léxica no encontro entre uso e estrutura, ou dito de outra maneira, a manifestação do uso na estrutura, “[...] no sentido de que algumas partes da estrutura são mais importantes do que outras justamente porque são mais usadas” (SILVA, 2015, p. 193). Diante disso, pode-se dizer que a prototipicidade é um fenômeno que está incrustado no próprio sistema cognitivo e em seu funcionamento, permitindo que uma categoria dotada de estrutura e fundamentada em protótipos satisfaça um maior número de informações com um menor esforço, bem como licenciar aos falantes a adaptarem a categoria a novas conjunturas e experiências, de modo a vincularem-se a ela e a consenti-los interpretar novos eventos por meio do conhecimento já existente, evitando que a categoria se torne comunicativamente inoperante (SILVA, 2015).

Não obstante, “[a]s categorias prototípicas tornam o sistema conceptual mais económico e têm a enorme vantagem de facilmente se adaptarem à inevitável variação e mudança e de funcionarem como modelos interpretativos das novas condições, situações ou necessidades” (SILVA, 2015, p. 196). Assim sendo, percebe-se que os usos mais prototípicos de determinados

itens léxicos como *pênis*, *pau*, *pinto*, *rola*, *vagina* e *buceta*, como ilustrados nas figuras apresentadas anteriormente, se dão pela maior rotinização, familiarização ou ancoragem no conhecimento linguístico do falante (LANGACKER, 1987), bem como por estes usos compreenderem categorias conceptualizadas em termos de “[...] *gestalts* perceptivos e funcionais, que tendem a ser apreendidas em primeiro lugar e são o alvo privilegiado de efeitos de prototipicidade”, como afirma Silva (2015, p. 197) ao coadunar com Rosch (1978).

Feitas essas considerações mais gerais, investigaram-se os usos de dois itens léxicos mais prototípicos e dois menos prototípicos, pertencentes às categorias dos órgãos genitais-sexuais masculino e feminino, ilustrados em momento anterior, nesta subseção: categorias dos órgãos genitais-sexuais masculino, *pênis*, *espada*, e feminino, *vagina*, *macaquinha*, ilustrados em momento anterior nesta subseção, sendo estes itens decorrentes de conceptualização metafórica, metonímica e especializada.

A consulta a dicionários, demonstra que o item léxico *pênis* é definido como órgão genital masculino dos vertebrados superiores, cuja origem advém do latim *pēnis*, *is*, no sentido de cauda, dos quadrúpedes, ou mesmo pincel; membro viril (HOUAISS, 2021)⁵⁸. Considerando a historicidade do uso do item léxico, neste estudo, é possível verificar que este reflete uma conceptualização metafórica, hodiernamente, convencionalizada e encrustada no sistema conceptual dos falantes, permitindo-os atualizarem novos usos para a metáfora em foco. O mapeamento metafórico se dá pela projeção de características de uma dada entidade ou objeto no domínio-alvo compreendido como corpo ou parte do corpo humano, daí a metáfora (PARTE DO) CORPO HUMANO É PARTE DO CORPO ANIMAL ou mesmo (PARTE DO) CORPO É OBJETO.

O item léxico *pênis*, conforme definição dada, assume duas projeções distintas, conquanto, complementares. De um lado, a projeção metafórica do órgão genital-sexual masculino como um apêndice pós-anal dos vertebrados pode ser o resultado, com base na imaginação, da percepção de semelhança, visto que aquele primeiro, quando pendente, apresenta semelhança com a cauda. Já, de outro lado, por serem percebidas similitudes com um objeto constituído de um tufo de pelos, preso fortemente a um cabo. Nota-se que tanto a cauda quanto o pincel projetam no domínio-alvo características bastante paralelas em relação à forma e à espessura, todavia, daquela primeira pode-se projetar a mobilidade que falta àquele segundo,

⁵⁸ Visto que Cunha (2012) não registra a etimologia do item léxico *pênis*, apenas do seu correspondente erudito *falo*, tomou-se Houaiss (2021) para acessar a etimologia do item léxico em evidência, ainda que não se trate de um dicionário etimológico. Elegeu-se a obra por o autor se basear na aceção dada por etimólogos, referenciando-os.

que é um mapeamento que pode ser estendido na conceptualização do órgão genital-sexual masculino quando este se encontra pendente, como antes assinalado.

Para a metáfora (PARTE DO) CORPO HUMANO É PARTE DO CORPO ANIMAL tem-se dois acionamentos metonímicos, um no domínio-fonte e outro no domínio-alvo, em que, no primeiro, apenas PARTE (a cauda) do TODO (animal) e, no segundo, PARTE (o órgão genital-sexual masculino) do TODO (o corpo humano), são recrutados para a composição da metáfora em perspectiva. Já para a metáfora (PARTE DO) CORPO HUMANO É OBJETO a base metonímica se dá somente no domínio-alvo, em que uma PARTE (órgão genital-sexual masculino) é compreendido em termos de TODO o corpo. Pode-se dizer desses mapeamentos se configurarem como metaftonímicos (GOOSSENS, 2003). Ademais, dos mapeamentos metafóricos gerais, apresentados nestes três últimos parágrafos, infere-se, para *cauda* e *pínel*, etimologias do ortofemismo *pênis*, usos eufemísticos, dada a atenuação do item tabuizado (pênis), descendente de seu antecessor erudito, o *falo*, por estar relegado a contextos de grande formalidade, sendo evitado por falantes ao “[...] recorrem a outras unidades lexicais, como por exemplo, nomes populares” (QUEIROZ et al., 2016, p. 65).

Conforme dicionários, a exemplo de Cunha (2012, p. 666), o item léxico “vagina” é oriundo do diminutivo latino “vaginha”, de *vāgīna* (vagem), fruto seco, que se abre por duas fendas, característico das leguminosas. Nesse sentido, a vagina, na amostra de investigação, é, historicamente, o resultado de um processo metafórico para o qual o órgão genital-sexual feminino era conceptualizado em termos de comida/alimento (PARTE DO) CORPO HUMANO É ALIMENTO, cuja expressão linguística já se convencionalizou nos usos da vida cotidiana. A expressão foi considerada metafórica, neste estudo, dado ao entendimento de que os significados básicos tendem a ser mais concretos, relacionados à ação corporal, mais precisos (em oposição a vago) e historicamente mais antigo (TERRY, 2020). Esta metáfora dita histórica está profundamente enraizada no sistema conceptual dos sujeitos humanos, permitindo-os compreender novas metáforas não convencionais e possibilitando criar diferentes usos da linguagem em que este item léxico aparece documentado.

As metáforas da comida/alimentação inspiram vários usos verbais em que partes do corpo ditas tabu são vistas em termos de diferentes tipos de frutos, frutas, bolos, tortas, doces, por exemplo. O domínio que compreende essas metáforas constitui uma fonte comum de denominação dos órgãos genitais-sexuais e ações relacionadas ao sexo. Allan e Buridge (2006, p. 190, tradução nossa) argumentam que essa estreita relação entre o alimento e o ato sexual pode ser explicada com base no fato da “[...] comida ser muitas vezes prelúdio para o sexo [...]

comer e fazer amor andam juntos”⁵⁹. Como os autores observam, a condição de euforia que ambas as atividades suscitam, junto às múltiplas sensações corporais, que tanto o sexo quanto a alimentação envolvem, a exemplo do tato, da audição, do paladar e do olfato, atribui à comida uma reputação de erótica e sexualmente atraente.

Ademais, estudiosos, como Crespo-Fernández (2017), dizem que há alimentos que promovem efeitos sexuais estimulantes, como o chocolate, o morango, o chantilly, a uva etc. As vinculações entre o sexo e a comida apresentam influências evidentes que saltam à vista no nível linguístico; a da metáfora comida/comer para sexo, para órgãos genitais-sexuais ou mesmo para outras partes do corpo que promovam sensações de prazer é penetrante na língua ordinária e na história dos seus usos, como reiteram Kövecses (2006) e Allan e Burrige (2006). As metáforas da comida/alimentação geram alternativas disfemísticas a diversos tópicos relacionados ao sexo, sendo, por vezes, o componente oral que permite a estrutura do tabu em termos da alimentação.

Além da função metafórica, o item léxico *vagina* apresenta função metonímica, o que poderia qualificá-lo como uma metaftonímia (GOOSSENS, 2003). A função metafórica, como dito em passagem anterior, é dada pela visão de um conceito parcialmente em termos de outro (LAKOFF; JOHNSON, 1980), isto é, a vagem, característica das leguminosas, em termos do órgão genital-sexual feminino. A função metonímica ocorre pelo uso de uma entidade que faz referência ao todo, como uma parte do corpo (vagina) acionando a mulher. Assim sendo, metonimicamente, o item léxico não apresenta mudança de nome de um nível para outro, pois não se configura como uma coisa sendo nomeada por outra, “[...] é a mesma coisa vista em uma dimensão fractalizada sem que se perca a dimensão do todo” (PAIVA, 2010, p. 17), a exemplo da “vagina”, uma pequena dimensão da imagem do corpo feminino.

Não obstante, a estratégia semântica denominada de especialização caracteriza uma das funções tabu, o dito eufemismo, em que, em uma conversa “mais educada” os falantes o empregam, para tratar de tópicos mais delicados e desagradáveis (CRESPO-FERNÁNDEZ, 2017), a exemplo da sexualidade, cuja interdição se apresenta em maior grau, junto a outros domínios tabu. Esse mecanismo semântico se caracteriza, como antes assinalado, pelo uso de uma categoria mais geral por outra com um significado mais restrito. Isso quer dizer que ele se manifesta por meio de categorias mais abrangentes por outras mais cerceadas semanticamente, estabelecidas mais abaixo na taxionomia, respondendo ao ‘x é um tipo de y’, a citar “vagina” e “pênis”, tipos de órgãos genitais-sexuais feminino e masculino.

⁵⁹ Do original: “[...] food is often the prelude to sex [...] Eating and love-making go together”.

Houaiss (2021)⁶⁰, para além da acepção etimológica conferida por Cunha (2012) ao órgão genital-sexual feminino, acrescenta: é oriundo do latim *vagīna, ae*, no sentido de bainha de espada, estojo. Essa definição, a seu modo, projeta uma metáfora mais geral, com mais esquematicidade, (PARTE DO) CORPO HUMANO É CONTÊINER, e outra mais específica, (PARTE DO) CORPO HUMANO É OBJETO, que juntas atuam na conceptualização em foco. A metáfora do contêiner é caracterizada por suas entidades serem constituídas de três dimensões, uma exterior, uma interior e uma limite. O esquema da contenção espacial, por exemplo, é aplicado a vários tópicos relacionados à sexualidade, visto que as experiências que os indivíduos têm com seus corpos como recipientes são seladas e limitadas no espaço em virtude da metáfora PESSOAS SÃO CONTÊINERES.

Para se referir ao órgão genital-sexual feminino como um estojo que se guarda uma arma branca (vagina), os conceptualizadores sugerem que o recipiente que representa conceptualmente o corpo humano pode ser penetrado do exterior. No entanto, a imagem do estojo implica que os limites do contêiner são mantidos intactos; não sendo uma invasão hostil, mas sim bem-vinda. É o conhecimento de mundo que os indivíduos têm sobre bainhas, estojos (objetos com uma entrada e um interior) é que vai fornecer a base para considerar o órgão genital-sexual feminino como um recipiente de espacialidade que dá acesso ao corpo feminino. Assim, é a semelhança entre uma bainha como um espaço oco e a cavidade vaginal que motiva a referência metafórica à anatomia feminina.

Já no que diz respeito aos itens léxicos menos prototípicos, o item léxico *macaquinha*, designação diminutiva comum aos primatas pertencentes à subordem dos símios (CUNHA, 2012), resulta de mapeamentos como ‘a vagina é pequena e peluda’, ‘vagina é peluda e macia’, dentre outros. Essas projeções constituem a metáfora geral HUMANOS SÃO ANIMAIS que, por seu turno, veicula metáforas mais específicas e menos esquemáticas como (PARTE DO) CORPO HUMANO É ANIMAL PEQUENO E PELUDO, mais específica e menos esquemática. Para Crespo-Fernández (2017), as metáforas resultantes desses mapeamentos contribuem para que as mulheres e seus órgãos genitais-sexuais sejam conceptualizados como objetos sexuais desejáveis. Esta visão é oriunda da similitude que se estabelece entre animais pequenos, peludos e macios com o órgão genital-sexual feminino (KÖVECSES, 2006). Esse tipo de realização metafórica compreende uma base metonímica (PARTE/TODO), uma parte (órgão genital-sexual) aciona o todo (o corpo), configurando, neste caso, uma metaftonímia.

⁶⁰ Idem nota de fim de página 53.

Fazer uso de animais pequenos e inofensivos como domínio-fonte caracteriza o disfemismo metafórico e metonímico. Diante disso, o item léxico *macaquinha* diz respeito a uma conceptualização que transfere atributos do domínio-fonte ANIMAL, por meio do acionamento de *frames* relacionados a entidades macias, peludas, pequenas etc. para o domínio-alvo SER HUMANO. Notadamente, apresenta distintos conjuntos de correspondências conceptuais como um resultado de utilizar o conhecimento que se tem sobre animais para falar sobre o tabu do sexo. Logo, a base conceptual para metáforas dos animais pequenos, macios e peludos responde a uma visão geral do sexo em termos de afetuosidade, atração, ludicidade, indefensibilidade, dentre outros, conforme Crespo-Fernández (2017).

Por fim, o item léxico *espada* é definido por Cunha (2012) como um tipo de arma branca, formada de uma lâmina sol ou cortinado, geralmente, pontiaguda, e um cabo pelo qual é empunhada. A expressão linguística em foco reflete a conceptualização (PARTE DO) CORPO HUMANO É OBJETO, metáfora mais geral, como GUERRA, visto que traz à mente eventos que evocam tal domínio, para o qual se esteia a metáfora mais específica (PARTE DO) CORPO HUMANO É ARMA, a qual mapeia atributos do domínio-fonte da GUERRA, cujos *frames* acionados na conceptualização dessa metáfora podem apresentar “manutenções, mudanças e variações”, como indica Almeida (2020b, p. 368). Ainda que estas duas estruturas – os domínios e os *frames* – não apresentem diferenças, é ponderável, conforme Kövecses (2017), observar diferenças de esquematicidade entre elas. Ao passo que os domínios são mais esquemáticos, os *frames*, ao seu modo, apresentam-se menos esquemáticos.

A metáfora da guerra exhibe mapeamentos como ‘o homem é guerreiro’, ‘vencer um(a) parceiro(a) sexual é vencer um inimigo’, ‘o encontro sexual é uma batalha’, ‘o falo⁶¹ é uma arma’, ‘ejacular é atirar’ etc. Diante disso, Beneke (1982) diz que as bases conceptuais para as metáforas da guerra são a hostilidade e a violência, o que leva à reinterpretação da metáfora da guerra como ‘o sexo é uma atividade violenta e hostil’. Deignan (2010) aduz que a seleção de um domínio-fonte traduz-se em um mecanismo para enquadrar ideologias e avaliações por meio de metáforas. A escolha desse domínio reflete a visão de que a masculinidade hegemônica nas relações sexuais está associada a ideia de heterossexualidade típica e de macho dominante, implicando no favorecimento de uma visão agressiva do sexo em que os homens são tomados como aqueles que dominam, assim como um caçador que caça sua presa e um guerreiro que

⁶¹ Segundo Gaiarsa (1989, p. 34) falo é o “[...] nome erudito, de etimologia grega”, ou seja, denominação científica para o órgão genital-sexual masculino.

visa a aniquilar seu inimigo por meio da violência, engendrando atos de rivalidade e agressividade, cuja finalidade é a conquista e a destruição.

O item léxico em foco apresenta um processo metonímico em ação PARTE/TODO, uma parte do corpo (o falo) aciona o homem. Há ainda a metonímia que focaliza o formato, pois não se trata de qualquer tipo de arma, mas sim de uma arma perfurante, cortante, comprida e geralmente pontiaguda, características que são recrutadas na composição metonímica, isto é, a condição pontiaguda, comprida etc. dos objetos vincula essas tipificações ao órgão genital-sexual masculino que também se estrutura de maneira alongada, pontiaguda e perfurante (penetrante) em caso de funcionamento sexual. A metáfora conceptual em interação com essa metonímia é conceptualizada como (PARTE DO) CORPO HUMANO É OBJETO, mais geral, e (PARTE DO) CORPO HUMANO É ARMA, mais específica, para a qual os mapeamentos entre os conceitos encontram-se radicados no pensamento coletivo de uma comunidade, dado ao alto grau de convencionalidade resultante do uso. Em virtude disso, os usos de tais metáforas, se dão sem esforço, nas ações e associações do dia a dia.

Em completude, o domínio GUERRA, por meio do *frame* das armas, reduz o órgão genital-sexual masculino ao ato de penetração que focaliza a uma pequena parte na ação sexual que é o penetrar no corpo amante. De todas as metáforas depreendidas do corpus, nenhuma conceptualizava o órgão genital-sexual feminino como uma arma. Nesse sentido, a metáfora da arma apoia o estereótipo do homem dominante, conforme o discurso típico de masculinidade que, em última análise, compreende as parceiras e parceiros como objetos sexuais dominados, refletindo a ideia de que muitos homens ainda acreditam, por exemplo, que “[...] se eles conseguem dominar direito a técnica, eles podem satisfazer as mulheres sexualmente e levá-las ao orgasmo. Eles projetam visões limitadas da sua própria sexualidade e assumem que com um número reduzido de golpes mecânicos cada um pode ‘vir’” (MURPHY, 2001, p. 19, tradução nossa)⁶². Essa suposição, coadunando com o autor, reduz a sexualidade dos parceiros e parceiras sexuais à uma natureza dominada, no tempo em que a sexualidade do homem é vista como instrumental e dominante.

A fim de caracterizar melhor a amostra de estudo, apresenta-se, na sequência, um quadro sinóptico com informações das demais metáforas encontradas no corpus, classificadas por domínio-fonte.

⁶² Do original: “[...] if they can just master the right technique, they can satisfy women sexually and bring them to orgasm. Men project upon women their limited view of their own sexuality and assume that with a sufficient number of mechanical strokes anyone can ‘come’”.

Quadro 2 - metáforas disfemísticas classificadas por domínio-fonte

Domínio-fonte	Frame ⁶³	Realização linguística	Conceito-alvo	N. Oc.
ANIMAIS	AVES	Periquita	Órgão genital-sexual feminino	01
		Peru	Órgão genital-sexual masculino	02
		Pica-pau	Órgão genital-sexual masculino	01
		Pinto	Órgão genital-sexual masculino	31
		Pio-pio	Órgão genital-sexual masculino	04
		Rola	Órgão genital-sexual masculino	38
	ANIMAIS PEQUENOS, MACIOS E PELUDOS	Gatinha	Órgão genital-sexual feminino	15
		Macaquinha	Órgão genital-sexual feminino	01
		Totó	Órgão genital-sexual feminino	01
	ANIMAIS PEÇONHENTOS	Anaconda	Órgão genital-sexual masculino	01
		Cobra	Órgão genital-sexual masculino	02
	ANFÍBIOS	Perereca	Órgão genital-sexual feminino	15
	CRUSTÁCEOS	Naquita (Naca)	Órgão genital-sexual feminino	01
	PARTES DO CORPO	Pênis (cauda)	Órgão genital-sexual masculino	65

⁶³ As possibilidades apresentadas para os *frames* que se seguem foram extraídas de dicionários de referência e etimológico, a saber: Houaiss digital (2021), Aulete digital (2021) Michaelis digital (2021) e Cunha (2012).

ALIMENTOS/ COMIDAS	BISCOITOS	Bolacha	Órgão genital- sexual feminino	01
	FRUTOS/FRUTAS	Cabaça	Órgão genital- sexual feminino	01
	RAÍZES TUBEROSAS	Mandioca	Órgão genital- sexual masculino	01
	VEGETAIS	Pepino	Órgão genital- sexual masculino	02
	DOCES	Pirulito	Órgão genital- sexual masculino	02
CAÇA E CAPTURA	CAÇAR/PROCURAR	Perseguida	Órgão genital- sexual feminino	03
GUERRA	ARMAS	Espada	Órgão genital- sexual masculino	01
		Pica	Órgão genital- sexual masculino	18
		Pinguelo	Órgão genital- sexual masculino	02
	INSTRUMENTOS QUE PODEM SER USADOS COMO ARMAS	Cacete	Órgão genital- sexual masculino	10
		Pau	Órgão genital- sexual masculino	34
NATUREZA	RECIPIENTE	Gruta	Órgão genital- sexual feminino	03
OBJETOS	CAIXAS OVAIS OU OBLONGAS	Buceta	Órgão genital- sexual feminino	35

	CAIXAS COM FORMATO E DIVISÃO INTERNA	Vagina (bainha)	Órgão genital- sexual feminino	61
	INSTRUMENTOS	Instrumento	Órgão genital- sexual masculino	01
	APARELHOS PORTÁTEIS QUE PRODUZEM LUME	Binga	Órgão genital- sexual masculino	02
	UTENSÍLIOS CONSTITUÍDO DE UM TUFO DE PELOS, PRESOS FORTEMENTE A UM CABO	Pênis (pincel)	Órgão genital- sexual masculino	65
PLANTAS	PLANTAS LENHOSAS/ TREPADEIRAS	Vara	Órgão genital- sexual masculino	06
		Cipó	Órgão genital- sexual masculino	01
	ERVAS	Tabaco	Órgão genital- sexual feminino	01
	FLORES	Margarida	Órgão genital- sexual feminino	02
	LEGUMINOSAS	Vagina (vagem)	Órgão genital- sexual feminino	61

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa

O exame dos dados de linguagem demonstra que a compreensão dos falantes sobre partes do corpo relacionadas à sexualidade-sexo é guiada por metáforas conceptuais que assimilam o domínio-alvo do corpo humano, em particular, as partes relacionadas ao sexo, mas não só, já que também se relacionam à procriação, em domínios-fonte concretos. Domínios tão diferentes como animais, objetos, contêineres etc., são empregados para visar eufemisticamente a questões sexuais. Quando chega ao disfemismo, os falantes recorrem ao domínio-fonte dos animais, comida e alimentação, guerra, flores, entre outros. A diversidade de domínios usados para verbalizar tópicos sexuais reflete a complexidade que é a sexualidade humana. A metáfora também coexiste com outros mecanismos conceptuais, a exemplo da especialização e da

metonímia, para verbalizar e raciocinar sobre tópicos relacionados às partes do corpo associadas ao sexo e à sexualidade.

Os mecanismos semânticos, anteriormente mencionados, ao serem acionados pelos falantes para tratar de tópicos tabu, podem tanto contribuir para a depreciação, ridicularização etc. do sexo e da sexualidade quanto para condenar práticas e atitudes sexuais que não estejam em conformidade com padrões sociais e morais em referência a um conjunto de valores culturalmente determinados pelos sistemas. Assim, essas estratégias são caracterizadas por um processo dinâmico de ativação cognitiva nos níveis da estrutura, do uso e da recepção, fato que dá luz à ideia de que os tópicos tabus não povoam apenas as mentes dos indivíduos, mas também a linguagem, como já assinalado.

5 ALGUMAS NÓTULAS FINAIS E UMA PARA ALÉM DELAS

Ao longo das seções e subseções precedentes, buscou-se contribuir com os estudos da variação semântica de itens léxicos que denominam partes do corpo humano associadas ao sexo, mais especificamente, da variação onomasiológica conceptual de expressões referentes aos órgãos genitais-sexuais feminino e masculino, cujos usos apresentam graus de saliência “mais prototípicos” ou “menos prototípicos”, concebendo uma perspectiva sociolinguístico-cognitiva. A fim de verificar se fatores sociais e conceptuais condicionavam a variação dos ditos itens léxicos, levantaram-se alguns objetivos para a proposta de investigação, cujos direcionamentos tendiam para uma melhor compreensão da variação interna da linguagem na comunidade de fala analisada neste estudo.

Levou-se a cabo uma análise para investigar o significado potencial de conceitos relacionados aos órgãos genitais-sexuais, o qual permite estudar a natureza experiencial do significado em sua esfera corporal, mas também social, visto que a experiência do corpo é culturalmente construída. Esse exame se dedicou a apreender as preferências dos falantes por estruturas “mais prototípicas” e “menos prototípicas” em relação com fatores sociais, como o sexo e a faixa etária, espacial, como a localidade e conceptual, como o sexo a que se refere o conceito. Mediante modelo de regressão logística, os resultados da análise permitiram responder algumas das questões levantadas para o estudo. De início, observou-se que, para além da variação individual, existem padrões sociais que condicionam a expressão de itens léxicos “mais prototípicos” e “menos prototípicos, a exemplo da faixa etária, da localidade e do sexo a que se refere o conceito.

Em síntese, por meio do estudo empreendido, pôde-se chegar a uma conclusão importante: no que diz respeito à variação dos itens léxicos analisados, pôde-se afirmar que nem todos os fatores sociais e conceptuais são igualmente produtivos desde um ponto de vista sociolinguístico, visto que foi possível constatar tal assertiva mediante análise estatística das ocorrências, conquanto, não se pode duvidar de que a variação semântica é flexível em termos de informações sociais e conceptuais. Ademais, notaram-se que as escolhas entre estruturas “mais prototípicas” e “menos prototípicas”, feitas pelos falantes, refletem escolhas discursivas distintas, nos seus atos de fala, que estão relacionadas com suas ideologias e identidades, nos processos de interação, na comunidade linguística a que pertencem.

A relevância deste estudo, centrado no nível onomasiológico conceptual, pode ser estendida, a princípio, a qualquer fenômeno de variação semântica. Trata-se de uma proposta

original, estabelecida no seio da Geossociolinguística Cognitiva, cujos aportes estão sendo constituídos. É um modelo bastante lógico, para seu estágio inicial, que, porventura, ainda permitirá inúmeros avanços, dado a sua predisposição para a interdisciplinaridade. Vale reiterar que não é uma proposta radicalmente nova, pois já existem algumas abordagens que convergem para o seu desenvolvimento, no entanto, o que distingue este trabalho de tantos outros é a reflexão que se fez de como o estudo da variação semântica pode contribuir para a apreensão do significado da variação e a variação do significado, pois o modelo em foco, não essencialista e interdisciplinar, combinado a um desenho metodológico quantitativo, consegue abordar com sucesso fenômenos de significado que não se identificam bem com estruturas menos flexíveis.

Para que estudos como estes possam se estender à análise de outros fenômenos encontrados em solo brasileiro é necessário que se ampliem as agendas abertas para que possam contornar questões de ordem teórica e de ordem metodológica, relacionadas ao trabalho de campo e a exigência de um tempo e número de pesquisadores maiores para verificarem em outros *corpus* e *corpora* o funcionamento de expressões que estejam vinculadas à sexualidade, em primeira instância, para se confrontarem com os dados deste estudo e de outros empreendidos sob uma perspectiva qualitativa para, posteriormente, se lançarem ao estudo de outras expressões referentes aos campos da experiência humana. Obviamente, deve-se expandir a análise, inserindo novas variáveis preditoras sociais, espaciais e conceituais, bem como contextuais quando possível, dada as condições de estratificação da amostra e o tipo de elicitação, se direta ou indireta, para obtenção dos dados, visto que os dados resultantes da recolha indireta, permitem que se observem o contexto de inserção da estrutura ou expressão conceptual.

Algumas são as possibilidades que se colocam para estudos futuros, que se veja:

- 1) Contrastar os resultados deste estudo, por exemplo, com outros já realizados em *corpus* e *corpora* não elicitados (material escrito), a fim de observar as convergências e divergências entre eles;
- 2) Verificar a criatividade linguística na linguagem cotidiana em sua comparação com a criatividade em textos literários, em particular sobre a temática da sexualidade;
- 3) Observar se existe correspondência entre os usos léxicos e estratégias no nível semântico, em distintas comunidades linguísticas, em relação com fatores sociais, conceituais e contextuais;

4) Ampliar o estudo a outros níveis que não apenas o conceptual, tais como o semasiológico e onomasiológico formal, com o propósito de se obter uma perspectiva global sobre os fatores que condicionam a seleção onomasiológica;

5) Examinar conceitos que estejam relacionados com a esfera da sexualidade, a exemplo da homossexualidade, da prostituição, das práticas sexuais, do erotismo, da pornografia, do desejo etc.;

6) Constituir bancos de dados elicitados sobre sexualidade, inexistentes e complexos para sua composição, dada a interdição que recai sobre essa temática; e

7) Tratar de outros fenômenos, em vários níveis da língua, usando os fundamentos teóricos e metodológicos da Geossociolinguística Cognitiva.

À face do exposto, o estudo aqui empreendido buscou realizar um exame da variação onomasiológica conceptual associada a itens léxicos referentes aos órgãos genitais-sexuais feminino e masculino, observando o encaixamento social, espacial e cognitivo na preferência por itens léxicos mais prototípicos ou menos prototípicos da categoria em foco. Nesse sentido, verificou-se que a variação em perspectiva está relacionada a fatores geossociais como a *localidade* e conceptual, como *sexo a que se refere o conceito*, confirmando as hipóteses de que falantes das localidades norte e sul tenderiam a usar itens léxicos mais prototípicos e a de que haveria uma tendência para uma menor prototipicidade na expressão de itens léxicos referentes ao órgão genital-sexual feminino em oposição ao órgão genital-sexual masculino. Tais resultados demonstram que fatores sociodialetoológicos, verificados por meio da inter-relação entre Dialetoлогия e Linguística Cognitiva, permitem que se observe a natureza relativa de conceitos e sistemas conceptuais variáveis, por região e camada linguística, evento resultante das diferenças de experiência e de conhecimento humanos, conforme afirmam Szelid e Geeraerts (2008) e Péntek (1993).

Ademais, o estudo também demonstrou que a compreensão dos falantes sobre partes do corpo, conexas à sexualidade e ao sexo, é conduzida por diferentes mecanismos semânticos como as metáforas, as metonímias e as especializações. Com efeito, os sujeitos humanos, residentes da comunidade de fala Chapada Diamantina, elegem diferentes domínios como o dos animais, dos objetos, dos contêineres, da guerra etc., para conceptualizarem eufemisticamente ou disfemisticamente um item léxico tabu, refletindo a complexidade que é o sexo e a sexualidade humanas.

Postos os resultados obtidos ao longo desta tese seria até paradoxal falar de considerações finais neste momento, pois, considera-se, este, um trabalho em curso que deixa

como nota, antes de seu ponto final, que a variação semântica é um espaço que goza de privilégio por permitir que se possa examinar o significado social de inúmeras conceptualizações do ambiente que circunda os sujeitos humanos, especialmente, no âmbito da sexualidade, atividade humana que está vinculada às emoções, às frustrações, aos desejos, ao prazer próprio e do outro, ao gozo e às ideologias, desenvolvendo facetas que estão ligadas profundamente à história pessoal de cada indivíduo e de seu povo.

REFERÊNCIAS

- ALKMIM, T. M. Sociolinguística: Parte 1. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. *Introdução à Linguística I: Domínios e Fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ALLAN, K.; BURRIDGE, K. *Forbidden words*. Nueva York: Cambridge University Press, 2006.
- ALLAN, K.; BURRIDGE, K. *Euphemism and Dysphemism: Language Used as Shield and Weapon*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1991.
- ALMEIDA, A. A. D. O que é caralho? É um palavrão? É uma parte do corpo humano? Estudo sociolinguístico-cognitivo sobre a variação categorial de um item léxico. *A Cor Das Letras*, 22(Esp.), 2021, pp. 147–170. <https://doi.org/10.13102/cl.v22iEsp.7476>
- ALMEIDA, A. A. D. A categorização em perspectiva sociocognitiva de um africanismo do português do Brasil: o item léxico xereca. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, 2020, pp. 386-408.
- ALMEIDA, A. A. D. Como posso te achar no facebook? você me acha como... questões sobre metonímia, modernidade líquida e emoção na antroponímia. *Linguística*, v. 36(1), jun., 2020a, pp. 81-101.
- ALMEIDA, A. A. D. Estamos sempre em guerra? estudo cognitivo sócio-histórico de uma metáfora da gripe espanhola e da covid-19. *Revista Estudos Linguísticos e Literários*, Nº. 69, Nº Esp., 2020b, Salvador: pp. 366-395.
- ALMEIDA, A. A. D. A categorização à luz da sociolinguística cognitiva: diferentes organizações de mundos possíveis. In: ATAÍDE, C.; SOUSA, V.V. (Ogs.). *Língua, texto e ensino: descrições e aplicações*. Recife: Pipa comunicações, 2018, pp. 271-286.
- ALMEIDA, A. A. D. Oh, oh, o gigante acordou! Brasil, junho de 2013: conceptualizações e metáforas das manifestações. *Acta Scientiarum*. Language and Culture Maringá, v. 38, n. 2, Apr./June, 2016, pp. 139-152.
- ALONSO MOYA, M. El empleo de la metáfora en la sustitución de los términos tabú. *Filología Moderna*, 63-64(18), 1978, pp. 197-212.
- ANDERSSON, L. G.; TRUDGILL, P. *Bad Language*. Londres: Penguin Books, 1992.
- AMARAL, V. L. Sexualidade. In: AMARAL, V. L. *Psicologia da educação*. Natal, RN: EDUFRN, 2007.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poética, 1997. Originalmente publicado no séc. IV a.C.
- BAAYEN, H. *Analysing Linguistic Data: A Practical Introduction to Statistics Using R*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BALDINGER, K. Sémasiologie et onomasiologie. *Revue de Linguistique Romane*, Paris, n. 28, 1964, pp. 249-272.

BARBOSA, M. A. Estrutura e formação do conceito nas línguas especializadas: tratamento terminológico e lexicográfico. *Rev. Brasileira de Lingüística Aplicada*, v. 4, n. 1, 2004, pp. 55-86.

BARCELONA, A. La metonimia conceptual. In: IBARETXE-ANTUÑANO, I.; VALENZUELA, J. (Cords.). *Lingüística Cognitiva*. Barcelona: Anthropos, 2012. pp. 123-146.

BARCELONA, A. Reviewing the properties of metonymy as a technical construct, with particular attention to the view of metonymy as a prototype category. In: BENCZES, R.; BARCELONA, A.; RUIZ DE MENDOZA IBÁÑEZ, F. J. (Eds.). *Defining metonymy in cognitive linguistics: towards a consensus view*. Amsterdam/Filadelfia: John Benjamins, 2011, pp. 7-59.

BARCELONA, A. O poder da metonímia. *Cadernos de tradução - Linguística Cognitiva*, Instituto de Letras, UFRGS, n. 25, jul.-dez. 2009[1996], pp. 724.

BARCELONA, A. Metonymy in cognitive linguistics. An analysis and a few modest proposals. In: CUYCKENS, H.; BERG, T.; DIRVEN, R.; PANTHER, K. U. (Eds.). *Motivation in language: studies in honor of Günter Radden*. Amsterdam, John Benjamins, 2003a, pp. 223-255.

BARCELONA, A. On the ubiquity and multiple-level operation of metonymy. In: LEWANDOWSKA-TOMASZCZYK, B.; K. TUREWICZ, K. (Eds.). *Cognitive linguistics today*. Frankfurt, Peter Lang, 2002b, pp. 207-224.

BARCELONA, A. Metaphor and metonymy at the crossroads. In: BARCELONA, A (Ed.). *Cognitive approaches*. Berlin/New York, Mouton de Gruyter, 2000.

BARCELONA, A. Clarifying the notions of metaphor and metonymy within cognitive linguistics. *Atlantis* 19, 1, 1997, pp. 21-48.

BARRERO GARCÍA, M. L., BURGOS GONZÁLEZ, L., CABALLERO PÉREZ, G. *Sexualidad humana: Guía para profesionales de educación y de salud*. Junta de Andalucía, 2006. Disponível em: http://www.educagenero.org/Guia%20Sexualidad%20Humana/Guia_Sexualidad_Humana.pdf. Acesso: 20 maio 2021.

BECKER, D. A. Der Dialekt von Barr (Elsaß). Eine Pilotstudie im Rahmen der generativen Dialektologie. In: PUTSCHKE, W.; KNOOP, U.; BESCH, W. (Hrsg.). *Dialektologie*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1982, pp. 361-374.

BECKNER, C.; BLYTHE, R.; BYBEE, J.; CHRISTIANSEN, M. H.; CROFT, W.; ELLIS, N. C.; HOLLAND, J.; KE, J.; LARSEN-FREEMAN, D.; SCHOENEMANN, T. Language is a complex adaptive system: Position paper. *Language Learning*, 59, 2009, pp. 1-26.

BEECHING, K. *Politeness-induced semantic change: the case of quand même*. *Language Variation and Change*, 17, 2005, pp. 155- 180.

BENEKE, T. *Men on Rape: What They Have to Say about Sexual Violence*. New York: St. Martin Press, 1982.

BENKE, V. C. M. *Tabus linguísticos nas capitais do Brasil: um estudo baseado em dados geossociolinguísticos*. 2012. 314f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2012.

BENŐ, A. Kontaktológia és Kognitív Szemantika. *Conference paper on MANyE*. XVI., Gödöllő, 2006.

BENNARDO, G.; MUNCK, V. C. *Cultural models: genesis, methods, and experiences*. New York: Oxford University Press, 2014.

BERTHELE, R. Ort und Weg. *Die sprachliche Raumreferenz in Varietäten des Deutschen, Rätoromanischen und Französischen*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2006.

BERTHELE, R. The typology of motion and posture verbs: A variationist account. In B. Kortmann (Ed.), *Dialectology Meets Typology: Dialect Grammar from a Cross-Linguistic Perspective* (pp. 93–126). Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2004.

BERTHELE, R. Learning a second dialect: A model of idiolectal dissonance. *Multilingua*, 2002, pp. 21, 327-344.

BERTHELE, R. A tool, a bond or a territory: Language ideologies in the US and in Switzerland. *LAUD Paper*, n.º 533. Essen: Universität Duisburg-Essen, 2001.

BLANK, A.; KOCH, P. (Eds.). *Historical Semantics and Cognition*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter. 1999.

BOBERG, C. Ethnic patterns in the phonetics of Montreal English. *Journal of Sociolinguistics*, 8(4), 2004, pp. 538–568.

BORTONI-RICARDO, S. M. *The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

BORREGO NIETO, J. *Sociolingüística rural: investigación en Villadepera de Sayago*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1981.

BRANDÃO, S. F. *A Geografia Linguística no Brasil*. São Paulo, Ática, 1991.

BRASIL. IBGE. Censo demográfico, 2018. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BRASIL. SEI. Indicadores territoriais, 2018. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/chapadadiamantina.pdf. Acesso em: 29 dez. 2020.

BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BYBEE, J. *Frequency of use and the organization of language*. Cambridge: Cambridge University, 2007.

BRUNEAU, C. Euphémie et euphémisme. En Festgabe Ernst Gamillscheg zur seinem 65, *Geburstag*, Tubinga: Max Niemeyer Verlag, 1952.

BYBEE, J. L. From usage to grammar: the mind's response to repetition. *Language*, Washington, n. 82(4), 2006, pp. 529-551.

BYBEE, J. L. *Phonology and language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BYBEE, J. L.; HOPPER, P. *Frequency and the Emergence of Linguistic Structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

CAPRA, F. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 2006 [1996].

CARDOSO, S. A. M. da S. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CASAS GÓMEZ, M. Hacia una nueva perspectiva de enfoque en la definición lingüística del eufemismo. In: C. FUENTES RODRÍGUEZ; ALCAIDE LARA, E. R. (Eds.). *Manifestaciones textuales de la descortesía y agresividad verbal en diversos ámbitos comunicativos*. Málaga: Universidad de Andalucía, 2009a, pp. 11-29.

CASAS GÓMEZ, M. Towards a New Approach to the Linguistic Definition of Euphemism. *Language Sciences*, 6(31), 2009b, pp. 725-739.

CASAS GÓMEZ, M. Contenidos actuales de la semántica léxica: la terminología. In: DIETRICH, W.; HOINKES, U.; ROVIRÓ, B.; WARNECKE, M. (Eds.). *Lexikalische Semantik und Korpuslinguistik*. Akten der Geckelergedenktagung, Tübinger Beiträge zur Linguistik, Band 490, Tübingen, Narr, 2006, pp. 13-40.

CASAS GÓMEZ, M. Relaciones significativas, relaciones semánticas y relaciones léxicas. *Lingüística Española Actual*, 27.1, 2005, pp. 5-31.

CASAS GÓMEZ, M. *La interdicción lingüística: Mecanismos del eufemismo y disfemismo*. Cádiz: Servicio de publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1986.

CASAS GÓMEZ, M. Pintura y poesía en un fragmento del poema "Picasso" de R. Alberti. *Gades*, n. 10, 1982, pp. 87-102.

CHAFE, W. *Discourse, Consciousness and Time: The Flow and Displacement of Conscious Experience in Speaking and Writing*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CHAMBERS, J. K. et al. (Eds.). *The Handbook of Language Variation and Change*. Blackwell Handbooks in Linguistics. Malden, Mass.; Oxford: Blackwell Publishers, 2002.

CHAMBERS, J.; TRUDGILL, P. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CHAMBERS, J.; TRUDGILL, P. *La dialectología*. Tradução de Carmen Morán González. Madrid: Visor, 1994.

CHAMIZO DOMÍNGUEZ, P. J. La función social y cognitiva del eufemismo y del disfemismo. *Panace@*, V(15), 2004.

CHANNELL, J. *Vague language*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

CHESHIRE, J. Discourse variation, grammaticalisation and stuff like that. *Journal of Sociolinguistics*, 11(2), 2007, pp. 155-193.

CLARK, L.; TROUSDALE, G. Exploring the role of token frequency in phonological change: evidence from TH-Fronting in east-central Scotland. *English Language and Linguistics*, 13(1), 2009, pp. 33-55.

COOK, J. *The Journals of Captain James Cook*. Cambridge: Cambridge University Press for the Hakluyt Society, 1967.

COSERIU, E. *O homem e a sua linguagem*. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982.

COSERIU, E. La creación metafórica del lenguaje. In: COSERIU, E. *El hombre y su lenguaje*. Madrid: Gredos, 1977.

CRESPO FERNÁNDEZ, E. *Sex in language: euphemistic and dysphemistic metaphors in internet forums*. London, Oxford, New York, New Delhi, Sydney: Bloomsbury, 2017.

CRESPO FERNÁNDEZ, E. Sex-related Euphemism and Dysphemism: An analysis in Terms of Conceptual Metaphor. *Atlantis: Journal of the Spanish Association of Anglo-American Studies*, 2(30), 2008, pp. 95-110.

CRESPO FERNÁNDEZ, E. *El eufemismo y el disfemismo: Procesos de manipulación del tabú en el lenguaje literario inglés*. Alicante: Publicaciones Universidad de Alicante, 2007.

CROFT, W. The origins of grammaticalization in the verbalization of experience. *Linguistics*, 48, 2010, pp. 1-48.

CROFT, W. Toward a social cognitive linguistics. In: EVANS, V.; POURCEL, S. (Eds.), *New directions in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2009, pp. 395-420.

CROFT, W.; CRUSE, D. A. *Lingüística cognitiva*. Tradução por Antonio Benítez Burraco. Madrid: Akal, 2008.

CROFT, W. The relevance of an evolutionary model to historical linguistics. In: O. N. Thomsen (Ed.). *Competing models of linguistic change: Evolution and beyond*. Amsterdam: John Benjamins, 2006, pp. 91-133.

CROFT, W. The roles of domains in the interpretation of metaphors and metonymies. *Cognitive linguistics*, 4-4, 1993, pp. 335-371.

CRUZ, M. T. S. *A Chapada Diamantina e a convivência com o Semi-Árido: Ameaça de desarticulação e dissolução de comunidades locais*. 2006. 190f. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2006.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.
 DEMO, P. *Educar pela pesquisa*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003.

DEIGNAN, A. The Evaluative Properties of Metaphors. In: LOW, G. TODD, Z; DEIGNAN, A; CAMERON, L. (eds). *Researching and Applying Metaphor in the Real World*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 2010, pp. 357-74.

DIESSEL, H. Usage-based linguistics. In: ARONOFF, Mark (Ed.). *Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2017, <http://linguistics.oxfordre.com/view/10.1093/acrefore/9780199384655.001.0001/acrefore-9780199384655-e-363?rskey=ivWwgv&result=2>

DIESSEL, H. Demonstratives, joint attention, and the emergence of grammar. *Cognitive Linguistics*, 17-4, 2006, pp. 463-489.

DIRVEN, R.; PÜTZ, M. Language conflict seen from the viewpoint of the rationalist and romantic models. In: SIMO-BOBDA, A. (Ed.). *Explorations into language use in Africa*. Frankfurt/M.: Peter Lang, 2008, pp. 11-27.

DIRVEN, R. Major strands in Cognitive Linguistics. In: F. J. RUIZ DE MENDOZA, F. J.; PEÑA, M. S. (Eds.). *Cognitive Linguistics: Internal dynamics and interdisciplinary interaction*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2005, pp. 17-68.

DIRVEN, R.; FRANK, R.; PÜTZ, M. (Eds.). *Cognitive models in language and thought: ideology, metaphors and meanings*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2003.

DIRVEN, R.; HAWKINS, B.; SANDIKCIOGLU (Ed.). *Language and Ideology*. Vol. I: Theoretical cognitive approaches. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

DIVJAK, D. *Ways of intending: delineating and structuring near synonyms*. Corpora in Cognitive Linguistics: Corpus-Based Approaches to Syntax and Lexis. S. T. Gries and A. Stefanowitsch. Berlin, Mouton de Gruyter, 2006.

DOUGLAS, M. *Purity and danger: An analysis of concepts of pollution and taboo*. New York: Frederick A. Praeger, 1966.

DUQUE, P. H. Discurso e cognição: uma abordagem baseada em *frames*. *Anpoll*. V. 1, n. 39, 2015.

ECO, U. *Da árvore ao labirinto*. Tradução Maurício Santana Dias. Rio de Janeiro: Record, 2021.

EVANS, V.; GREEN, M. *Cognitive linguistics: na introduction*. New Jersey/London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2006.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *The Way We Think*. New York: Basic Books, 2003.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *Conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.

FAUCONNIER, G. *Mappings in Thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

FAUCONNIER, G. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, G. *Mental Spaces*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

FELTES, H. P. M. Modelos culturais: teoria, estudos e métodos. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, SC, v. 18, n. 1, jan./abr. 2018, pp. 193-213.

FERRARI, L. Sociolinguística Cognitiva. In: MOLLICA, Maria Cecília; FERRAREZI, Celso (Orgs.). *Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

FERRARI, L. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2016.

FERRARI, L. *Variação linguística e redes sociais no Morro dos Caboclos, Rio de Janeiro, RJ*. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Linguística – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

FERREIRA, L. C. Metáfora e futebol na mídia das gerais. *Pontos de interrogação*, Alagoinhas, Bahia, v. 5, n. 1, jan./jul, 2015.

FERREIRA, C.; CARDOSO, S. A. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

FIKSDAL, S. Metaphorically speaking: gender and classroom discourse. In: Kristiansen, Gitte; DIRVEN, René (Eds.). *Cognitive sociolinguistics: Language variation, cultural models, social systems*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 2008, pp. 419-448.

FILLMORE, C. J. Frames and the semantics, *Quaderni di Semantica* VI-2, 1985, pp. 222-254.

FILLMORE, C. Frame Semantics. In: The Linguistic Society of Korea (Org.). *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin, 1982 [1981].

FILLMORE, C. J. Senses-and-frames semantics. In: ZAMPOLLI, A. (Ed.). *Linguistic Structures Processing*. Amsterdam, North Holland, 1977, pp. 55-81.

FILLMORE, C. J. An alternative to checklist theories of meaning, *Proceedings of the First Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, 1975, pp. 123-131.

FRANK, Roslyn M.; DIRVEN, René; ZIEMKE, Tom; BERNÁRDEZ, Enrique (Eds.). *Body, Language, and Mind. Volume 2. Sociocultural Situatedness*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008.

FRAZER, J. G. *The golden bough: A study of magic and religion*. Londres: MacMillan and Co. Limited, 1932.

FRAZER, J. G. *On certain burial customs as illustrate of the primitive theory of the soul*. London: Harrison and Sons, St. Martin's Lane, printers in ordinary to her majesty, 1885.

FREUD, S. The interpretation of dreams. In: STRACHEY, J. (Ed.). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. London: The Hogarth Press/The Institute of Psychoanalysis, 1975 [1900].

FREUD, S. Novas conferências introdutórias. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Freud*, Vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1969 [1933].

GADAMER, H-G. *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GAIARSA, J. A. *O que é pênis?* São Paulo: Brasiliense, 1989.

GALLI DE PARATESI, N. Semantica dell'eufemismo: L'eufemismo e la repressione verbale con esempi tratti dall' italiano contemporaneo. *Pubblicazioni della Facoltà di Lettere e Filosofia*, 1(XV), 1964.

GARCÍA MARTÍNEZ, A. El tabú: una mirada antropológica. In: DOMÍNGUEZ, V. (Ed.). *Tabú: la sombra de lo prohibido, innombrable y contaminante*. Madrid: Ocho y Medio, 2005.

GEERAERTS, D.; KRISTIANSEN, G. Cognitive linguistics and language variation. In: LITTLEMORE, J.; TAYLOR, J. R. (Eds.). *The Bloomsbury Companion to Cognitive Linguistics*. London/New York: Bloomsbury Academic, 2014, pp. 202-217.

GEERAERTS, D., KRISTIANSEN, G., PEIRSMAN, Y. (Eds.). *Advances in Cognitive Sociolinguistics*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010.

GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (eds.). *The Oxford handbook of cognitive linguistics*. Oxford: University Press, 2007.

GEERAERTS, D.; GRONDELAERS, S.; SPEELMAN, D. A case for a cognitive corpus linguistics. In: GONZALEZ-MARQUEZ, M.; MITTELBERG, I.; COULSON, S.; SPIVEY, M. J. *Methods in Cognitive Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2007.

GEERAERTS, D. Methodology in Cognitive Linguistics. In: KRISTIANSEN, G.; ACHARD, Michel; DIRVEN, René; RUIZ DE MENDOZA, F. J. Ibáñez (Eds.). *Cognitive Linguistics: Current applications and future perspectives*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2006, pp. 21-50.

GEERAERTS, D. Lectal variation and empirical data in Cognitive Linguistics. In: RUIZ DE MENDOZA IBÁÑEZ, Francisco J.; M. Sandra Peña Cervel (Eds.). *Cognitive Linguistics: Internal Dynamics and Interdisciplinary Interaction*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2005, pp. 163-189.

GEERAERTS, D. Modelos culturais de padronização linguística. In: DIRVEN, R. ; FRANK, R. ; PÜTZ, M. (Ed.). *Modelos cognitivos em linguagem e pensamento: Ideologia, metáforas e significados*. Berlin / Nova York: Mouton de Gruyter, 2003. pp. 25-68. [republicado em

SILVA, A. S.; TORRES, A. ; GONÇALVES, M. (Org.). *Linguagem, cultura e cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*. Coimbra: Almedina, 2004, pp. 47-84.

GEERAERTS, D. Cultural models of linguistic standardization. In: DIRVEN, René; PÜTZ, Martin; FRANK, Roslyn (Eds.), *Cognitive Models in Language and Thought*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2003, pp. 25-68.

GEERAERTS, D.; GRONDELAERS, S.; SPEELMAN, D. *Convergentie en divergentie in de Nederlandse woordenschat: Een onderzoek naar kleding- en voetbaltermen*. Amsterdam: Meertens Instituut, 1999.

GEERAERTS, D. *Diachronic Prototype Semantics: A Contribution to Historical Lexicology*. Oxford: Clarendon Press, 1997.

GEERAERTS, D. The interaction of metaphor and metonymy in composite expressions. *Metaphor and metonymy in comparison and contrast* 20, 2002 [1995].

GEERAERTS, D., GRONDELAERS, S.; BAKEMA, P. *The Structure of Lexical Variation: Meaning, and Context*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1994.

GIBBS, R. W. Evaluating conceptual metaphor theory: *Discours processes*, 48(8), 2011, pp. 529-562.

GIBBS, R. W. *The Cambridge handbook of metaphor and thought*. New York: Cambridge University Press, 2008.

GIBBS, R. W. *Embodiment and cognitive science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

GIBBS, R. W. *The poetics of mind: figurative thought, language, and understanding*. New York: Cambridge University Press, 1994.

GIVÓN, T. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1979.

GOLDBERG, A. E. *Constructions at work: The nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GONZALEZ-MARQUEZ, M.; MITTELBERG, I.; COULSON, S.; SPIVEY, M. J. *Methods in Cognitive Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2007.

GOOSSENS, L. Metaphonymy: the interaction of metaphor and metonymy expressions for linguistic action. In: DIRVEN, R.; PÖRINGS, R. (Eds.). *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*. Berlin: Mouton Gruyter, 2003, pp. 349-377.

GOOSSENS, L. *Strukturelle Sprachgeographie: Eine Einführung in Methodik und Ergebnisse*. Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1969.

GOOSSENS, L.; PAUWELS, P.; RUDZKA-OSTYN, B.; SIMON-VANDERBERGEN, A. M.; VANPARYS, J. (Eds.). *Metaphor, metonymy and linguistic action in a cognitive perspective*. Amsterdam/Filadelfia: John Benjamins, 1995.

GOOSSENS, L. *Metaphonymy: the interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action*. *Cognitive linguistics* I-3, 1990, pp. 323-340.

GRIES, S. T. *Statistics for Linguistics with R: A Practical Introduction*. Berlin/Boston: Mouton de Gruyter, 2013.

GRIES, S. T.; DIVJAK, D. *Behavioural profiles: A corpus-based approach to cognitive semantic analysis* *New Directions in Cognitive Linguistics*. V. Evans and S. S. Pourcel. Amsterdam: Benjamins, 2009, pp. 57-75.

GRIES, S. T. *Corpus-based methods and cognitive semantics: The many senses of run*. *Corpora in Cognitive Linguistics: Corpus-Based Approaches to Syntax and Lexis*. S. T. Gries and A. Stefanowitsch. Berlin, Mouton de Gruyter, 2006.

GRIES, S. T.; STEFANOWITSCH, A. *Corpora in Cognitive Linguistics: Corpus-based Approaches to Syntax and Lexis*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2006.

GRIES, S. Th. *Multifactorial Analysis in Corpus Linguistics: A Study of Particle Placement*. London: Continuum Press, 2003.

GRIES, S. Th. *The influence of processing on grammatical variation: particle placement in English*. In: DEHÉ, Nicole; JACKENDOFF, Ray; MCINTYRE, Andrew; URBAN, Silke (Eds.). *Verb-particle explorations*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 2002, pp. 269-288.

GRONDELAERS, S.; SPEELMAN, D.; GEERAERTS, D. *National variation in the use of "there". Regional and diachronic constraints on cognitive explanations*. In: KRISTIANSEN, Gitte; DIRVEN, R. (Eds.). *Cognitive Sociolinguistics: Language variation, cultural models, social systems*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008, pp. 153-203.

GRONDELAERS, S.; GEERAERTS, D.; SPEELMAN, D. *A case for a cognitive corpus linguistics*. In: GONZALEZ-MARQUEZ, M.; MITTELBERG, I.; COULSON, S.; SPIVEY, M. J. (Eds.). *Methods in Cognitive Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2007, pp. 149-169.

GRONDELAERS, S. *De distributie van niet-anaforsch er buiten de eerste zinsplaats: Sociolexicologische, functionele en psycholinguïstische aspecten van er's status als presentatief signaal [The distribution of non-anaphoric er in non-sentence-initial position: Sociolexicological, functional and psychological aspects of the status of er as a presentative marker]*. PhD dissertation, University of Leuven, 2000.

GRONDELAERS, S.; GEERAERTS, D. *Vagueness as a euphemistic strategy*. In: ATHANASIADOU, A.; TABAKOWSKA, E. (Eds.). *Speaking of emotions: conceptualisation and expression*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998, pp. 357-374.

GUÉRIOS, R. F. M. *Tabus Linguísticos*. São Paulo: Ed. Nacional; Curitiba: Ed. da Universidade Federal do Paraná, 1979.

GUÉRIOS, R. F. M. *Tabus lingüísticos*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1956.

GUIRAUD, P. *Les gros mots*. Paris: PUF, 1975.

HALLIDAY, M. A. K. On Grammar and Grammaticals. In: HASAN, H.; CLORAN, C.; BUTT, D. G. (Eds.). *Functional Descriptions: Theory in Practice*. Amsterdam/Filadelfia: John Benjamins Publishing Company, 1996.

HARDER, P. *Meaning in mind and society: A functional contribution to the social turn in Cognitive Linguistics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2010.

HARDER, P. The status of linguistic facts: Rethinking the relation between cognition, social institution, and utterance from a functional point of view. *Mind and Language*, 18, 2003, pp. 52-76.

HASAN, R.. *Semantic Variation: Meaning in Society and in Sociolinguistics*. The Collected Works of Ruqaiya Hasan. Collected Works of Ruqaiya Hasan. London, Equinox, 2009.

HASAN, R. *Meaning in sociolinguistic theory Sociolinguistics Today: International Perspectives* K. Bolton and H. Kwok. London: Routledge, 1992.

HASAN, R. Semantic variation and sociolinguistics. *Australian Journal of Linguistics* 9, 1989, pp. 221-275.

HEYLEN, K.; PEIRSMAN, Y.; GEERAERTS, D.; SPEELMAN, D. Modelling word similarity. An evaluation of automatic synonymy extraction algorithms. In: *Proceedings of the Language Resources and Evaluation Conference (LREC-2008)*. Marrakech, Marrocos, 2008.

HOLLAND, D.; QUINN, N. (Eds.). *Cultural Models in Language and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

HOLLMANN, W. B. Constructions in cognitive sociolinguistics. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (Eds.). *The Oxford handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2013, pp. 491-509.

HOLLMANN, W. B.; SIEWIERSKA, A. A construction grammar account of possessive constructions in Lancashire dialect: Some advantages and challenges. *English Language and Linguistics*, 11(2), 2007, pp.407-424.

HOLLMANN, W. B.; SIEWIERSKA. Corpora and (the need for) other methods in a study of Lancashire dialect. *Zeitschrift für Anglistik und Amerikanistik*, 54, 2006, pp. 203-216.

HOLME, R. *Cognitive Linguistics and Language Teaching*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOPPER, P. Emergent Grammar. *Berkeley Linguistics Society*, 13, 1987, pp. 139-157.

HORA, D. da. Vocalização da lateral/l: correlação entre restrições sociais e estruturais. *Scripta*, v. 9, 2006, pp. 29-44.

HOSMER, D. W.; LEMESHOW, S. *Applied Logistic Regression*. New York: John Wiley and Sons, 1989.

HUDSON, R. *Language networks: The new Word Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HUDSON, R. Language as a cognitive network. In: SIMONSEN, H. G.; ENDRESEN, R. T. (Eds.). *A Cognitive Approach to the Verb: Morphological and Constructional Perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000, pp. 49-72.

IGLAI, E. Cognitive linguistics and dialectology: an attempt to apply the cognitive approach in the lexicology of regional dialects. In: TOLCSVAI NAGY, G. (ed.). *Studia Linguistica Hungarica* (Formerly Annales Sectio Linguistica) The Linguistic Journal of the Faculty of Humanities Eötvös Loránd University, 2013, pp. 69-94.

ITKONEN, E. *What is Language? A Study in the Philosophy of Linguistics*. Turku: Åbo Akademis tryckeri, 2003.

JANICKI, K. How cognitive linguistics can help to solve political problems. In: KRISTIANSEN, G.; DIRVEN, R. (Eds.). *Cognitive sociolinguistics: language variation, cultural models, social systems*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008, pp. 517-542.

JAPIASSÚ, H. *Um desafio à educação: repensar a pedagogia científica*. São Paulo: Letras & Letras, 1999.

KANY, C. E. *American-Spanish euphemisms*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1960.

KÁZMÉR, M. *Régi magyar családnevek szótára, XIV-XVII. Század*, Budapest, 1993.

KEMMER, S.; BARLOW, M. A usage based conception of language. In: KEMMER, Suzanne; BARLOW, Michel. *Usage-Based Models of Language*. (Eds.). California: CSLI Publications, 2000, pp. 7-28.

KEMMER, S.; ISRAEL, M. Variation and the UsageBased Model. *Papers from the Parasession on Variation and Linguistic Theory*. Chicago: CLS, 1994.

KISS, L. *Földrajzi nevek etimológiai szótára*. I–II. [An etymological dictionary of geographical names, vols. 1-2] 4th enlarged and revised edition. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1988.

KLEINBAUM, D. *Logistic Regression: A Self-Learning Text*. New York: Springer, 1994.

KOLLER, V. Corporate Brands as Socio-cognitive Representations. In: Gitte KRISTIANSEN, G.; DIRVEN, R. (Eds.). *Cognitive Sociolinguistics: Language Variation, Cultural Models, Social Systems*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008, pp. 389-418.

KÖVECSES, Z. Levels of metaphor. *Cognitive Linguistics*, Berlin, v. 2, n. 28, p. 321-347, 2017.

- KÖVECSESE, Z. *Metaphor: a practical introduction*. New York: Oxford University Press, 2010.
- KÖVECSESE, Z. *Language, Mind, and Culture. A Practical Introduction*, Oxford: Oxford University Press, 2006.
- KÖVECSESE, Z. *Metaphor in Culture: Universality and Variation*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2005.
- KÖVECSESE, Z. et al. Language and emotion: the interplay of conceptualization with physiology and culture. In: DIRVEN, R.; PÖRINGS, R. (Eds.). *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*. Berlin: Mouton Gruyter, pp. 2003, pp. 133-159.
- KÖVECSESE, Z. *Metaphor: a practical introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- KÖVECSESE, Z. *Metaphor and Emotion: Language, Culture, and Body in Human Feeling*. Cambridge/Paris: Cambridge University Press, 2000.
- KÖVECSESE, Z.; RADDEN, G. Metonymy: developing a cognitive linguistic view. *Cognitive Linguistics*, 9(1), 1998, pp. 37-77.
- KÖVECSESE, Z. Anger: Its language, conceptualization, and physiology in the light of cross-cultural evidence. In: TAYLOR, J. R.; MACLAURY, R. E. (Eds.). *Language and the Cognitive Construal of the World*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1995, pp. 181-196.
- KRISTIANSEN, G.; DIRVEN, R. Introduction. Cognitive sociolinguistics: rationale, methods and scope. In: Gitte Kristiansen and René Dirven (Eds.). *Cognitive sociolinguistics: Language variation, cultural models, social systems*. Berlin /New York: Mouton de Gruyter, 2008, pp. 1-17.
- KRISTIANSEN, G. Style-shifting and shifting styles: A socio-cognitive approach to lectal variation. In: KRISTIANSEN, G.; DIRVEN, R. (Eds.). *Cognitive Sociolinguistics: Language variation, cultural models, social systems*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008, pp. 45-88.
- KRISTIANSEN, G; DIRVEN, R. (Eds.). *Cognitive Sociolinguistics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter. 2006.
- KRISTIANSEN, G. How to do things with allophones: Linguistic stereotypes as cognitive reference points in social cognition. In: DIRVEN, René; PÜTZ, Martin; FRANK, Roslyn (Eds.). *Cognitive Models in Language and Thought*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2003, pp. 24-69.
- KULICK, D., WILLSON, M. *Taboo: Sex, Identity, and Erotic Subjectivity in Anthropological Fieldwork*. Londres: Routledge, 1995.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LABOV, W. *Principles of linguistic change*. Volume III: Cognitive and Cultural factors. Oxford: Basil Blackwell, 2010.

LABOV, W. *Principles of linguistic change*. Volume II: Social factors. Oxford: Basil Blackwell, 2001.

LABOV, W. *Principles of linguistic change*. Volume I: Internal factors. Oxford: Basil Blackwell, 1994.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991 [1973].

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1973.

LABOV, W. *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. The linguistic variable as a structural unit. *Washington Linguistics Review*, 3, 1966, pp. 4-22.

LABOV, W. *The social stratification of English in New York City*. Washington: Center for Applied Linguistics, 1966.

LABOV, W. The social motivation of a sound change. *Word*, 19, 1963, pp. 273-309.

LAKOFF, G. The neural theory of metaphor. In: GIBBS, R. (Ed.). *The Cambridge handbook of metaphor and thought*. New York: Cambridge University Press, 2008, pp. 17-38.

LAKOFF, George. *No pienses en un elefante: lenguaje y debate político*. Tradução Magdalena Mora. Madrid: Editorial Complutense S. A., 2007 [2004].

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999.

LAKOFF, G. *Moral Politics: What Conservatives Know that Liberals Don't*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

LAKOFF, G. The contemporary theory of metaphor. In: ORTONY, Andrew (Ed.), *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, pp. 202-251.

LAKOFF, G.; TURNER, M. *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago. University of Chicago Press, 1989.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*, Chicago, Chicago University Press, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. L. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução de Mara Zanotto. Campinas: Mercado das Letras, 1980 [2002].

LANGACKER, R. W. *Cognitive grammar: A basic introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

- LANGACKER, R. W. Cognitive Grammar. In: Dirk GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (Eds.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2007, pp. 421-62.
- LANGACKER, R. W. A dynamic usage-based model. In: BARLOW, Michael; KEMMER, Suzanne (Eds.). *Usage-based models of language*. Stanford: Stanford University Press, 2000.
- LANGACKER, R. W. *Grammar and conceptualization*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 1999.
- LANGACKER, R. W. Reference point constructions. *Cognitive Linguistics*, 4:1-38, 1993.
- LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar*. Vol. II: descriptive application. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- LANGACKER, R. W. Concept, image, and symbol: The cognitive basis of grammar. *Cognitive linguistics Research, 1*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1990.
- LANGACKER, R. W. A usage-based model. In: RUDZKA-OSTYN, Brygida (Ed.). *Topics in Cognitive Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 1988.
- LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar*. Vol. I: theoretical prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- LANGACKER, R. W. Na introduction to cognitive grammar. *Cognitive sciense* 10, 1986, pp. 1-40. Acesso livre: https://doi.org/10.1207/s15516709cog1001_1.
- LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization*. 2. ed. rev. ed. Erfurt: University of Erfurt, 2002. Disponível em: <<http://www.uni-erfurt.de/sprachwissenschaft/ASSidUe/ASSidUe09.pdf>>. Acesso em: 02-01-2021.
- LEHMANN, C. Grammaticalization: synchronic variation and diachronic change. *Lingua e Stile W*, pp. 303-18, 1985.
- LEITE, C. M. B. Intersecção entre variação linguística dos róticos e a variável sexo. *Estudos Linguísticos*, v. 41, n. 2, 2012, pp. 755-764.
- LEVINSON, S. C. *Space in language and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- LEVSHINA, N. *How to do linguistics with R: data exploration and statistical analysis*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2015.
- LITTLEMORE, J. *Applying cognitive linguistics to second language learning and teaching*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.
- LOPEZ-COUSO, M. J. Subjetification and intersubjetification. In: JUCKER, Andeas H.; TAAVITSAINEN, Irma (Eds.). *Historical pragmatics*. Berlin/New York: De Gruyter Mouton, 2010, pp. 127-164.

LÓPEZ SÁNCHEZ, F. Estudios sobre sexualidad en España: presente y futuro. *Informació psicològica*, 100, 2010, pp. 84-90.

MACAULAY, R. K. S. *Pure grammaticalization: The development of a teenage intensifier*. *Language Variation and Change* 18(3), 2006, pp. 267-283.

MACAULAY, R. K. S. *Talk that counts: age, gender, and social class differences in discourse*. New York; Oxford: Oxford University Press, 2005.

MACDONALD, M. C. How language production shapes language form and comprehension. *Frontiers in Psychology*, 4, 2013, pp. 1-16.

MARTÍNEZ VALDUEZA, P. Status quaestionis: el tabú lingüístico. *Lingüística*, 10, 1998, pp. 115-139.

MATTOS E SILVA, R. V. *O português são dois...: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. Tradução de Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2001 [1984].

MEDEIROS, I. S.; SANTOS, R. Y. Linguagem, ambiente e cognição: a caminho de uma perspectiva ecológica de categorização. *Revista GELNE*, v. 19, n. 2, Natal/RN, 2017, pp. 183-192.

MILROY, L. *Language and social networks*. Londres/Baltimore: Basil Blackwell/University Park Press, 1980.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MOURÃO, J. S.; LIMA, P. L. C. Metáforas na linguagem especializada da patente de invenção. *Revista investigações*, v. 28, n. 2, jul. 2015.

MONTERO CARTELLE, E. El eufemismo en Galicia (Su comparación con otras áreas romances). (Anexo 17). Santiago de Compostela: *Verba*. Anuario Galego de Filología, 1981.

MUKHORTIKOVA, T. *Estudio contrastivo cualitativo español-ruso-inglés de la cobertura informativa de los atentados terroristas en Madrid, Beslán y Londres (2004-2005)*. 2017. 334f. Tese de doutorado. Valencia, España: Facultat de Filologia, Traducció i Comunicació - Programa de Doctorado en Lenguas, Literaturas, Culturas y sus aplicaciones, 2017.

MURÁDIN, L. Nyelvföldrajzi adatok a magyar parasztság rétgazdálkodásának szókincséhez [Linguistic geographical data on the vocabulary of Hungarian peasants' pasture management]. *Nyelv-és irodalomtudományi Közlemények*, 1980, pp. 43-57.

MURPHY, P. F. *Studs, Tools and the Family Jewels: Metaphors Men Live By*. Madison and Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2001.

NILSSON, A. Semantic shift among adjectives in the Southern-Swedish dialect of Scania. *Travaux de l'Institut de Linguistique de Lund*, 39, 2001, pp. 227–240.

NOCCIOLI, C. A. M.; PAES, C. C. S. A mulher como alvo de tabu: o fascínio da ambiguidade feminina. *Revista De Ciências Humanas*, v. 12, n. 2, jul./dez., 2012, pp. 421-431.

ORTON, H. et al. (Eds). *Survey of English Dialects*. Leeds: Arnold, 1962.

OSBORNE, R., GUASCH, Ó. *Sociología de la sexualidad*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2003.

OLIVEIRA, R. *Dicionário de eufemismos da língua portuguesa*. Foz do Iguaçu: Editares, 2015.

OUSHIRO, L. *Introdução à Estatística para Linguistas*. Zenodo, 2017. Disponível em <<http://doi.org/10.5281/zenodo.822070>>.

PAIVA, V. L. M de O. O processamento metonímico/metafórico à luz da teoria do caos/complexidade. *Revista portuguesa de humanidades*, v. 15(1), Braga/Portugal, 2011, pp. 51-66.

PAIVA, V. L. M de O. A metonímia como processo fractal multimodal. *Veredas on line - atemática*, Juiz de Fora, 2010, pp. 07-19.

PALMER, G. B. Cognitive Linguistics and Anthropological Linguistics. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (Ed.). *The Oxford handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007. pp. 1045-1073.

PALMER, G. B. *Toward a Theory of Cultural Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1996.

PEIRSMAN, Y.; GEERAERTS, D. Metonymy as a prototypical category. *Cognitive linguistics*, 3(17), 2006, pp. 296-316.

PÉNTEK, J. Regionalitás a szójelentés körében [Regional characteristics in word meanings]. *Hungarológia* 3. Budapest: Nemzetközi Hungarológiai Központ. 1993, pp. 153-157.

PÉNTEK J.; SZABÓ T. E. Tájékoztató mutató egy népi növényismereti gyűjtésből. *Nyelv- és Irodalomtudományi Közlemények* XX. 1. 1976, pp. 52-60.

PÉTER, M. Szinkronia és diakronia a prágai iskola felfogásában [Synchrony and diachrony in the Prague School]. *Magyar Nyelv*, 2006, pp. 400-407.

PINHEIRO, G. L. de A. Metáfora e metonímia na mensagem visual publicitária: uma perspectiva cognitivista para a análise retórica da imagem. *Contemporanea*, v.8, n. 1, jul., 2010, pp. 1-33.

PIRES, L. B. A palatalização das oclusivas dentais em São Borja. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem-ReVEL*, v. especial, n. 1, 2007, pp. 1-23.

PIRES, M. F. N. P. *O Crime na Cor. A experiência escrava no Alto Sertão da Bahia: Rio de Contas e Caetité (1830 a 1888)*. Dissertação (Mestrado em História) -Programa de Pós Graduação em História, PUC, São Paulo, 1999.

PIZARRO PEDRAZA, A. P. *Tabú y Eufemismo en la Ciudad de Madrid: Estudio Sociolingüístico-Cognitivo de los Conceptos Sexuales*. 2013. 397f. Tese de doutorado. Madrid, España: Universidad Complutense, 2013.

POPLACK, S. et al. The social correlates and linguistic processes of lexical borrowing and assimilation. *Linguistics*, 26, 1988, pp. 47-104.

PRETI, D. *A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

PRUDENCIO, S. C. P.; MOTA, J. A. As denominações para a bebida alcoólica feita da cana-de-açúcar no estado de Sergipe. In: FIGUEIREDO, C. et. al. - 2. v. Língua em movimento: História e funcionamento das línguas naturais. Salvador: EDUFBA, 2020.

PRUDENCIO, S. C. P.; MOTA, J. A. O estudo dos nomes-marca de cachaça com base nos dados do Atlas Linguístico do Brasil em sete estados do nordeste brasileiro. In: *IX Encontro de Sociolinguística* - Salvador-BA, 2019. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/ixencontrodesociolinguistica/trabalho/97253>>. Acesso em: 09 out. 2021.

PÜTZ, M.; ROBINSON, J. A.; REIF, M. (Eds.). *Cognitive sociolinguistics: Social and cultural variation in cognition and language use*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2014.

QUEIROZ, R. C. R. et al. Tabus lingüísticos: as designações populares do órgão sexual masculino. *Revista Graduando*, Feira de Santana, Bahia, v. 7, n. 10, 2016, pp. 57-69.

R CORE TEAM. R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2013. URL: <<http://www.R-project.org/>>.

RADDEN, G; KÖVECSES, Z. 2007. Towards a theory of metonymy. In: EVANS, V.; BERGEN, B.; ZINKEN, J. (Eds.). *The Cognitive Linguistics Reader*. Londres: Equinox, 2007, pp. 335-359.

RADDEN, G. *How metonymic are metaphors? Metaphor and Metonymy at the Crossroads*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2000, pp. 93-108.

RAZKY, A. O Atlas geo-sociolinguístico do Pará: Abordagem metodológica. In: AGUILERA, V. A. (Org). *A Geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: UEL, 1998.

REDDY, M. J. The conduit metaphor: a case of frame conflict in our language about language. In: ORTONY, A. (ed.). *Metaphor and Thought*. Cambridge et al., 1979, pp. 284-324.

ROBINSON, J. A. A gay paper: why should sociolinguistics bother with semantics? *English today*, 28(4), 2012a, pp. 38-54.

ROBINSON, J. A sociolinguistic perspective on semantic change. In: Allan, KATHRYN, A.; ROBINSON, J. A. (Eds.). *Current Methods in Historical Semantics: Topics in English Linguistics* (73). Berlin/Boston: Mouton de Gruyter, 2012b, pp. 199-230.

ROBINSON, J. A. Awesome insights into semantic variation. In: GEERAERTS, G.; KRISTIANSEN, G.; PIERSMAN, Y. (Eds.). *Advances in Cognitive Sociolinguistics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2010, pp. 85-109.

ROLO, M. C. S. T. A. *Apócope das vogais átonas [i] e [u] em duas localidades do Centro Sul Baiano: Beco e Seabra*. 2010. 250f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia (UFBA), Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLINC), Salvador, 2010.

ROSCH, E. Principles of categorization. In: ROSCH, E.; LLOYD, B. B. (Eds.). *Cognition and categorization*. Hillsdale, N.S: Lawrence Erlbaum, 1978.

RUIZ DE MENDONZA, I.; GALERA-MASEGOSA, A. Going beyond metaphonymy: Metaphoric and metonymic complexes in phrasal verb interpretation. *Language Value*, v. 3, n. 1, 2011, pp. 1-29.

SALOMÃO, M. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem. *Veredas: Revista de estudos lingüísticos*, Juiz de Fora, V. 1, 1997, pp. 9-21.

SANDES, E. I. A.; MANJÓN-CABEZA CRUZ, A.; MOLINA ORTÉS, E. F. Entrevista com o sociolinguista Juan Manuel Hernández-Campoy. *Rev. EntreLínguas*, Araraquara, v. 6, n. 1, jan./jun., 2020, pp. 22-36.

SANDRA, D.; RICE, S. Network analyses of prepositional meaning: mirroring whose mind - the linguist's or the language user's? *Cognitive Linguistics*, 6 (1), 1995, pp. 89-130.

SANKOFF, D. Sociolinguistics and syntactic variation. In: NEWMAYER, F. J. (Ed.) *Linguistics: the Cambridge survey*. Volume IV (Language: the socio-cultural context). New York, Cambridge University Press, 1988.

SANKOFF, D.; THIBAUT, P.; BÉRUBÉ, H. Semantic field variability. In: SANKOFF, D. (Ed.). *Linguistic Variation: Models and Methods*. New York: Academic Press, 1978, pp. 23-43.

SANTANA, N. M. O. *Estudo sócio-histórico-cognitivo das conceptualizações e categorizações do amor em cartas dos séculos XIX e XX*. 2019. 215f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2019.

SANTOS, R. Y. Wittgenstein e a teoria dos protótipos sobre a ótica da linguística sócio-cognitiva. *Linguagem*, v. 14(1), 2010.

SENABRE, R. El eufemismo como fenómeno lingüístico. *Boletín de la Real Academia Española*, 192(51), 1971, pp. 175-189.

SETO, K. I. Distinguishing metonymy from synechdoche. In: PANTHER, K. U.; RADDEN, G (Eds.). *Metonymy in language and thought*. Amsterdam: Benjamins, 1999.

SHARIFIAN, F.; PALMER, G. B. (Eds.). *Applied Cultural Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2007.

SHARIFIAN, F. Cultural conceptualisations in English words: A study of Aboriginal children in Perth. *Language and Education*, 19, 2005, pp. 74-88.

SILVA, A. S. da. *Gramática, cognição e sociedade: para uma gramática de significados, usos e variações*. 2019. Disponível em (PDF) Gramática, cognição e sociedade: para uma gramática de significados, usos e variações (researchgate.net) Acesso em: 01. de jun. de 2021.

SILVA, A. S. da. Sociolinguística cognitiva e o estudo da convergência/divergência entre o português europeu e o português brasileiro. Rio de Janeiro, *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*, v. 10, n. 1 e 2, 2016.

SILVA, A. S. da. Cultural cognitive models of language variation. Romanticism and rationalism in language policy debates about the unity/diversity of European and Brazilian Portuguese. In: J. DAEMS et al. (Eds.). *Change of Paradigms-New Paradoxes: Recontextualizing Language and Linguistics*. Berlin/Boston: Mouton de Gruyter, 2015, 253-274.

SILVA, A. S. da. Léxico, cognição e contexto. Saliência, conceptualização situada e evidência quantitativa. In: ALMEIDA, A. A. D.; SANTOS, E. S.; SOLEDADE, J. *Saberes Lexicais: Mundos, Mentis e Usos*. Salvador, Bahia, Brasil: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2015, pp. 185-216.

SILVA, A. S. da. The pluricentricity of Portuguese: A sociolectometrical approach to divergence between European and Brazilian Portuguese. In: SILVA, A. S. (Ed.). *Pluricentricity: Language Variation and Sociocognitive Dimensions*. Berlin/New York: De Gruyter Mouton, 2014, pp. 143-188.

SILVA, A. S. da. Sistema e variação: quão sistemático pode ser o sistema linguístico num modelo baseado no uso? *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, vol. 8, número 1, p. 15-32, 2012.

SILVA, J. A. A. da. Concordância verbal e a variável “sexo” em três comunidades linguísticas do interior do Estado da Bahia. *Estudos da Língua(gem)*, v. 10, n. 2, 2012, p. 207.

SILVA, A. S. S. Measuring and parametrizing lexical convergence and divergence between European and Brazilian Portuguese. In: GEERAERTS, D.; KRISTIANSEN, G.; PEIRSMAN, Y. *Advances in Cognitive Sociolinguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2010, pp. 41-84.

SILVA, A. S. da. A Sociolinguística Cognitiva: razões e objecto de uma nova área de investigação linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*, 13: 1, 2009, pp. 191-212.

SILVA, A. S. da. Os estudos de linguística cognitiva do português. *Revista Portuguesa de Humanidades: estudos linguísticos*, v. 12, 2008b, pp. 189-221.

SILVA, A. S. da. Sociolinguística cognitiva e o estudo da convergência/divergência entre o Português Europeu e o Português Brasileiro. *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos* 10 1-2, 2006, pp. 33-47

SILVA, A. S. da. Para o estudo das relações lexicais entre o Português Europeu e o Português do Brasil: Elementos de sociolinguística cognitiva e quantitativa do Português. In: DUARTE, I; LEIRIA, I. (Eds.). *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa da Linguística, 2005.

SILVA, A. S. da. A linguística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades: estudos linguísticos*. v. 1, fasc. 1-2, 1997, pp. 59-101.

SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. São Paulo: Editora Grifo, 1976.

SINHA, C. Cognitive linguistics, psychology and cognitive science. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert (Eds.). *Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007, pp. 1266-1294.

SINHA, C. The evolution of language: from signals to symbols to system. In: OLLER, D. Kimbrough; GRIEBEL, Ulrike (Eds.). *Evolution of communication systems: A comparative approach*. Cambridge, MA: MIT Press, 2004, pp. 217-235.

SINHA, C. Grounding, mapping, and acts of meaning. In: JANSSEN, T.; REDEKER, G. (Eds.). *Cognitive Linguistics: Foundations, Scope, and Methodology*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1999, pp. 223-255.

SORIANO, C. La metáfora conceptual. In: IBARRETXE-ANTUÑANO, I.; VALENZUELA, J. (Coords.). *Linguística Cognitiva*. Barcelona: Anthropos, 2012.

SOUSA, J. H. B. Metáforas e contexto cultural na comunidade quilombola de Cipoal dos Pretos. 2014. 120f. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (Programa de Pós-Graduação em Linguística), 2014.

SPEELMAN, D.; GEERAERTS, D. The role of concept characteristics in lexical dialectometry. *International Journal of Humanities and Arts Computing*, 2(1-2), 2008, pp. 221-242.

SPEELMAN, D.; GEERAERTS, D. De structuur van lexicale onzekerheid. *Taal en Tongval*, Theme number 20, 2007, pp. 47-61.

SPEELMAN, D.; GRONDELAERS, S.; GEERAERTS, D.. Profile-based linguistic uniformity as a generic method for comparing language varieties. *Computers and the Humanities*, 37, 2003, pp. 317-337.

SPERANDIO, N. E. Repensando a motivação metonímica da metáfora: uma análise pela perspectiva da Integração Conceitual. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 41, n. 70, jan./jun., 2016, pp. 15-28.

STEFANOWITSCH, A.; GRIES, S. T. Covarying collexemes. *Corpus Linguistics and Linguistic Theory* 1, 2005, pp. 1-43.

STEFANOWITSCH, A. A construction-based approach to indirect speech acts. In: PANTHER, K. U.; THORNBURG, L. (Eds.). *Metonymy and Pragmatic Inferencing*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2003, pp. 105-126.

STEFANOWITSCH, A.; GRIES, S. T. Collostructions: investigating the interactions of words and constructions. *International Journal of Corpus Linguistics*, 8 (2), 2003, pp. 209-243.

STENSTRÖM, A. B. *It's enough funny, man*: Intensifiers in teenage talk. *Corpora Galore: Analyses and Techniques in Describing English*. J. M. Kirk. Amsterdam: Rodopi, 2000, pp. 177-190.

STUMPF, E. M. Eufemismo: um fenômeno multifacetado no cruzamento entre língua e cultura. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, abr.-jun. 2020, pp. 1-12.

SWANENBERG, J. *Lexicale variatie cognitief-semantisch benaderd*: Over het benoemen van vogels in Zuid-Nederlandse dialecten. PhD Thesis Katholieke Universiteit Nijmegen, 2000.

SZABÓ, J. *A népi szemlélet tükröződése nyelvjárásaink szókészletében* [The reflection of the Hungarian folk outlook in the lexicon of Hungarian regional dialects]. Szeged: SZTE BTK Magyar Nyelvészeti Tanszék, 2007.

ZELID, V.; GEERAERTS, G. Usage-based dialectology. Emotion concepts in the Southern Csongo dialect. *Annual Review of Cognitive Linguistics* 6(1), 2008, pp. 23-49.

TABACHNICK, B. G.; FIDELL, L. S. *Using Multivariate Statistics*. Boston: Allyn and Bacon, 2001.

TAGLIAMONTE, S. A. *Variationist Sociolinguistics: Change, Observation, Interpretation*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

TAGLIAMONTE, S. A.; D'ARCY, A. He's like, she's like: The quotative system in Canadian youth. *Journal of Sociolinguistics*, 8(4), 2004, pp. 493-514.

TALMY, L. Lexical typologies. In: *Language typology and syntactic description*, v. 3, Cambridge, University Press Cambridge, 2007, pp. 66-168.

TALMY, L. *Toward a cognitive semantics*. Vols. I-II. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

TALMY, L. Force dynamics in language and cognition. *Cognitive Science*, 12, 1988, pp. 49-100.

TALMY, L. Lexicalization patterns: semantic structure in the lexical forms. In: SHOPEN, T. (Ed.). *Language Typology and syntactic description*, v. 3, *Grammatical categories and the lexicon*, Cambridge: Cambridge University Press, 1985, pp. 57-149.

TALMY, L. How language structures space. In: PICK, H.; ACREDOLO, L. (Eds.). *Spatial orientation: Theory, research, and application*. New York: Plenum Press, 1983, pp. 225-282.

TALMY, L. Figure and ground in complex sentences. In: GREENBERG, J. (Ed.). *Universals of human language*. Stanford: Stanford University Press, 1978, pp. 625-649.

- TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization*. Oxford: Oxford University Press, 1995 [2009].
- TAYLOR, J. R. Category extension by metonymy and metaphor. In: DIRVEN, R.; PÖRINGS, R. (Eds.). *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*. Berlin: Mouton Gruyter, 2003, pp.323-347.
- TAYLOR, J. R. *Linguistic categorisation: prototypes in linguistic theory*. Oxford: Clarendon, 1989.
- TERRY, A. Metaphonymies We Die by: the Influence of the Interactions between Metaphor and Metonymy on Semantic Change in X-phemistic Conceptualisations of DEATH. *Lexis: Journal in English Lexicology*, 16, 2020, pp. 1-27.
- TESO MARTÍN, E. Cambio semántico, impropiedad y eufemismo. *Verba: Anuario galego de filoloxia*, (15), 1988, pp. 183-204.
- TOLCSVAI NAGY, G. A nyelvi variancia kognitív leírása és a stílus (Egy kognitív stíluselmélet vázlata) [A cognitive description of language variation and style]. In: BÜK, L. (ed.): *A mai magyar nyelv leírásának újabb módszerei VI*. [New methods of describing the Hungarian language, vol. VI.] Szeged: SZTE Általános Nyelvészeti Tanszék, Magyar Nyelvészeti Tanszék, 2004, pp. 143-160.
- TOLCSVAI NAGY, G. A magyar nyelv stilsztikája [The stylistics of the Hungarian language]. Budapest: Nemzeti Tankönyvkiadó, 1996.
- TOMASELLO, M. *Constructing a language: a usage-based theory of language acquisition*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- TOMLIN, R. S. *Basic word order: Functional principles*. Lond: Croom Helm, 1986.
- TRAUGOTT, E. C. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: DAVIDSE, Kristin; VANDELANOTTE, Lieven; CUYCKENS, Hubert (Eds.). *Contexts and constructions*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2010, pp. 145-192.
- TRAUGOTT, E. C; DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- TRAUGOTT, E. C. From subjectification to intersubjectification. In: HICKEY, raymond (Ed.). *Motives for language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pp. 124-139.
- TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- TRAUGOTT, E. C. On rise epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change. *Language*, Baltimore, v.65, n.1, 1989, pp.31-55.
- TRUDGILL, P. J.; CAMPOY, J. M. H. *Diccionario de Sociolingüística*. Madrid: Gredos, 2007.
- TRUDGILL, P. J. *The social differentiation of English in Norwich*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

TUMMERS, J., HEYLEN, K. e GEERAERTS, D. Usage-based approaches in Cognitive Linguistics: A technical state of the art. *Corpus Linguistics and Linguistic Theory* 1, 2005, pp. 225-261.

UPTON, C.; J. WIDDOWSON, J. *Lexical Erosion in English Regional Dialects*. Sheffield: The University of Sheffield, 1999.

VEREZA, S. C. “Metáfora é que nem...”: cognição e discurso na metáfora situada *Signo*. Santa Cruz do Sul, v. 38, n. 65, jul. dez. 2013, pp. 2-21.

VEREZA, S. C. O lócus da metáfora: linguagem, pensamento e discurso. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 41, 2010, pp. 199-212.

VERHAGEN, A. *Constructions of intersubjectivity: discourse, syntax and cognition*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

VERHAGEN, A; VAN DE WEIJER, J. Introduction. In: VERHAGEN, Arie; VAN DE WEIJER, Jeroen (Eds.). *Usage-Based Approaches to Dutch*. Utrecht: LOT, 2003, pp. 1-6.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística. Tradução de Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Alberto Faraco; posfácio de Maria da Conceição Paiva e Maria Eugênia L. Duarte. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

WITTGENSTEIN, L. J. J. *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1953 [1991].

WOLF, H-G.; POLZENHAGEN, F. *World Englishes: a cognitive sociolinguistic approach*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2009.

WONG, A. On the actuation of semantic change: The case of tongzhi. *Language Sciences*, 30(4), 2008, pp. 423-449.

WONG, A. *The Semantic Derogation of Tongzhi: A Synchronic Perspective*. *Language and Sexuality: Contesting Meaning in Theory and Practice*. K. Campbell-Kibler, R. Podesva, S. J. Roberts and A. Wong. Stanford, California: CSLI, 2002, pp. 161-174.

ZENNER, E.; SPEELMAN, D.; GEERAERTS, D. Cognitive sociolinguistics meets loanword research: Measuring variation in the success of anglicisms in Dutch, *Cognitive Linguistics*, 23, 4, 2012, pp. 749-792.

ZHANG, W.; SPEELMAN, D.; GEERAERTS, D. Variation in the (non) metonymic capital names in Mainland Chinese and Taiwan Chinese, *Metaphor and the Social World*, 1:1, 2011, pp. 90-112.

ZLATEV, J. What's in a schema? Bodily Mimesis and the grounding of language. In: HAMPE, Beate (Ed.) *From Perception to Meaning: Image Schemas in Cognitive Linguistics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2005, pp. 313-342.